

# CEARÁ **VELOZ** 3.0

## TOMO 2



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO  
SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SECRETARIA DA CULTURA  
SECRETARIA DO TURISMO  
SECRETARIA DO  
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Fortaleza, 2021



# GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

# VICE-GOVERNADORA

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Casa Civil	Flávio Jucá
Chefe da Casa Militar	Coronel Andrade
Assessoria para Assuntos Internacionais	Cesar Augusto Ribeiro
Assessor de Comunicação do Governador	Francisco das Chagas Cipriano Vieira
Assessora Especial do Governador	Janaina Carla Farias
Procuradoria-Geral do Estado	Juvêncio Vasconcelos Viana
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
Secretaria da Administração Penitenciária	Luís Mauro Albuquerque Araújo
Secretaria das Cidades	José Jácome Carneiro Albuquerque
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda
Secretaria da Cultura	Fabiano dos Santos Piúba
Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará	Carlos Mauro Benevides Filho
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Francisco de Assis Diniz
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho	Francisco de Queiroz Maia Júnior
Secretaria da Educação	Eliana Nunes Estrela
Secretaria do Esporte e Juventude	Rogério Nogueira Pinheiro
Secretaria da Fazenda	Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba
Secretaria da Infraestrutura	Lúcio Ferreira Gomes
Secretaria do Meio Ambiente	Artur José Vieira Bruno
Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Secretaria dos Recursos Hídricos	Francisco José Coelho Teixeira
Secretaria da Saúde	Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	André Santos Costa
Secretaria do Turismo	Arialdo de Mello Pinho
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Cândida Maria Torres de Melo Bezerra

## **EQUIPE DE COORDENAÇÃO ELABORAÇÃO**

### **Coordenação Técnica**

#### **Elaboração-SEDET**

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes  
Francisco José Rabelo do Amaral  
José Sydrião de Alencar Júnior  
Maurício Cabrera Baca  
Daniel De Oliveira Sancho  
Filipe Rabelo Távora Furtado  
Patrícia Maria Campos Pinheiro

#### **Elaboração - IPECE**

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes  
Alexandre Lira Cavalcante  
Alysson Inácio de Oliveira  
Cleyber Nascimento de Medeiros  
Daniel Cirilo Silviano  
Nicolino Trompieri Neto  
Paulo Araujo Pontes  
Witalo de Lima Paiva  
Ana Cristina Lima Mais  
Rogério Barbosa Soares

#### **Assessoramento Técnico - SEDET**

Joanna Magalhães Cruz  
Maria Cairamir Arruda Braga  
Edmilson Moreira Lima Filho  
Natasha Marina Melo Grzybowski  
Ingrid De Sales Rabelo  
Luana Lima Bandeira Araújo  
Bruna Delfino Cabral  
João Osmar Santos Paiva  
Rubenildo Falcão de Melo  
Tereza Monica Elpidio De Carvalho  
Jorge Alberto Sales de Lima  
Francisca Marta Campelo Lima  
Sergio Araújo de Sousa  
Pedro Henrique Martins Lopes  
Vandemberk Rocha de Oliveira  
Letícia da Silva Feitosa

**Equipe Setorial de Elaboração e Assessoramento**

**Técnico**

SEFAZ

Alexandre Adolfo  
Fabrizio Gomes Santos

SETUR

Denise Carra

IDT

Leôncio José Bastos Macambira Júnior  
Erle Cavalcante Mesquita

JUCEC

Carolina Monteiro

ADECE

Jean Brasileiro

Alan Willame de Souza Silva

Helena Martins Teofilo

Ana Beatriz Sugette Rodrigues

CODECE

Roberto Capelo Feijó

Frederico Jorge Barbosa Acário

SDA

Felipe Matias

ADAGRI

Antônio Albuquerque

**Colaboradores Técnicos “Ad Hoc”**

Célio Fernando Bezerra Melo  
Juliana Rabelo Melo  
Mara Limonge Macedo

## SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO** .....Erro! Indicador não definido.

**CARTA AO LEITOR** .....Erro! Indicador não definido.

**O Planejamento Estratégico Para O Contexto Pós-Pandemia**Erro! Indicador não definido.

**Acelerar o Desenvolvimento para Melhorar a Vida das Pessoas**Erro! Indicador não definido.

**Cultura, Desenvolvimento e Transformação** .....Erro! Indicador não definido.

**O Turismo É Mola Propulsora do Desenvolvimento no Ceará**Erro! Indicador não definido.

**Um Novo Paradigma para a Gestão da Agricultura Familiar**Erro! Indicador não definido.

**Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior por um Ceará Veloz** ..... Erro!  
Indicador não definido.

**A Transição no Novo Mapa do Pós-Pandemia do Estado do Ceará**Erro! Indicador não definido.

**INTRODUÇÃO** .....Erro! Indicador não definido.

**MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ  
- DIRETRIZES E MAPA DE INTERCONEXÕES**..... 28

**DIRETRIZES BÁSICAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
DO ESTADO DO CEARÁ**..... 28

**MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ  
– MAPA DE INTERCONEXÕES ..... 30**

**TOMO II ..... 31**

**CAPÍTULO 1 - PRINCIPAIS FATORES CONDICIONANTES DO  
CRESCIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO NO NOVO CENÁRIO..... 32**

**1. O CONTEXTO ECONÔMICO NO PÓS-PANDEMIA .....32**

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS ..... 32

1.2 IMPORTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DO ESTADO..... 33

1.3 GLOBALIZAÇÃO..... 34

1.4 MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO..... 35

1.5 A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO..... 35

1.6 TENDÊNCIAS DO CONTEXTO NO PÓS-PANDEMIA ..... 37

1.7 RISCOS GLOBAIS - FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL..... 42

1.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 45

**2. NOVO CEARÁ: COMPETITIVO, INOVADOR E SUSTENTÁVEL .....48**

2.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS..... 48

2.2 DIRETRIZES ..... 49

2.3 PRIORIDADES ..... 52

2.4 RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS..... 54

2.5 DIFERENCIAIS COMPETITIVOS DO ESTADO..... 57

**CAPÍTULO 2 - AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA ESTIMULAR O  
CRESCIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO ..... 63**

**1. INSTRUMENTOS REFERENCIAIS.....63**

1.1. PLANOS DE DESENVOLVIMENTO CONSOLIDADOS: CEARÁ 2050, FORTALEZA 2040, ROTAS SETORIAIS  
ESTRATÉGICAS, CEARÁ VELOZ E PRDNE ..... 63

1.2. ODS - OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ..... 69

**2. DESAFIOS ESTRUTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO .....71**

**3. NOVA PROPOSTA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO  
DO ESTADO.....74**

**3.1. AÇÕES ESTRATÉGICAS TRANSVERSAIS.....74**

3.1.1. INFRAESTRUTURA (LOGÍSTICA, TRANSPORTES, OBRAS).....	74
3.1.2. TRIBUTAÇÃO, SIMPLIFICAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO.....	75
3.1.3. CAPITAL HUMANO, ECONOMIA DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO.....	78
3.1.4. TRABALHO E EMPREENDEDORISMO E INFORMALIDADE.....	82
<b>3.2. AÇÕES ESTRATÉGIAS SETORIAIS.....</b>	<b>98</b>
3.2.3. ESTRATÉGIAS PARA O AGRONEGÓCIO.....	98
3.2.4. ESTRATÉGIAS PARA A INDÚSTRIA.....	106
<b>3.3. PRINCIPAIS PROJETOS DO ORÇAMENTO ESTADUAL PARA 2020-2022.....</b>	<b>116</b>

**CAPÍTULO 3. INICIATIVAS INOVADORAS E ESTRUTURANTES PARA ALAVANCAR O DESENVOLVIMENTO..... 124**

<b>1. ESTRATÉGIAS INOVADORAS E CRIATIVAS PARA ALAVANCAR O DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>124</b>
<b>2. ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>132</b>
<b>3. IMPACTO FINANCEIRO E ECONÔMICO-SOCIAL DAS PRINCIPAIS INICIATIVAS DE INVESTIMENTOS E ADEQUAÇÃO DO PORTFÓLIO DE RIQUEZAS DO ESTADO.....</b>	<b>146</b>

**CONCLUSÃO..... 158**

**ANEXOS ..... 163**

<b>1. AÇÕES TRANSVERSAIS.....</b>	<b>163</b>
<b>2. AÇÕES SETORIAIS.....</b>	<b>167</b>



## APRESENTAÇÃO

O mundo vive um contexto difícil. E nesses momentos é comum voltar nossos esforços apenas para os problemas imediatos e deixar de lado a preocupação com o futuro. Portanto, é fundamental pensar questões estruturais e de longo prazo para se chegar a um mundo melhor.

Junto com o trabalho de preservar vidas, no contexto dessa pandemia, estão a reorganização das finanças do estado, viabilizar liquidez e solvências das empresas e manutenção dos níveis de emprego dos cidadãos cearenses.

Tais objetivos estão consubstanciados numa proposta para o desenvolvimento econômico do estado, que busca atenuar os efeitos deletérios da pandemia covid-19, bem como apontar ações que nos encaminhem para um futuro com desenvolvimento mais justo e sustentável de todos os cearenses.

Este conjunto de iniciativas foi concebido com a utilização de conhecimentos provenientes dos vários segmentos do mercado, contribuições do mundo acadêmico e sociedade, até porque se respalda nos vários instrumentos de planejamento do estado, e que contaram com a participação desses atores.

Neste momento a economia do estado se encontra fragilizada, com perdas para o Governo, empresas e famílias. Mas temos forças constituídas ao longo de uma trajetória responsável e de respeito às pessoas.

A proposta ora apresentada tem como objetivos:

- recuperação das empresas, com medidas de desburocratização, postergação de obrigações tributárias, e preparação para atuação mais competitiva no futuro;
- recuperação dos níveis de emprego da população, ações de qualificação em especial com relação aos mais jovens, visando um futuro melhor;
- recuperação das finanças do estado e preparação da máquina pública para oferecer serviços essenciais de excelência ao cidadão;
- iniciativas para melhor eficácia e retorno financeiro das riquezas pertencentes ao governo do estado, em especial para melhoria de vida de todos os cearenses;

- preparação do estado para que seja um ambiente favorável para a realização de negócios pelos diversos segmentos de mercado;
- uma proposta sustentável do ponto de vista ambiental e social.

Em termos de atuação na economia, essa proposta sinaliza volume de captações para as empresas do estado, da ordem de R\$ 14 bilhões num período de 10 anos, com reflexos no incremento de receitas da ordem de R\$ 9 bilhões, além de desonerações de despesas do estado em torno de R\$ 1,2 bilhão nesse período.

Transformados em investimentos qualificados, serão capazes de modificar o padrão econômico do estado. Mostram que são capazes de impactar o Produto Interno Bruto do Estado no dobro dos valores investidos, além da geração de imposto e incremento na massa salarial, um dos objetivos estratégicos para a redução das desigualdades econômicas e sociais da nossa população.

**CAMILO SANTANA**

**Governador do Ceará**

## **CARTA AO LEITOR**

O contexto mundial é desafiador. Desemprego, desigualdade e fraco desempenho nas soluções. Novas oportunidades estão surgindo, mas em novos contextos empresariais, setoriais e geográficos. Para que possamos ultrapassar esses desafios criando crescimento, prosperidade e paz social, precisamos planejar essa transição e estar atentos ao ritmo dessas mudanças e, se possível, influenciá-las positivamente.

Nesse cenário, devemos ter ações e programas mais customizados para acelerar a inovação, impulsionar a criação de empregos, promover o crescimento com resiliência e equidade, aumentando a prosperidade econômica e social dos cidadãos, especialmente daqueles pertencentes às camadas mais vulneráveis. Neste sentido precisamos fazer escolhas. Foco no desenvolvimento de clusters estratégicos, buscando identificar os stakeholders que possam atuar conosco de forma a potencializar o crescimento econômico inclusivo e integrado em âmbito local e extrarregional.

Outra vertente é o suporte à decisão por meio do desenvolvimento de capacidade analítica, para garantir que se tomem decisões informadas e baseadas em evidências. Abandono do “achismo”. A promoção de tecnologias digitais e inteligência artificial, fomento ao ecossistema de inovações e apoio à criação de startups, estabelecimento de sistemas de desenvolvimento de capital humano, com uma cultura voltada para o desempenho, mas sem desprezar os programas de proteção social.

Outro ponto é a questão dos investimentos. Formulação de ações adequadas por parte do estado, processos organizacionais éticos, fomento a projetos estratégicos e um ambiente de negócios facilitador das atividades privadas, podem subsidiar o governo a implementar incentivos apropriados que tragam os resultados esperados. O Ceará Veloz 3.0 busca, enfim, apontar essas escolhas, com o intuito de que possamos acelerar a consecução dos nossos objetivos enquanto sociedade que anseia o desenvolvimento em seu sentido mais amplo.

**Francisco de Queiroz Maia Junior**

**Secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Estado do Ceará**

## **O Planejamento Estratégico para o Contexto Pós-Pandemia**

O CEARÁ VELOZ 3.0 representa o esforço do Governo Camilo Santana no sentido de apresentar à sociedade um instrumento representativo do planejamento estratégico que molde os novos caminhos que o Estado do Ceará deverá seguir nesse novo contexto de grandes transformações, contemplando políticas públicas qualificadas que levem o Ceará a seguir em ritmo de progresso continuado, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, que pressupõem, fundamentalmente, um maior crescimento econômico, com melhoria de produtividade e modernização produtiva, mais educação de qualidade, menos pobreza e desigualdade e mais serviços sociais, especialmente nas áreas de saúde e habitação e segurança pública.

A crise decorrente do Coronavírus afetou fortemente as economias do mundo todas, ao mesmo tempo, criou novos e grandes desafios para os Governos, os quais, certamente, exigirão mais eficiência na forma de gerir o Estado e mais resultado para o cidadão. É nesse contexto que o Planejamento Governamental assume um papel fundamental, uma vez que possibilita o Estado atuar com as estratégias mais eficazes, capazes de capturar esses movimentos que ocorrem nas escalas mundial e nacional, de forma a implementar políticas corretas para o atingimento dos objetivos definidos.

Assim, as ações que estão incorporadas de forma sistematizada neste documento Ceará Veloz 3.0 representam uma cartilha inovadora de políticas públicas para a retomada do crescimento sustentado do Ceará, visando o aproveitamento das inúmeras oportunidades de negócios que já estão emergindo nesse contexto inicial de pós-pandemia. Os desafios não são fáceis, pois governos e empresas estão saindo dessa crise bastante fragilizados, mas só com essa visão de futuro e de pensamento estratégico, o Estado será capaz de proporcionar desenvolvimento econômico e social sustentável.

O Ceará sai dessa crise com uma situação razoavelmente confortável, pois está com suas contas equilibradas, o que lhe garante uma posição de destaque no ranking de investimentos públicos dos estados brasileiros. Naturalmente, nesse cenário pós crise da pandemia, a destinação mais relevante e apropriada dos recursos disponíveis deverá ser a diminuição da desigualdade e, principalmente, redução acentuada da pobreza existente no Ceará.

Portanto, vencer desafios e aproveitar as oportunidades, constitui o esteio principal das ideias aqui expostas, cujos elementos condicionantes estão associados à maior capacidade de o Estado atuar como um agente importante para elevação da competitividade da economia cearense, favorecendo, principalmente, a criação de um ambiente de negócios que estimule a eficiência produtiva privada, fortalecendo o mercado e, conseqüentemente, ampliando os investimentos privados.

**Carlos Mauro Benevides Filho**  
**Secretário de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará**

## **Acelerar o Desenvolvimento para Melhorar a Vida das Pessoas**

Em tempos de crise como a da pandemia de Covid-19, a presença do Estado nunca se fez tão necessária. A atuação estatal ganha relevância no momento atual em que precisamos fortalecer as políticas públicas na área da saúde e da assistência social, como também apresentar soluções para acelerar a retomada do crescimento econômico.

O desafio é enorme. Temos de buscar caminhos para aumentar a geração de emprego e melhorar a distribuição de renda, a fim de que os negócios alcancem mais rapidamente o patamar pré-pandemia, os cearenses voltem a consumir e as indústrias retomem a produção. É preciso que a roda da economia volte a girar com mais velocidade. Para isso, tanto as empresas locais como as que pretendem se instalar no Ceará têm de encontrar um ambiente favorável, com menos burocracia e mais simplificação das obrigações tributárias.

Com o objetivo de facilitar a atração de investimentos, a Secretaria da Fazenda do Ceará vem implementando medidas que buscam facilitar as rotinas das empresas, mediante estratégias de diálogo, transparência e inovação. A meta é construir uma relação de mais confiança com os contribuintes.

Além disso, o Estado tem feito o dever de casa quando o assunto é gestão fiscal. Desenvolvemos uma cultura de sustentabilidade e equilíbrio que nos permitiu um aporte de recursos necessários para combater a pandemia e continuar na liderança de investimentos públicos no País. Com o projeto Ceará Veloz 3.0, teremos a aceleração do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, um incremento nas receitas do Estado, fundamentais para a manutenção dos investimentos públicos.

Nunca foi tão importante pagar tributos como agora, pois são esses recursos que vão financiar os mais diversos serviços públicos, proporcionando o bem-estar da população cearense. Velocidade, eficiência e confiança norteiam as ações da Sefaz para melhorar a vida das pessoas, arrecadando com justiça e gerindo com excelência os recursos financeiros do povo cearense.

**Fernanda Pacobahyba**  
**Secretária da Fazenda do Ceará**

## **Cultura, Desenvolvimento e Transformação**

A cultura como um setor primordial de desenvolvimento no Ceará é uma medida estratégica e urgente, capaz de gerar autoestima, transformação territorial e social. Temos um Ceará que precisa ser revelado, reconhecido e divulgado em sua diversidade cultural e potência criativa e econômica no Brasil e no mundo. A indústria criativa no país representa 2,7% do PIB nacional. Já o Ceará é o 4º estado do Brasil e o 1º do Nordeste em número de pessoas com ocupação profissional na economia criativa. Os dados são da pesquisa da FIEC de 2017 intitulada “Rotas estratégicas setoriais: estudo socioeconômico - turismo e economia criativa”.

Trazemos três eixos de articulação para a promoção do desenvolvimento econômico no Ceará a partir da cultura no Ceará Veloz 3.0. O primeiro deles é “Criatividade, empreendedorismo e inovação”, em que reunimos iniciativas como o Hub Criativo do Ceará, para atração e propulsão de empreendimentos e negócios criativos; a Estação das Artes, novo complexo cultural do estado, que irá reunir o Mercado da Gastronomia e das Artes, a Pinacoteca do Ceará e Circuito internacional de artes; e o Ceará Filmes, um programa de desenvolvimento do Audiovisual e Cultura Digital. Também incluímos aqui o Observatório da Cultura do Ceará com a chegada do programa Cientista Chefe da Cultura, que realizará pesquisas, com geração de indicadores e medição dos impactos sociais e econômicos da cultura.

O eixo 2, “Juventude, inclusão social e geração de renda”, tem como prioridade o Programa Superação e a formação de jovens a partir da rede das escolas da cultura. O objetivo é a qualificação e ampliação da oferta de formação para a juventude e de possibilidades de mobilidade social por meio das escolas criativas, como também ações de fomento a empreendimentos e negócios no campo da economia da cultura. Aqui abordamos a ampliação do repertório cultural, da capacidade de expressão e da autonomia intelectual da juventude cearense, também trabalhando para o desenvolvimento de competências dos jovens e para a geração de riquezas através da conformação de novos modelos de negócios.

Por fim, temos o eixo “Rotas, roteiros e territórios criativos”, que tem como pontos centrais a candidatura da Chapada do Araripe no Cariri como patrimônio cultural da humanidade junto à UNESCO; a criação do Centro Cultural do Cariri; a concepção da Rota Cariri, um projeto da Secretaria do Turismo do Ceará (Setur), em parceria com a

Secretaria da Cultura do Estado (Secult) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); a implementação das Rotas Culturais do Centro de Fortaleza, da Praia de Iracema e das cidades históricas; a criação da Pinacoteca do Ceará na Estação das Artes e o novo MIS – Museu da Imagem e do Som; bem como o fortalecimento do calendário cultural do estado, em sua diversidade.

**Fabiano dos Santos Piúba**  
**Secretário da Cultura do Estado do Ceará**



## **O Turismo é Mola Propulsora do Desenvolvimento no Ceará**

O turismo sempre se mostrou, no contexto do nosso Estado, como um componente importante para o desenvolvimento socioeconômico, uma mola propulsora para a nossa economia. O atual cenário, no entanto, atingiu a todos com muitas restrições e nos fez reavaliar estratégias. E é por essa razão que acreditamos que, nesse novo momento que se apresenta, as palavras chave são: inovação, desenvolvimento, emprego. E esse será o caminho que iremos trilhar.

A política de isolamento resultante das medidas de contenção à pandemia do Covid-19 afetou frontalmente a dinâmica econômica da cadeia produtiva do turismo, restando quase nenhuma possibilidade de receita. Como é uma atividade fortemente geradora de empregos em todas as faixas de renda no Brasil, seu enxugamento trouxe consequências significativas, o fechamento das fronteiras trouxe bilhões em prejuízo em todo o mundo. Com parte da população fechada em casa e um cenário de incertezas, a retomada do setor se apresenta como um grande desafio. Mas algumas mudanças podem abrir portas e incentivar novas aventuras de viajantes cansados do isolamento. As expectativas para a retomada são extremamente positivas.

Vimos um fortalecimento do turismo doméstico por várias razões: as fronteiras fechadas, a possibilidade da volta da quarentena no país, os protocolos sanitários, o câmbio desfavorável, a necessidade de as pessoas se encontrarem com seus entes queridos, e, por fim, o avanço da vacinação no país. Contudo, a nossa expectativa de retorno de viajantes internacionais está prevista ainda para 2021.

É fato ser essencial um planejamento estratégico para o turismo. A administração pública e a iniciativa privada devem trabalhar em conjunto e se organizar para criar mecanismos para potencializar o crescimento do nosso setor e assim, juntos, promovermos políticas de fomento do desenvolvimento sustentável e crescimento econômico para nosso Estado. A construção de um planejamento estratégico para o nosso crescimento e retomada do nosso turismo deve ser prioridade para todos os envolvidos na atividade: poder público, iniciativa privada, turismólogos, organizações, associações, comunidade local e a população em geral.

Reforçamos que, para estabelecer uma atividade turística de qualidade, potente e atraente, é necessária a integração e cooperação de todos, porque até mesmo a educação

de uma população expressa em termos comportamentais é um fator preponderante para a escolha do local para o turismo.

No contexto no qual foi criada, a Secretaria de Turismo atinge seu objetivo quando exerce esse papel aglutinador, trabalhando dentro de suas competências, mas também se integrando às ações das outras Secretarias e Órgãos do Governo, na medida em que concilia os interesses do setor do turismo com as demais atividades destes órgãos, maximizando resultados. Buscamos participar diretamente do desenvolvimento econômico sustentável do Ceará, numa visão de longo prazo, baseada na parceria e na gestão descentralizada.

**Arialdo de Mello Pinho**  
**Secretário de Turismo do Estado do Ceará**

## **Um Novo Paradigma para a Gestão da Agricultura Familiar**

O Estado do Ceará se prepara para uma nova fase de desenvolvimento e o desafio de enfrentar a pandemia do Covid-19 só acelerou este processo. O voluntarismo na gestão fica no retrovisor diante de soluções cada vez mais baseadas em evidências e resultados palpáveis. Estamos, cada vez mais, em busca de informações e dados estratégicos para tomadas de decisão.

Como era esperado, também não haverá retorno à normalidade no âmbito comercial. Isso porque o modelo virtual se mostrou mais lucrativo para quem produz e acessível e ágil para o consumidor final. A mudança é inevitável e cabe ao Poder Público oferecer a vitrine a quem ainda não consegue acompanhar este ritmo frenético.

Na produção, o acesso à água e a inclusão das juventudes rurais são outras das nossas preocupações da Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Neste âmbito, o Governo do Ceará se prepara para um novo patamar com investimentos em tecnologias sociais de convivência com o semiárido e inovação, com o Projeto São José IV, e a reestruturação da assistência técnica prestada pela Ematerce.

As parcerias internacionais nos cobram este novo olhar e compreendem que não haverá desenvolvimento se este não for ambientalmente e socialmente sustentável. O Ceará Veloz 3.0 e o Ceará 2050, claro, nos elevarão ao crescimento inclusivo e integrado. Ainda assim, é preciso reafirmar que 351,1 mil agricultores familiares cearenses também precisam estar integrados ao novo paradigma que se avizinha.

**Francisco de Assis Diniz**  
**Secretário de Desenvolvimento Agrário**

## **Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior por um Ceará Veloz**

Em consonância com as nações mais desenvolvidas, o Governo do Ceará possui a compreensão de que Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) têm papel decisivo na geração de riquezas, sendo, ainda, setor imprescindível para melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Neste sentido, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece) tem coordenado importantes iniciativas em CT&I que se enquadram em três eixos do Ceará Veloz: Infraestrutura Social, Economia do Conhecimento e Oportunidades de Negócios. A ideia é proporcionar aos cidadãos o acesso universal ao conhecimento científico e tecnológico e o direito de viver num Estado que produz tecnologia e oportunidades.

Um dos exemplos dessa importante decisão é a destinação de 2% da receita tributária líquida do Estado para ações em Ciência e Tecnologia. O repasse desses recursos representará, no final de 2027, mais de R\$ 2 bilhões para o setor. A implementação de programas como o InovaFIT também tem ajudado a acelerar a Inovação no Ceará, a partir da concessão de recursos não-reembolsáveis para que empresas desenvolvam produtos ou processos inovadores. O InovaFIT já destinou cerca de R\$ 30 milhões (contando com os editais em andamento) para o financiamento de projetos na área.

O investimento em pesquisa e formação acadêmica, mesmo em cenários adversos, como o da pandemia da Covid-19, demonstra o relevante papel da Ciência e da Educação Superior na superação dos desafios. Essa estratégia resultou na aplicação de recursos da ordem de R\$ 92 milhões em bolsas de formação acadêmica e pesquisa, concedidas pelo Governo do Ceará, por meio da Secitece e da Funcap. Os dois órgãos também coordenam o Programa Cientista Chefe, que une meio acadêmico e gestão pública na identificação e implantação de soluções que melhoram os serviços e, desta forma, facilitam a vida dos cearenses.

O Estado que hoje é ponto de conexão e Hubtecnológico, ancorando cabos submarinos que interligam o Ceará a vários continentes, também é lugar de gente capacitada, que produz e exporta tecnologia através de empreendimentos de alto impacto, concebidos aqui e incentivados por iniciativas como o Programa Corredores Digitais. Nosso objetivo, enquanto Secretaria de Estado, é colocar, na mesma mesa, gestão pública,

universidade e setor privado, demonstrando na prática a transversalidade da CT&I, a fim de desenvolver, ainda mais, o Ceará Veloz, por meio do Ceará Inovador e do Ceará do Conhecimento.

**Inácio Arruda**

**Secretário da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará**

## **A Transição no Novo Mapa do Pós-Pandemia do Estado do Ceará**

O Estado do Ceará vem se preparando há muitos anos para o Futuro. Construiu um Plano de Estado, o Ceará 2050, baseado e direcionado pelos 17 (Dezessete) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definido pela Organização das Nações Unidas e em observância aos Riscos Globais do Fórum Econômico Mundial. O Ceará Veloz atualiza as ações de curto prazo em consonância com as diretrizes do Planejamento Estratégico de Longo Prazo em sua Plataforma. Durante a pandemia, o Estado pôde acelerar muitos dos caminhos apontados e rever direções e suas derivadas.

O Hidrogênio Verde é o caso emblemático dentre as cadeias produtivas prioritárias apontadas por todos os planos em andamento, fruto das Energias Renováveis, eólica e fotovoltaica, oferecendo ao Estado a potencialidade de ser a capital mundial do Hidrogênio Verde e, nas expectativas mais conservadoras, a principal referência no Brasil e América Latina. Nesse contexto e momento, o Ceará pleiteia a participação na COP26, em Glasgow, no “side events” para apresentar o protagonismo e competitividade em um dos maiores projetos ligados à redução de emissão de carbono em seu HUB.

Nas questões ambientais, dentre os principais do desenvolvimento Sustentável do Estado, há hoje um portfólio de medidas de preservação do meio ambiente do Estado focados na Economia do Mar associada à ênfase na Década das Ciências Oceânicas 2021-2030. A sustentabilidade socioambiental é carro-chefe do Estado do Ceará nesse processo que se associa de forma equilibrada ao Desenvolvimento Econômico, com total pacto intergeracional. Além das iniciativas internas, o Estado do Ceará, por meio do Governo Federal, se credenciou para participar do “Peers Review” da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE. O Estado tem buscado a simplificação e melhoria do Ambiente de Negócios com ações pioneiras nessa construção, facilitando os processos que apoiam a atração de investimentos produtivos no Ceará. A OCDE reforça o compromisso do Estado nos processos de Desburocratização e Desregulamentação, na busca de um alinhamento com as melhores práticas do mundo desenvolvido.

Os esforços na redução dos hiatos são tratados no Ceará 2050 e pavimentados pelo Ceará Veloz, acelerando o futuro também nessa direção. Relacionamentos com organismos internacionais de combate à fome, como as agências da ONU em Roma (FAO-FIDA-PMA), que poderão alavancar os esforços em projetos como o Mais

Nutrição e o Mais Infância. A UNICEF está no Estado do Ceará desde 1999 e poderemos, com as ações em curso, nos aproximar, cada vez mais, de agências como a UNESCO em prol do maior avanço na Educação, Ciência e Cultura. Somente assim, os resultados poderão ser alcançados pelos planejamentos de curto, médio e longo prazos em execução no Estado do Ceará.

As ações de Saúde associadas ao plano no pós-pandemia foram reorganizadas numa plataforma com programas inovadores em políticas públicas de Estado para melhor atendimento à população, tendo como principal exemplo as ampliações de leitos e UTIs, a tenção primária e os Distritos de Inovação de Saúde, criando uma cadeia competitiva na Economia da Saúde.

Completando esse breve ensaio de interconexão entre os planos de curto prazo (Ceará Veloz) e médio-longo (Ceará 2050) prazos e o Pós-Pandemia, o Estado tem buscado uma transformação digital importante para atender melhor a população e reorganizar-se internamente com maior eficiência na sua estrutura de Governo. As ações por si só respondem a melhoria do Estado do Ceará, sem uma rubrica ideológica, e em favor da sociedade cearense, sem medir os esforços diante das muitas restrições.

A Indústria e a Agroindústria têm batido recordes importantes de crescimento e produtividade. Os Investimentos Públicos em relação à Receita Corrente Líquida obtiveram pelo 6º. Ano consecutivo a melhor relação do País. A Educação Pública é exemplo no Brasil, alcançando os melhores indicadores de avaliação dentre as Escolas Públicas. Não obstante, muito ainda tem que ser realizado para chegarmos a um espaço sustentável e justo em todo o Estado do Ceará.

O Pós-Pandemia será um desafio e é necessário estarmos preparados com Plataformas de Planejamento com um olhar no presente e no Futuro, acelerando o que for possível e abrigando na proteção necessária aos mais vulneráveis. Esses papéis de *design* estão postos no Ceará Veloz e Ceará 2050.

**Célio Fernando Bezerra Melo**

**Secretário Executivo de Regionalização e Modernização da Casa Civil**

## INTRODUÇÃO

O reconhecimento em escala global da existência de um processo de pandemia no início de 2020 teve consequências econômicas e sociais em escala equivalente a crise de 1929. A interrupção de atividades estratégicas como fluxo de produtos e serviços em escalas nacionais e internacionais afetaram as cadeias globais de valor.

O Brasil e por consequência o estado do Ceará sofreram impactos diretos. Em janeiro de 2020 as previsões de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) situavam-se tanto em termos nacional e estadual em um patamar acima de 2%. Em junho deste ano estas previsões indicavam uma queda do PIB superior a 5%, denotando impacto tanto na magnitude dos números como em um intervalo curto do tempo, adicionando ondas de instabilidades e incertezas para o futuro da economia.

As medidas tomadas pelos diversos governos nacionais convergiram para uma forte intervenção do estado no campo econômico, com subsídios para as empresas e afrouxamento da política monetária, esta última refletida nos juros negativos trabalhados por grande parte dos Bancos Centrais. Quanto às ações em relação às famílias, os governos patrocinaram transferências de renda direta e fortes gastos na área de saúde pública.

O governo brasileiro em linhas gerais seguiu a tendência de intervenção dos outros países, apesar de algum atraso e problemas de acesso dos recursos por parte das empresas e das pessoas. O Governo do Estado teve maior agilidade nas tomadas de decisões em relação às medidas mitigadoras dos impactos da pandemia, em especial as intervenções ligadas à saúde e as de caráter emergencial de atendimento às empresas e pessoas.

A crise derivada da pandemia teve como consequência importante a antecipação de tendências que se materializariam nos próximos anos, contudo foram antecipadas, exigindo, por conseguinte, medidas imediatas e estruturais. Pode-se exemplificar estas mudanças: a tendência de trabalhar em “home”, a “digitalização” dos processos econômicos e sociais e os novos papéis das “fintechs”.

Este trabalho tem por objetivo pensar propostas de interações do estado do Ceará no campo econômico, tanto do ponto de vista público como privado, indicando novos padrões de atuação do estado e o uso eficiente dos recursos públicos, tanto na



otimização nos gastos públicos, como potencialização de receitas não tributárias. Outro aspecto importante relaciona-se aos padrões de intervenção do governo do Estado, em especial no que toca as mudanças estruturais no sistema de incentivos fiscais e na construção de uma ambiência para atração de negócios estratégicos para o desenvolvimento do estado.

O trabalho tem a seguinte estrutura: a primeira parte em que se avalia os impactos econômicos da crise do novo coronavírus na economia cearense, levando em conta as mudanças nos cenários mundial e nacional e uma análise do desempenho da economia cearense nos seus diversos setores econômicos no período do início de janeiro a julho de 2020.

Assim, tendo em vista que este trabalho está sendo publicado somente em 2021, os organizadores decidiram preservar na sua integralidade, as discussões refletidas no texto do Tomo I, como forma de mostrar aos leitores a análise técnica desse momento histórico vivenciado pela população cearense, notadamente em relação aos efeitos econômicos e sociais da pandemia, contemplando os meses mais incertos e contundentes da crise do coronavírus.

Por fim, é importante destacar que as intervenções do governo estadual tomadas neste primeiro momento se mostraram acertadas em termos da contenção dos riscos sociais e econômicos para a economia do Estado. O governo do estado teve agilidade nas tomadas de decisões em relação às medidas mitigadoras dos impactos da pandemia, em especial as intervenções ligadas à saúde e as de caráter emergencial de atendimento às empresas e pessoas.

Na segunda parte investigam-se os principais fatores condicionantes do crescimento econômico do estado no novo cenário. Assim, elaborou-se uma avaliação do contexto econômico no pós-pandemia, em especial a importância da coordenação do estado em políticas anticíclicas, as alterações no processo de globalização em aspectos cruciais como mudanças no mercado de trabalho, a importância cada vez maior da tecnologia da informação, fatores esses que impactaram na matriz de risco global e novas formas de mitigação.

Após esta contextualização das realidades internacional e brasileira em relação ao estado do Ceará, destacam-se os seus diferenciais competitivos, a exemplo de sua estabilidade fiscal e liderança de investimentos públicos no Brasil, a sua localização

geográfica, reconhecido também pela sua trinca de Hubs: Aeroportuário, Marítimo e Tecnológico, com cobertura de fibra ótica que coloca o Ceará como um dos estados mais conectados do país. Além disso, tem o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) que abriga um dos melhores portos do país, englobando ainda a única Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em funcionamento no país. O estado ainda foi pioneiro no setor de energias renováveis no país.

A terceira parte do trabalho trata das ações estratégicas transversais para estimular o crescimento econômico do estado, que teve como estudos referenciais os “Ceará 2050”, “Fortaleza 2040”, “Rotas Estratégicas” elaborado pela Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), Plano de Governo do Ceará - Estado Criativo, Inovador e Transformador; “Ceará Veloz” documento de planejamento estratégico da SEDET, a Política Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE, coordenada pela SUDENE e o trabalho Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS elaborado pela ONU.

Esta parte do trabalho trata dos desafios estruturais para o desenvolvimento do estado, e o detalhamento das propostas de ações estratégicas contendo as ações de natureza transversal, contemplando as áreas de infraestrutura, tributação, simplificação e desburocratização, capital humano, economia do conhecimento e inovação, trabalho, empreendedorismo e informalidade. Nas ações setoriais são detalhadas ações especiais relativas ao agronegócio, a indústria, e ao comércio e serviços. Nessa fase, também são apresentados os principais projetos do orçamento estadual a partir de 2020.

Por fim, desenha-se um conjunto de iniciativas inovadoras e estruturantes para alavancar o desenvolvimento, como “otimização da riqueza pública do estado” com objetivo de otimizar o conjunto de riquezas que o estado possui e monetizá-lo à medida das necessidades. Isso pode ser viabilizado por meio da realização de concessões, vendas, PPP’s de equipamentos públicos atrativos ao setor privado. A seguir cita-se alguns equipamentos que o estado poderá utilizar para esse fim: Arena Castelão, Centro de Formação Olímpica, CEASA, Aquário, CIPP, Cinturão Digital, Sistema Metroviário, Centro de Eventos e infraestrutura de Energia Fotovoltaica.

Em termos de alternativas de financiamento das ações de desenvolvimento destaca-se o fortalecimento do papel da ADECE, Cearapar (holding de ativos do Governo Estadual) e JUCEC através da sinergia de suas ações. A ADECE através de parcerias com o sistema de bancos públicos e privados, organismos multilaterais, instituições financeiras

internacionais e empresas inovadoras como as fintechs, poderão alavancar os recursos necessários para investimentos em modernização da economia do estado, com geração de emprego e renda.

No campo de financiamento foram indicadas ações de parcerias com o Banco do Nordeste em relação ao FNE, ao BNDES, a FINEP e organismos multilaterais, como também instituições financeiras do mercado nacional e internacional, destacando-se fundos de investimentos e outros instrumentos do mercado de capitais.

Com um foco econômico, não adentrando de modo mais específico em outras áreas, a exemplo da reforma administrativa, essa proposta sinaliza para captações de recursos para as empresas do estado, da ordem de R\$ 14 bilhões num período de 10 anos, com reflexos no incremento de receitas de R\$ 9 bilhões, além de desonerações de despesas do estado em torno de R\$ 1,2 bilhão nesse período.

A última parte do documento, mostra a relação entre os investimentos projetados para o período 2020-2025 e os impactos econômico-sociais, embasada na metodologia da Matriz Insumo-Produto, mostrando que ações e investimentos qualificados serão capazes de influenciar e promover um novo padrão econômico para o estado. Mostram que podem impactar o Produto Interno Bruto cearense em até 2,9 vezes os valores investidos, além da geração de impostos e incrementos na massa salarial, que são capitais para a redução das desigualdades econômicas e sociais da nossa população.

## **MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ - DIRETRIZES E MAPA DE INTERCONEXÕES**

### **DIRETRIZES BÁSICAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ**

1- Aderência das políticas públicas de Desenvolvimento Econômico aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, com destaque aos aspectos Sociais e Ambientais;

2- Observação e acompanhamento dos impactos dos Riscos Globais do Fórum Econômico Mundial, nas categorias Econômica, Ambiental, Geopolítica, Tecnológica e Social;

3- Melhoria do Ambiente de Negócios, priorizando a desburocratização dos processos de Alvarás, licenças e demais documentos de instalação e funcionamento de unidades produtivas;

4- Maior seletividade nos investimentos públicos privilegiando os de alcance social e de maior multiplicador fiscal;

5- Estabelecimento de um Estado Competitivo e Sustentável no apoio a infraestrutura e logística intermodal;

6- Incentivo Econômico a cadeias produtivas alavancadoras do Desenvolvimento;

7- Garantia da Segurança Alimentar e Segurança Sanitária com o Fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais sem a dependência de insumos importados;

8- Avanços nas bases de Ciência e Inovação para a transformação digital do Estado-Mercado, com apoio ao desenvolvimento de pesquisas científicas e aquisição de tecnologias;

9- Elevação e acesso a padrões altamente qualificados de capacitação profissional da mão de obra;

10- Estabelecimento de formações contínuas do Estado-Mercado na Gestão, Governança e Lideranças.

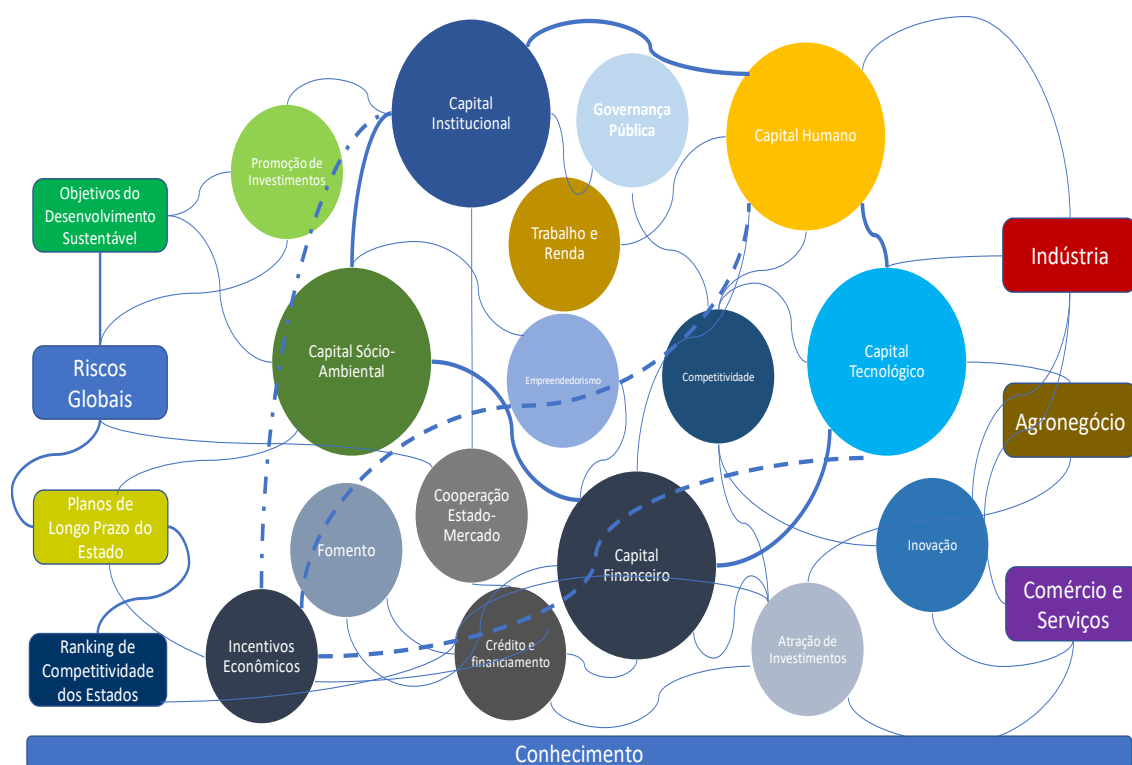
11- Fomento a financiamentos e parcerias de investimento que alavanquem a promoção e atração de investimentos produtivos para o Estado e Mercado.

12. Interlocução com organismos multilaterais tais com Banco Mundial, BID, Eximbanks, Agências de Crédito à Exportação e demais Agências de Fomento, objetivando a formação de Funding para o desenvolvimento de projetos de impacto econômico e social.

## MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ – MAPA DE INTERCONEXÕES

O modelo de desenvolvimento estabelece interconexões a partir dos capitais financeiro, tecnológico, humano, institucional e socioambiental, tendo como pressupostos os objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Riscos Globais, Planos de Longo Prazo do Estado e avaliação da competitividade. A Direção dos processos se reflete nas atividades produtivas: Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços. As dimensões são ilustrativas e baseadas no conhecimento. A visão sistêmica reflete a conectividade e impacto dos capitais e dimensões na construção do Desenvolvimento, caracterizando as interconexões e interdependências para se obter resultados sustentáveis.

Mapa 1 – Modelo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará – Mapa de Interconexões



Elaboração: SEDET

**TOMO II**

**AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA ESTIMULAR O  
CRESCIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO**

# **CAPÍTULO 1 - PRINCIPAIS FATORES CONDICIONANTES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO NO NOVO CENÁRIO**

## **1. O CONTEXTO ECONÔMICO NO PÓS-PANDEMIA**

### **1.1 Considerações Iniciais**

A pandemia provocada pela crise do novo coronavírus ocasionou a necessidade de se realizar forte expansão na oferta de serviços de saúde por diversos governos em todo o mundo, bem como a adoção de medidas de distanciamento social objetivando salvar vidas. Destaca-se que as medidas de isolamento social tiveram impacto nas atividades pessoais e produtivas, tendo como consequências mudanças significativas no modo de vida das pessoas.

Neste contexto, evidencia-se a necessidade de se repensar a atividade econômica, a qual foi afetada negativamente pela pandemia. Restaurantes, hotéis, parques de diversão, eventos esportivos, shows musicais, lojas, shoppings, indústrias e aeroportos são exemplos de negócios que foram atingidos pelas medidas de isolamento social devido a impossibilidade de aglomeração de pessoas.

Surge, assim, o desafio das instituições se adaptarem a nova realidade imposta pelo novo coronavírus, sendo que algumas mudanças podem se estabelecer de modo permanente para além da pandemia. Salienta-se que muitas dessas mudanças estavam ocorrendo de forma gradual, como por exemplo nas atividades de home office e comércio digital, no entanto receberam forte aceleração no período da pandemia.

Nesta conjuntura, convém destacar que na história outras epidemias deixaram importantes legados para a sociedade, citando, por exemplo, a gripe espanhola (1918) que contribuiu para o fortalecimento de sistemas de saúde em todo o mundo. No Brasil, essa situação ensejou, à época, a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública que viria a ser o futuro Ministério da Saúde.

Dessa forma, conjectura-se que as ações relativas ao distanciamento social, uso de máscaras, adoção de protocolos sanitários e de medidas de higiene, entre outras, poderão trazer consequências definitivas para a sociedade. Cita-se, por exemplo, uma maior cobrança pela universalização dos serviços de saneamento básico no país e políticas eficazes para a redução da desigualdade social. Na área econômica, tem-se observado que



diversos setores estão se reinventando nesta pandemia visando manter suas atividades e seus respectivos empregos.

Muitos outros aspectos estão sendo debatidos por especialistas no contexto da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, os quais poderão influenciar a atividade econômica de forma permanente, sendo alguns deles tratados nas próximas seções.

## **1.2 Importância da Coordenação do Estado**

Destaca-se que o papel do Estado é fundamental em momentos de crise econômica e/ou sanitária, cabendo ao Governo a tarefa de realizar investimentos públicos e facilitar a atração de investimentos privados visando estimular o crescimento econômico de forma sistêmica e sustentável após o período da pandemia.

Normalmente, em economias de mercado o principal papel do Governo é ser regulador das atividades econômicas almejando promover a eficiência e igualdade, criando uma ambiência de negócios favorável ao desenvolvimento econômico. Não obstante, em momentos de crise torna-se mais relevante a função do poder público, objetivando garantir, sobretudo, o bem-estar da população.

Nota-se, em tais situações, a importância da coordenação do Estado ao promover, por exemplo, ações que visem avaliar o mínimo existencial para famílias vulneráveis ou implementando programas que busquem atenuar os impactos econômicos da pandemia do novo coronavírus nas empresas, na perspectiva da manutenção e geração de empregos.

Por exemplo, no Ceará uma série de medidas foram adotadas pelo Governo do Estado almejando proteger a população mais vulnerável, citando-se, por exemplo, o pagamento das contas de energia elétrica e de água, assim como a distribuição de botijões de gás de cozinha.

Nesta conjuntura, evidencia-se que em momentos de crise a intervenção do poder público não somente se faz necessária, mas, sim, essencial para a manutenção da ordem econômica. Em síntese, é destinado ao Governo (nacional e locais) a liderança do processo de retomada do crescimento econômico no país neste atual momento.

Ressalte-se que algumas medidas estão em debate atualmente no Brasil constituindo uma agenda que inclui a proposta de reformas estruturantes, novos marcos

legais, concessões, medidas de desburocratização e acesso ao crédito, visando sobretudo estimular e fortalecer a captação de investimentos privados. Outra perspectiva em discussão é o investimento público em obras para a geração de empregos em curto prazo, em áreas, por exemplo, de saneamento básico e construção civil.

Essa questão do emprego é fundamental e urgente, pois, conforme os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), relativos ao mês de abril de 2020, o Brasil teve um saldo negativo de 763.232 empregos formais (de janeiro a abril), sendo que no Ceará foram perdidas 25.599 vagas de trabalho formal (3,35% do país). Desse modo, um dos principais desafios a se superar após a pandemia do novo coronavírus é a retomada da geração de empregos no país, sendo fundamental, para tanto, a liderança do Estado.

### **1.3 Globalização**

No tocante a globalização, reporta-se que a pandemia revelou o risco da confiança nas cadeias globais de produção e fez ressurgir um maior sentimento de protecionismo dos países, ao menos para áreas essenciais como a saúde e alimentação. Isso pode incentivar o desenvolvimento de indústrias nacionais a ocupar esse espaço, ou mesmo se buscar a diversificação da produção para mais de um centro global, hoje extremamente concentrado na China. De fato, a pandemia afetou o fluxo internacional de produtos, serviços e pessoas devido ao fechamento de fronteiras em diversos países.

Vale comentar que a maior parte da produtividade mundial depende do comércio internacional, fruto do processo de globalização. Entretanto, em relação ao Brasil tem-se uma situação de menor integração (abertura econômica) comparativamente a países desenvolvidos.

Assim, surge a hipótese de que o país aproveita menos os períodos de crescimento global, mas tende a sofrer menos em períodos de recessão econômica. Conjectura-se que a crise ocasionada pelo novo coronavírus poderá desacelerar as relações comerciais entre países, mas não a ponto de instaurar uma desglobalização. Neste contexto, destaca-se que o Brasil pode se beneficiar de uma de suas vocações naturais e se tornar um líder no agronegócio fornecendo alimentos para diversos países.

## **1.4 Mudanças no Mercado de Trabalho**

Tem-se observado também na atual pandemia mudanças significativas no mercado de trabalho nacional que podem provocar alterações nas culturas organizacionais. Um exemplo marcante foi o fortalecimento da atividade de home office, modelo em que funcionários cumprem tarefas em casa longe do ambiente profissional.

Conforme dados oriundos da pesquisa PNAD COVID-19, do IBGE, em maio de 2020, cerca de 13,2% das pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho, estavam trabalhando de forma remota no Brasil, ou seja, sem sair de casa, mas há uma tendência de aumento deste percentual após a pandemia do novo coronavírus. Deste modo, parcela significativa da força de trabalho tende a ser remota com os profissionais de diversos segmentos evitando deslocamentos demorados, ampliando a produtividade e a qualidade de vida por ter um maior tempo dedicado aos estudos, à família e ao lazer.

Além disso, o processo de seleção para muitas vagas de trabalho também poderá ser realizado de forma remota, tornando o mercado de trabalho mais competitivo, já que o candidato terá uma maior oportunidade de disputar várias vagas de trabalho num curto espaço de tempo, pois ele não terá custos e perda de tempo com deslocamentos para as entrevistas de seleção.

Indiretamente, também serão beneficiadas as próprias empresas com a redução de custos (aluguel de salas, energia etc.) e as cidades, uma vez que contarão com um menor tráfego no sistema de transportes, acarretando, ainda, na melhoria da qualidade do ar, contribuindo para a diminuição de doenças por via respiratória na população.

Neste contexto, destaca-se que o avanço da tecnologia da informação é fundamental para a evolução da cultura organizacional das empresas. Hoje, pode-se realizar reuniões técnicas com pessoas em diferentes locais sem sair de casa, economizando custos e tempo com deslocamentos. Naturalmente, deverão existir avanços na política de segurança da informação das empresas visando proteger seus dados e informações.

## **1.5 A Importância da Tecnologia da Informação**

Outro ganho referente a tecnologia da informação está relacionado às áreas de telemedicina e educação a distância. Obviamente, tais atividades devem ser regulamentadas pelos órgãos competentes. Por exemplo, a Organização das Nações

Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) publicou recomendações sobre ensino a distância envolvendo aspectos ligados a segurança e proteção de dados, programas inclusivos, avaliação da aprendizagem, entre outros.

No período da pandemia também cresceu a utilização de aplicativos de celular por oferecem praticidade ao disponibilizarem diversos serviços digitais à população, tais como: operações financeiras, e-commerce, serviços de transporte, saúde e entretenimento. Ressalte-se que a utilização destes serviços por aplicativos permite que as empresas conheçam o perfil do consumidor, possibilitando se traçar estratégias de vendas personalizadas.

Em relação às operações financeiras, é crescente o uso de bancos digitais, já são seis empresas da área atuando no Brasil em 2020: Nubank, Neon, Agibank, Banco Original, Banco Inter e Next. Esse tipo de modalidade financeira possui vantagens como desburocratização na abertura de conta, uma vez que todo o processo é realizado de forma remota via aplicativo, com o uso de documentos pessoais digitalizados.

Como vantagens citam-se o baixo custo de manutenção da conta e em muitos casos sem custo de manutenção; realização de saques sem custos pelo Banco24Horas e TEDs ilimitados e gratuitos; cartões de crédito e débito sem anuidade; e, por fim, várias modalidades de investimentos em renda fixa, fundo de investimentos e também renda variável.

Além dos bancos digitais, também é crescente no Brasil a modalidade de sistema de pagamento instantâneo digital, com o surgimento no país dos aplicativos Apple Pay, Samsung Pay, e mais recentemente com os aplicativos PicPay, PayPal, Google Pay, Mercado Pago e PagSeguro, esta modalidade facilita uma transação financeira rápida, pois permite a transferência de valores monetários em tempo real, seja entre pessoas físicas, empresas ou ainda setor público, com disponibilidade de 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Além disso, o beneficiário tem acesso ao valor imediatamente, ainda que os pagamentos ou transferências sejam realizados nos fins de semana, feriados ou além do horário bancário, diferentemente do que ocorre com os tradicionais TED's e DOC's. Esta modalidade é amplamente utilizada na China, que é o maior mercado de pagamentos digitais do mundo, sendo dominada pelas plataformas, Alipay e WeChatPay, facilitando

principalmente o capital de giro imediato dos empreendedores autônomos chineses, os chamados informais no Brasil.

Nesta conjuntura, como reflexo das medidas de isolamento social, necessárias para se salvar vidas, teve-se o fechamento de atividades comerciais durante a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus. Com isto, houve uma maior demanda da população com acesso à tecnologia da informação por serviços de e-commerce.

Mesmo após a pandemia este tipo de comércio eletrônico tende a crescer, pelo menos enquanto não surgir uma vacina, uma vez que a população buscará se proteger visando diminuir as chances de contágio pelo vírus. Os preços das ações da Amazon, maior empresa de e-commerce do mundo, subiram cerca de 64%, na bolsa de valores americana NYSE, de janeiro até o início de julho de 2020, com uma forte aceleração a partir do início da pandemia em março de 2020.

Dada essa perspectiva de crescimento do setor para o futuro, serão necessários maiores investimentos em logística. No Brasil, a Amazon Brasil, Mercado Livre, Alibaba e Magazine Luiza, investem em construções de grandes Centros de Distribuição regionais e serviços de transportes próprios, para uma entrega rápida, eficiente e com reduções dos custos de fretes dos produtos aos clientes. Além disso, investem em tecnologia de big data e inteligência artificial para otimizar rotas, bem como no desenvolvimento de entregas com o uso de drones.

A pandemia também poderá deixar como legado a aceleração do processo de digitalização dos serviços públicos a partir da unificação de documentos, serviços e sites oficiais. Esta ação contribuirá para o aumento da produtividade, a melhoria da confiança no Estado e até mesmo a inclusão social através de procedimentos mais ágeis, além da redução de custos para o Governo. Ressalte-se que a digitalização dos serviços também possibilita ao Governo obter respostas quanto a satisfação dos usuários no tocante aos diversos serviços oferecidos pelo Estado, visando o aperfeiçoamento da prestação dos mesmos.

## **1.6 Tendências do Contexto no Pós-Pandemia**

O mercado global tanto pelo lado da oferta como da demanda não será como antes. Ocorrerão mudanças abruptas nas cadeias globais de valor, como algumas mudanças em relação a China, em especial naqueles segmentos que tem a plena hegemonia chinesa.

No curto e médio prazo ocorrerá uma onda de protecionismo, em especial naqueles setores vitais, como saúde, alimentos e segurança. Os setores de Viagens, Turismo, Entretenimento e artigos de luxo regredirão em termos de tamanho, investimento e receita.

Apresenta-se um ambiente “VUCA”: que significa um forte contexto de volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade.

Apresenta-se um cenário de turbulências políticas e econômicas mundiais, que vai reposicionar a questão da segurança nacional, abrindo espaço para a indústria da defesa e segurança, com o consequente aumento dos gastos militares globais e as crises econômicas e guerras civis poderão ficar de forma endêmica.

Perda de renda das classes média e pobres implicando em impactos na demanda. Os bens essenciais (alimentos, saúde, limpeza) conseguirão segurar a demanda, contudo os bens não essenciais apresentarão uma queda na demanda;

A tendência cada vez maior de transformação dos negócios pela tecnologia digital. Uma empresa digital é ágil, resiliente e facilmente adaptável aos novos momentos. Ou seja, empresa digital não significa apenas empresa automatizada.

As mudanças estruturais no mercado financeiro tanto no “varejo” com as fintechs em termos de facilidades de produtos e serviços financeiros, como em escala global com a nova “moeda” digital em experimento pela China, com riscos de abalar a hegemonia do dólar.

O maior uso de instrumentos de gestão modernos, atuais, ágeis e seguros, completamente adequados à situação pós-pandemia e à própria Market place, e-commerce (almoxarifado virtual), cadastro de fornecedores eletrônicos, como também de trabalho remoto, abrangendo todas as áreas que podem realizar suas funções por meio de plataformas tecnológicas e sem a necessidade da presença física na organização e política, de treinamento online ou presencial com novas metodologias.

Em termos de gestão das empresas enfoque no acompanhamento dos riscos e compliance aplicados em todas as áreas da empresa, em especial nas áreas financeiras e nas principais cadeias de suprimento.

Em termos de mercado pelo lado da demanda, tem-se as seguintes tendências:

- ✓ **Perda de renda das classes média e baixa** - Impacto na demanda: bens essenciais conseguirão segurá-la, bens não essenciais apresentarão uma queda expressiva.
- ✓ **Senioridade dos consumidores** - Consumidores se tornarão mais prudentes e preocupados com a saúde.
- ✓ **Intensificação da demanda por alimentos** – considerados no topo dos bens essenciais, por questão de segurança alimentar e do ponto de vista global tendo em vista a entrada no mercado de parte significativa da população da China, Índia e África.

Ao se analisar pelo lado da oferta as tendências se apresentam de formas variadas e de impactos assimétricos em termos de economia nacionais, em especial pelo acesso as novas tecnologias e questões de logística e digitalização, como a seguir indicados:

- ✓ **Transformação dos negócios pela tecnologia digital** - Uma empresa digital é ágil, resiliente e facilmente adaptável aos novos momentos. As ferramentas digitais se tornarão soluções cada vez mais populares – exemplo: expansão de B2C para B2B.
- ✓ **Aumento da intensidade competitiva** - Foco em Tecnologia, Restrições comerciais favorecerão desenvolvimento de tecnologias não poluentes. Crescente demanda por novas tecnologias de controle ambiental.
- ✓ **Indústria 4.0.** - Interconexão entre fábricas e consumidores, com armazenamento, processamento e comunicação de elevadas quantidades de dados, acessíveis de qualquer lugar.
- ✓ **Revolução nos Insumos do Agronegócio** - Agricultura de precisão, Biotecnologia genômica, uso racional de recursos hídricos, Alimentos processados, Alimentos funcionais, alimentos com maior validade, automação e robótica para digitalização do campo;
- ✓ **Energias Renováveis e novos processos de distribuição** - Eficiência energética e diminuição da emissão de poluentes terão cada vez mais importância no sistema de produção, com destaque para energias, Eólica, Fotovoltaica, Biomassa e resíduos com Sistemas digitalizados para distribuição inteligente (“smart grid”), alternativas de estocagem de

energia para substituição do lítio (ex. armazenamento químico – H<sub>2</sub>); Os consumidores serão produtores simultaneamente, formas;

- ✓ **Logística e processos de acesso a novos mercados** – melhorias nos processos de logística e diversos modais de transportes;
- ✓ **Economia criativa** – mudanças estruturais nos empreendimentos culturais, audiovisual e mídia editorial, softwares e games e design, arquitetura e publicidade;
- ✓ **Infraestrutura** - a Indústria 4.0 depende da modernização da infraestrutura de comunicações;

Em termos das relações institucionais e mercado, em especial nas intercessões entre funções estatais, de organizações paraestatais (ONGs, Organizações de empresários, de trabalhadores) e organizações multilaterais internacionais, deve-se indicar algumas tendências de médio e longo prazo, como:

- ✓ **Governo Digital** – a digitalização de processos e produtos do setor estatal implicando em novas formas de acesso, com menor custo e melhor serviço aos cidadãos;
- ✓ **Papel socioeconômico** - Desempenho mais forte do setor privado.
- ✓ **Fundos de Investimentos não tradicionais** - Foco em projetos ambientais, sociais e com governança. Negócios de Impacto Social.
- ✓ **Trabalho remoto** - Por meio de plataformas tecnológicas, e reduzida presença física nas organizações.
- ✓ **Programa de gestão de riscos e compliance** - Aplicados em todas as áreas da empresa, em especial nas áreas financeiras e nas principais cadeias de suprimento.
- ✓ **Valorização do capital humano** – indivíduos com baixos níveis educacionais e sem acesso as novas tecnologias estão fora do mercado. Portanto, as políticas públicas têm que serem inclusivas tendo em vista a evolução das indústrias 4.0 e o um mercado cada vez mais digitalizado;
- ✓ **Adoção de políticas de desburocratização e simplificação** – a emergência de um estado mais atuante em funções estratégicas como educação, saúde, segurança e infraestrutura, contudo cada vez mais facilitador dos negócios e operador de políticas públicas de acesso do cidadão a informação.



- ✓ **Adoção de políticas de inovação e novas tecnologias** – Em um contexto de indústrias 4.0 e digitalização dos mercados as políticas de P&D e adoção de novas tecnologias serão focos tanto do ponto de vista estatal, como das grandes corporações, codificação do DNA, nano e biotecnologia, Telemedicina, Monitoramento por sensores e chips adesivos;
- ✓ **Priorização de aquisições locais** – a atual crise econômica-sanitária indicou que, por questões de saúde e segurança alimentar dos países, parte da produção de bens essenciais tem que ser feita por produtores nacionais no território de cada país;
- ✓ **Desenvolvimento de cultura exportadora** – apesar do aumento de políticas de fechamento do mercado, é fundamental que as empresas tenham processos de internacionalização. A exportação é um dos principais fatores de internacionalização e aumento da competitividade.

Em relação ao mercado financeiro internacional e nacional as tendências/mudanças que se apresentam indicam aceleração de inovações e novas práticas no mercado financeiro, com a presença de novos atores, a seguir uma síntese destas tendências:

- ✓ **Aceleração da Digitalização** – o setor financeiro foi um dos primeiros a adotar modelos de digitalização de processos e produtos. Esta tendência indica forte aceleração dos procedimentos, com os pagamentos via internet crescendo para um novo patamar e a popularização do uso de aplicativos. A presença de agências físicas tende a cair no curto prazo;
- ✓ **O crescimento das fintechs** – os bancos digitais, as pequenas companhias financeiras, novas formas de crédito e de acesso a milhões de pessoas e a *bancarização em grande escala*, como exemplo, países como a Índia e China, está utilizando novas formas de acesso financeiro das classes “C” e “D”. No caso brasileiro no setor informal o acesso financeiro de algumas dezenas de milhões de pessoas;
- ✓ **Modernização digital de antigos produtos** – uma forte tendência de modernizar “antigos” produtos do mercado de capitais, da área de financiamento e crédito, através de processos digitais e novos canais de acesso ao mercado;

Como se delinea a partir destas diversas tendências de médio e longo prazos, pode-se inferir a necessidade de mudanças estruturais, seja na “máquina do estado”, nas estratégias e operações das empresas, como também grandes alterações do ponto de vista dos mercados financeiros.

### **1.7 Riscos Globais - Fórum Econômico Mundial**

Em um mundo cada vez mais globalizado, conectado e integrado, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Econômico demanda uma análise de tendências e riscos globais para a elaboração de diretrizes, iniciativas e metas. No caso de um plano estadual, o componente dos riscos precisa ser amplamente monitorado e avaliado, em seus pilares econômicos, ambientais, sociais, geopolíticos e tecnológicos.

Diante de um cenário global instável e de incertezas em todos os pilares, não se pode esperar pela recuperação do sistema global ou pelo próximo conflito para enfrentar os desafios prementes. É preciso conhecer os riscos para propor uma política de desenvolvimento capaz de mitigar os riscos mapeados.

Nesse sentido, surge como importante referência para a identificação de riscos globais, o relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF) com apoio da Marsh&MacLennan, denominado de Global Risks 2020, com projeção de riscos e tendências emergentes para o ano corrente e para a próxima década.

O estudo deste ano destaca as principais conexões no panorama de riscos. Os crescentes confrontos, tanto entre países como localmente, assim como um maior senso de urgência e emergência em torno de alguns problemas globais críticos.  
(John Drzik, Presidente de Marsh & McLennan Insights)

### **Instabilidade Geopolítica**

A política nacional em muitos países tem demonstrado uma intensa divisão e "retrocessos", junto com as relações internacionais cada vez mais frenéticas. Estas volatilidades provavelmente vão persistir, desafiando a cooperação como uma prioridade chave.

### **Preocupações econômicas**

À medida que crescem os confrontos econômicos entre as principais potências, a economia global mostra maiores sinais de uma desaceleração combinada.

### **Deficiências na resposta climática**

Os fracos acordos internacionais contrastam com o aumento de investidores e a pressão popular para a ação, em um contexto de uma variedade de catástrofes naturais e indicadores de disrupturas em longo prazo. O ano de 2020 é crítico para que as nações acelerem o progresso em direção das reduções de emissões e aumentem os investimentos em adaptação.

### **Impactos da perda de biodiversidade**

Muitos ecossistemas estão sendo reduzidos ou sob risco de extinção. A perda da biodiversidade planta consequências irreversíveis para as sociedades, economias e para a saúde do planeta.

### **Déficit de governança tecnológica**

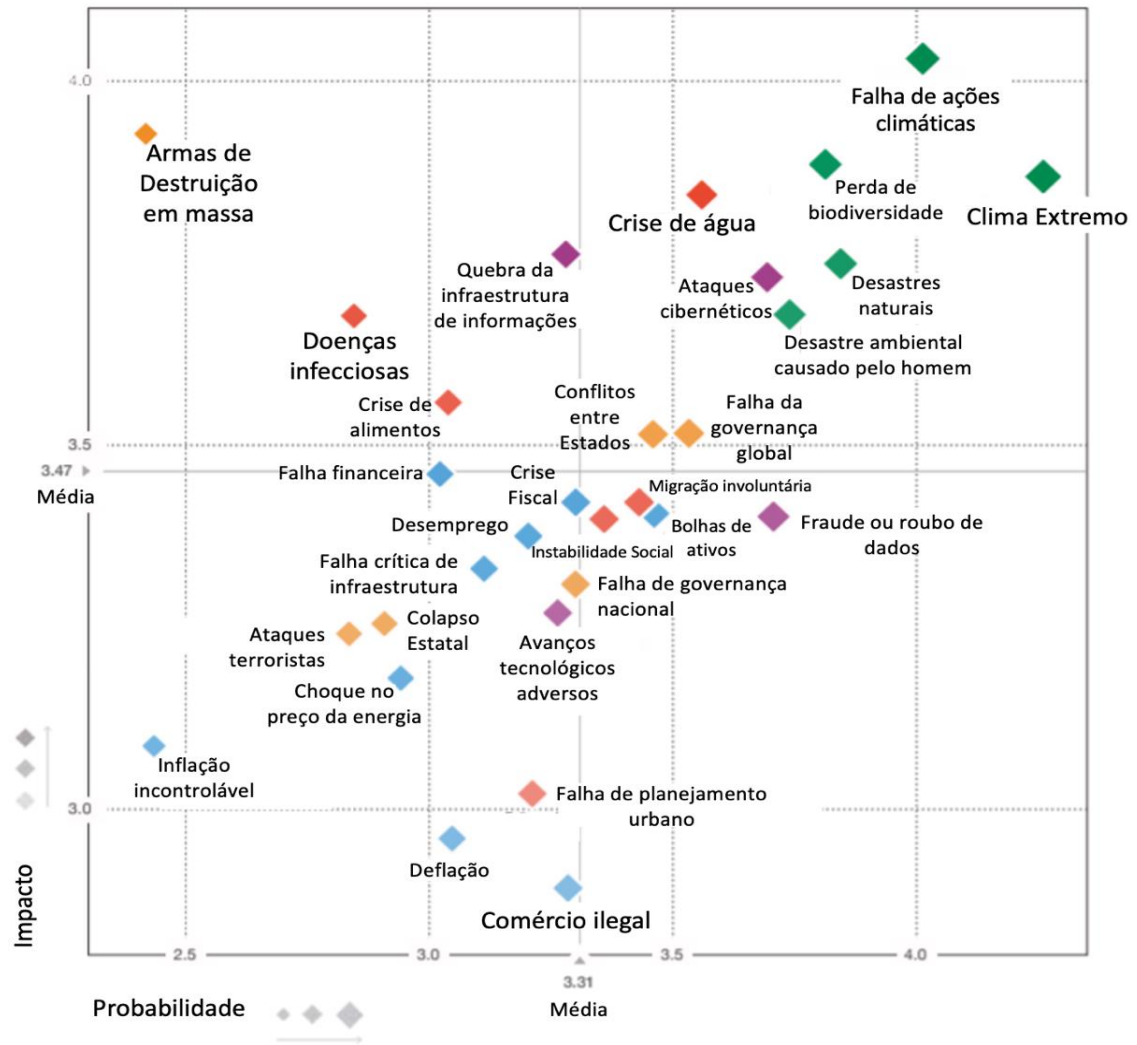
Os riscos tecnológicos emergentes podem corroer o discurso social, ameaçar a estabilidade econômica, exacerbar a competência geoestratégica e pressionar a segurança nacional e internacional. Obter um melhor manejo dos riscos sistêmicos requer uma atualização significativa da governança tecnológica em todos os níveis.

### **Sistemas de saúde oscilantes**

As tendências sociais, ambientais, demográficas e tecnológicas em mutação estão forçando os sistemas de saúde a nível mundial. Embora a tecnologia transformadora, medicamentos e os seguros possam melhorar os cuidados médicos, eles também introduzem novos riscos e compensações.

O Fórum Econômico Mundial elaborou uma matriz que analisa os principais riscos em termos de impacto e probabilidade. Subdividido nas categorias Econômicas, Ambiental, Geopolítica, Social e Tecnológica, o relatório identifica, por impacto e probabilidade, quais os riscos podem afetar o planeta e a sociedade mundial, conforme o gráfico 11 abaixo.

Gráfico 11. Diagrama dos Principais Riscos (Impacto X Probabilidade) do Fórum Econômico Mundial



**TOP 10 riscos PROBABILIDADE**

1. Falha de ações climáticas
2. Falha de ações climáticas
3. Desastres naturais
4. Perda de biodiversidade
5. Desastre ambiental causado pelo homem
6. Fraude ou roubo de dados
7. Ataques cibernéticos
8. Crise de água
9. Falha da Governança global
10. Bolhas de ativos

**TOP 10 riscos IMPACTO**

1. Falha de ações climáticas
2. Armas de destruição em massa
3. Perda de biodiversidade
4. Clima extremo
5. Crise de água
6. Quebra da infraestrutura de informações
7. Desastres naturais
8. Ataques cibernéticos
9. Desastre ambiental causado pelo homem
10. Doenças infecciosas

**CATEGORIAS**

- ◆ Econômico
- ◆ Ambiental
- ◆ Geopolítico
- ◆ Social
- ◆ Tecnológico

Fonte: World EconomicForum Global, 2020.

### **Categoria Ambiental**

Essa categoria apresenta as áreas que lideram o impacto e a probabilidade dentre todas as categorias, no caso, as falhas climáticas, eventos extremos do clima e perda da biodiversidade, estão como os principais riscos globais para a década, segundo o relatório.

### **Categoria Econômica**

Desemprego, Crises Fiscais, Bolha de Ativos, Choque no preço da Energia e Falha crítica em infraestrutura, comércio ilícito e Deflação, aparecem como os principais impactos.

### **Categoria Social**

Crises Hídricas, Crises Alimentares, Migração Involuntária e doenças infecciosas, por exemplo, aparecem como mais relevantes no Categoria Social. Chama a atenção as doenças infecciosas não aparecerem entre os 10 riscos por probabilidade e impacto para a década, pois a pandemia do COVID-19 demonstra a extrema vulnerabilidade do sistema de saúde mundial, inclusive dos países desenvolvidos.

### **Categoria Geopolítica**

As guerras com armas de destruição em massa lideram no contexto de impacto, entretanto, aparecem com baixa probabilidade na categoria. Ataques terroristas com baixo impacto e baixa probabilidade. Conflitos estaduais e falha na governança global e a falha na governança nacional lideram em termos de probabilidade, apresentando impacto relativamente alto.

### **Categoria Tecnológica**

Todos os riscos mapeados na categoria tecnológica têm apresentado evolução de probabilidade e impacto no decorrer dos anos. Destacam-se os ataques cibernéticos, quebra na confiança das informações, fraude de dados e desfavoráveis avanços tecnológicos como os riscos mencionados no relatório

## **1.8 Considerações Finais**

Em síntese, evidencia-se que a pandemia causada pelo novo Coronavírus irá deixar marcas e legados na sociedade. Um deles é a necessidade da diminuição de riscos

de uma nova pandemia, implicando que a população deverá aumentar os cuidados com limpeza e higiene social. Ao lado disso, a pandemia também vai induzir uma necessidade cada vez mais crescente de ampliação de redes de internet, aumento da velocidade de transferência de dados via tecnologia 5G e o aumento de Datacenters para o armazenamento de dados em nuvem.

O Governo e as empresas também podem desenvolver protocolos sanitários visando minimizar o risco de doenças, sendo que estes protocolos deverão ser estabelecidos conforme os diferentes tipos de setores econômicos, podendo se configurar como certificações fitossanitárias.

Neste contexto, destaca-se a necessidade de o Governo diminuir as desigualdades sociais existentes em nosso país, onde significativa parcela da população não tem acesso, por exemplo, a serviços de saneamento básico. Outra ação a ser fortalecida é a adoção de medidas sanitárias em locais com grande aglomeração e movimentação de pessoas, como aeroportos, rodoviárias, áreas de lazer, atrações turísticas etc.

A tecnologia da informação poderá contribuir para a retomada da atividade econômica, fortalecendo atividades relacionadas ao home office, comércio eletrônico, telemedicina, entre outras. Não obstante, o maior desafio após a pandemia será a geração de empregos, devendo o Estado assumir o papel de coordenação do processo de retomada do crescimento econômico.

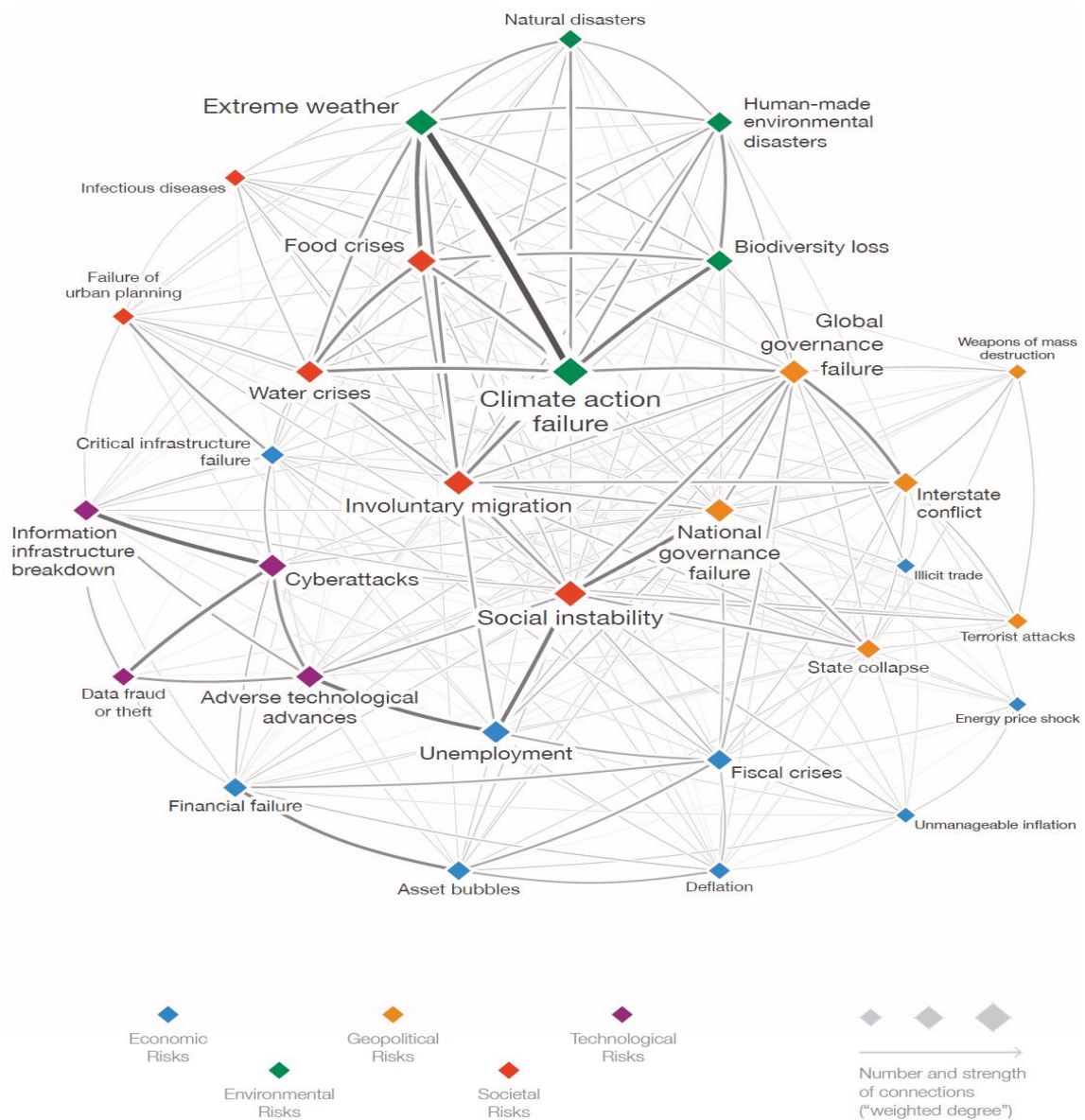
O Gráfico 12 refere-se às Conexões dos Riscos Globais, adicionalmente à associação do tamanho do impacto e da sua probabilidade de ocorrência de cada um dos principais riscos. Sobressaem-se como as maiores percepções de interconectividade entre eles as “consequências adversas das tecnologias” e do “desemprego e subemprego”, ambos altamente relacionados com uma “profunda instabilidade social”, bem como “falha na adaptação às mudanças climáticas”, com “crises de alimentos e água”, “eventos climáticos extremos” e “migração involuntária em grande escala”.

As maiores percepções de interconexões de risco podem ser sumarizadas conforme a seguir:

- eventos climáticos extremos mais falha na mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

- ataques cibernéticos em larga escala mais quebra de infraestrutura e redes de informação críticas;
- desemprego ou subemprego estrutural elevado mais consequências adversas dos avanços tecnológicos;
- desemprego ou subemprego estrutural elevado mais instabilidade social profunda;
- incidente maciço de fraude/roubo de dados mais ataques cibernéticos em larga escala; e
- Falha de governança regional ou global mais conflito interestadual com consequências regionais

Figura 12. Interconexões dos Riscos Globais



Fonte: World Economic Forum Global, 220.

## 2. NOVO CEARÁ: COMPETITIVO, INOVADOR E SUSTENTÁVEL

### 2.1 Objetivos Estratégicos

O plano em questão trabalha em prol de objetivos transversais entre atividades econômicas, além de atender a um olhar tanto econômico quanto social, capazes de nortear as políticas e demais iniciativas propostas nesse documento.

#### ✓ **Aumentar a geração e qualidade dos empregos formais**

As informações estatísticas apontam para uma participação desproporcional do setor informal em relação a PEA (População Economicamente Ativa) do Estado, grande parte desta mão de obra vivendo em situação de baixo rendimento e precariedade em termos de garantia do rendimento. A geração de novos e melhores empregos formais visa garantir uma maior qualidade de vida aos cearenses.

A viabilização de empregos de qualidade para a mão de obra jovem que procura o primeiro emprego é destaque importante desse objetivo, em especial os egressos das escolas de ensino profissionalizante.

#### ✓ **Aumentar a massa salarial da economia do estado**

A partir do incremento da formalização da mão de obra, do crescimento da economia e da potencialização da produtividade, tem-se as condições necessárias para o aumento da massa salarial, fundamental para o aumento da demanda e maior circulação da riqueza gerada no estado, um dos principais fatores para o fortalecimento da economia local.

#### ✓ **Crescer a participação do PIB do Ceará no PIB Nacional**

O estado do Ceará tem tido nas últimas décadas uma participação do seu produto bruto em torno de 2% do PIB nacional, desproporcional a sua participação na população do país, de cerca de 4%. Isso implica em uma renda per capita de cerca de 50% da média brasileira. Em termos econômicos, este é um objetivo fundamental para superar as grandes diferenças dos indicadores econômicos e sociais do estado em relação ao resto do país.

#### ✓ **Aumentar a produtividade e competitividade da economia**



Estas duas variáveis são fortemente correlacionadas, pois incrementar a produtividade do trabalhador implica em melhoria da renda, como também um incremento da produtividade total da economia significará produção de bens com menores custos e qualidade, fatores cruciais para a competitividade de qualquer economia e para a melhoria da qualidade de vida do cearense.

- ✓ **Melhorar a distribuição de renda per capita entre as classes sociais, como também em termos geográficos entre a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e as demais regiões do Estado.**

O alcance dos demais objetivos no médio e longo prazo não garante que o estado consiga eliminar os grandes diferenciais de desenvolvimento em termos espaciais, continuando os grandes vazios econômicos atuais entre as regiões de planejamento do estado. Portanto, esse objetivo é fundamental para a garantia de foco em políticas de desenvolvimento regional, descentralizando o crescimento econômico da RMF para as demais regiões do Estado.

## **2.2 Diretrizes**

A proposta aqui apresentada configura-se como uma política de estado com uma visão de curto, médio e longo prazo, devendo ser implementadas em vários governos, dentro de um princípio de continuidade e redirecionamento adequadas as mudanças globais.

Dessa forma, as premissas que norteiam esse documento têm como fundamento as diretrizes formuladas por planejamentos estratégicos de médio e longo prazo, como o Ceará 2050<sup>1</sup>, o Ceará Veloz<sup>2</sup>, que teve como insumo o Plano de Desenvolvimento elaborado pela consultoria SPI – QUANTA no redesenho da SEDET, e as Rotas Estratégicas 2025 da FIEC<sup>3</sup>. Diante disso, destacam-se abaixo as principais diretrizes que servirão de base nessa proposta, alinhadas com os planos anteriores citados.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.ceara2050.ce.gov.br/>

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/cearaveloz/>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www1.sfiec.org.br/observatorio-da-industria/programa/92187/rotas-estrategicas-setoriais>

### ✓ **Desenvolvimento Econômico com Agregação de Valor para a Sociedade**

A redução radical da pobreza e das desigualdades em busca do desenvolvimento social implicará em aceleração do crescimento econômico de forma compartilhada, priorizando o desenvolvimento integrado à luz de vocações e potencialidades dos territórios, bem como preservando o meio ambiente, para garantir a sustentabilidade. Para isso, tem-se que universalizar programas de renda para redução da pobreza, melhorar as condições de habitação e urbanização, priorizar políticas para micro e pequenas empresas e incentivar as compras públicas e locais. Além disso, deve-se incentivar a utilização da inovação como alavanca do desenvolvimento, com a priorização da inovação, ciência e tecnologia.

### ✓ **Governança Compartilhada**

Uma melhoria contínua do ambiente institucional e de negócios dinâmico, cooperativo e inovador com a institucionalização da cultura de governança compartilhada e de gestão orientada para resultados, com responsabilidade e controle dos gastos públicos do estado. Isto implica na seletividade dos investimentos públicos e aumento da produtividade do setor público, além do desenvolvimento de esforços para melhoria da gestão fiscal do estado e dos municípios. Estruturar holding patrimonial para rentabilizar os ativos e gerar receitas e priorizar a capitalização da previdência.

### ✓ **Adoção de estratégias direcionadas para Cadeias Produtivas de alto valor agregado**

O intuito é sair da visão de setores econômicos tradicionais desfocados da atual realidade, que é composta por um mercado integrado global e transversal. Esse novo contexto requer a reestruturação e instrumentalização da Adece, a reconfiguração dos regimes tributários e de incentivos fiscais, o incentivo de programas voltados para exportação, e transformação do Estado em um centro focal de infraestrutura e logística multimodal do país, valorizando a sua posição geográfica.

### ✓ **O Estado na Vanguarda do Conhecimento**

Diretriz imprescindível, tendo em vista o novo ambiente da quarta revolução industrial, que significa ter o capital humano como principal fator transformador e a inovação como base para acelerar o desenvolvimento do estado. Para isso deve-se

viabilizar o polo de inovação em TIC, a transformação dos negócios pela tecnologia digital e a digitalização e automação do governo e das empresas privadas.

✓ **Desenvolvimento do Agronegócio Sustentável e de Alto Valor Agregado**

Com adoção de segurança hídrica e com o uso eficiente e racional da água, se prevê maior resiliência face às irregularidades pluviiais e o incentivo à culturas de alto valor agregado e de grande demanda nos mercados nacionais e internacionais.

✓ **Turismo Cearense como Referência Internacional para o Desenvolvimento Sustentável**

Continuar com o crescimento apresentado nos últimos anos e aumentar a participação em relação ao turismo internacional. É fundamental alavancar os negócios tendo como referência o Hubaéreo, como também a riqueza cultural e turismo de eventos.

✓ **Produção de Energia Limpa e Renovável**

Promover o desenvolvimento tecnológico de referência internacional e focado em projetos de energias renováveis que sejam ambientalmente, economicamente e socialmente favoráveis e com governança no contexto das mudanças climáticas.

✓ **Economia do Mar**

Focar em produtos de alto valor agregado, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, e integrado a cadeias internacionais de valor, com apoio da infraestrutura logística do HubMarítimo.

✓ **Economia da Saúde**

Impulsionar o desenvolvimento da cadeia da saúde como fator de desenvolvimento econômico e social, proporcionando o fornecimento de insumos fundamentais para um campo essencial, integrados a polos de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação e a cadeias internacionais de valor.

✓ **Economia Criativa**

Desenvolver a economia criativa como um dos eixos de desenvolvimento socioeconômico do estado, aproveitando a sua grande riqueza cultural do estado e associado com o potencial turístico do estado.

## 2.3 Prioridades

Nesta proposta, entende-se como prioridades aqueles aspectos que devem, junto aos objetivos estratégicos e diretrizes, indicar quais aspectos são prioritários dentro das iniciativas propostas. Nesse sentido, destacam-se abaixo nove pontos de especial atenção para a proposição de ações transversais e setoriais nas próximas páginas do documento.

### ✓ **Estabelecimento de marcos regulatórios competitivos, transparentes, equitativos e éticos**

Para que as ações propostas tenham êxito na execução, é essencial que sejam estabelecidos marcos regulatórios que garantam uma maior eficiência através de maior competitividade em comparação a outros entes federativos; maior transparência nos processos de implementação; atendimento equitativo entre os setores prioritários, empresários e demais beneficiados das iniciativas; além de serem éticos em respeito às normas e valores que regem os órgãos públicos.

### ✓ **Desburocratização de processos**

Entendendo que o setor público é comumente atrelado à processos bastante burocráticos e pouco eficientes, o Governo do Ceará tem seguido uma linha estratégica que vise se desvincular dessa visão. Exemplo disso é a redução do tempo necessário para abertura e fechamento de empresas pela Junta Comercial do Estado do Ceará (Jucec), que tem alcançado resultados exemplares a nível nacional<sup>4</sup>. Dessa forma, as iniciativas deste plano priorizam estratégias que facilitam e otimizam os processos públicos, garantindo maior celeridade e eficiência.

### ✓ **Digitalização e automação de processos públicos**

No mesmo sentido da desburocratização de processos, as propostas deste documento visam e implicam na digitalização e automação dos processos públicos como fatores prioritários para implementação. O Governo do Ceará demonstra seu forte compromisso com essa prioridade através da criação do Íris | Laboratório de Inovação e Dados do Estado<sup>5</sup>, o qual integra a Plataforma de Transformação Digital do Governo do Estado do Ceará, estimulando a cultura de inovação e a ciência de dados e acelerando a

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://bitly.com/dJgUS>

<sup>5</sup> Disponível em: <https://bitly.com/HbBcw>

construção do Governo Digital do Ceará. Além disso, atua catalisando projetos de órgãos parceiros, entregando serviços públicos mais eficientes e centrados no cidadão.

✓ **Reconversão seletiva dos negócios**

A atual crise sanitária, econômica e social causada pela pandemia da Covid-19 trouxe a necessidade de reconversão de diversos setores, devido às mudanças no padrão de consumo, que afetou os meios de compra e as prioridades dos consumidores e implicarem na queda de demanda de diferentes produtos e serviços. Esses efeitos podem ser temporários ou duradouros, de acordo com a realidade de cada setor. Dessa forma, propõe-se que se priorize a reconversão seletiva dos negócios afetados, ou seja, que se dê foco aqueles setores já priorizados pelo Estado, bem como aqueles que serão mais afetados no médio e longo prazo pela crise.

✓ **Foco em tecnologias emergentes com aplicação de TIC**

Essa prioridade traz à tona e entende que o Ceará tem alto potencial em tecnologias emergentes que se utilizem de sua ampla infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), formada, especialmente, pelo HubTecnológico, composto pelo Cinturão Digital e pelos 14 cabos submarinos de fibra ótica de Fortaleza.

✓ **Ampliação da matriz energética limpa e eficiente**

A priorização da matriz energética limpa e eficiente está alinhada com o histórico de pioneirismo do Ceará no tocante ao campo das Energias Renováveis, que possibilita ao estado ter em seu território alguns dos maiores players da cadeia produtiva do setor. Além disso, está em harmonia com o sétimo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU e ao quarto objetivo estratégico das Cadeias Produtivas do Ceará 2050, que prioriza a produção de energia limpa e renovável com desenvolvimento tecnológico de referência internacional.

✓ **Estímulo ao crescimento neutro em carbono**

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.etice.ce.gov.br/2019/09/09/fortaleza-tera-18-cabos-submarinos-de-fibra-otica-ate-2021/>

No mesmo sentido do foco na ampliação da matriz energética limpa, o estímulo ao crescimento neutro em carbono é prioridade das propostas deste Plano porque fomenta um desenvolvimento sustentável, coerente com a capacidade ambiental e social do território cearense. Contribui em especial com o décimo terceiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que tem foco no combate às mudanças climáticas.

✓ **Adaptação de boas práticas a realidade local**

Este plano se utiliza de iniciativas de outros estados e países como insumo de boas práticas para serem aplicadas no Ceará. Destaca-se, no entanto, que é essencial que esses exemplos sejam adaptados à realidade cearense. Dessa forma, se otimiza o tempo de implementação e a probabilidade de acerto, dado os resultados já colhidos por outras regiões, além de garantir que as propostas sejam coerentes com o contexto socioeconômico do estado.

✓ **Reforço às cadeias emergentes: Turismo, Energia Renováveis, Cadeia da Saúde, TIC, Recursos Hídricos, Logística, Agronegócio, Cadeia da moda, Economia do Mar e Economia Criativa**

De acordo com os planejamentos estratégicos de médio e longo prazos realizados anteriormente, o Ceará tem maior probabilidade de sucesso na redução das desigualdades sociais e no aumento da riqueza presente no seu território se investir de forma direcionada a cadeias produtivas que historicamente têm maiores efeitos nesses indicadores. Dessa forma, mantendo a coerência com o Ceará 2050, as iniciativas aqui elencadas priorizam também as dez cadeias produtivas desse planejamento estratégico, assim como fomenta de forma transversal os três Hubs do Ceará – Tecnológico, Marítimo e Aeroportuário.

## **2.4 Ranking de Competitividade dos Estados**

O Ranking de Competitividade dos Estados<sup>7</sup>, realizado pelo CLP – Liderança Pública, busca medir a potência competitiva das unidades da Federação do Brasil. Em torno desse objetivo, são considerados indicadores relacionados a 10 (dez) pilares temáticos: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez

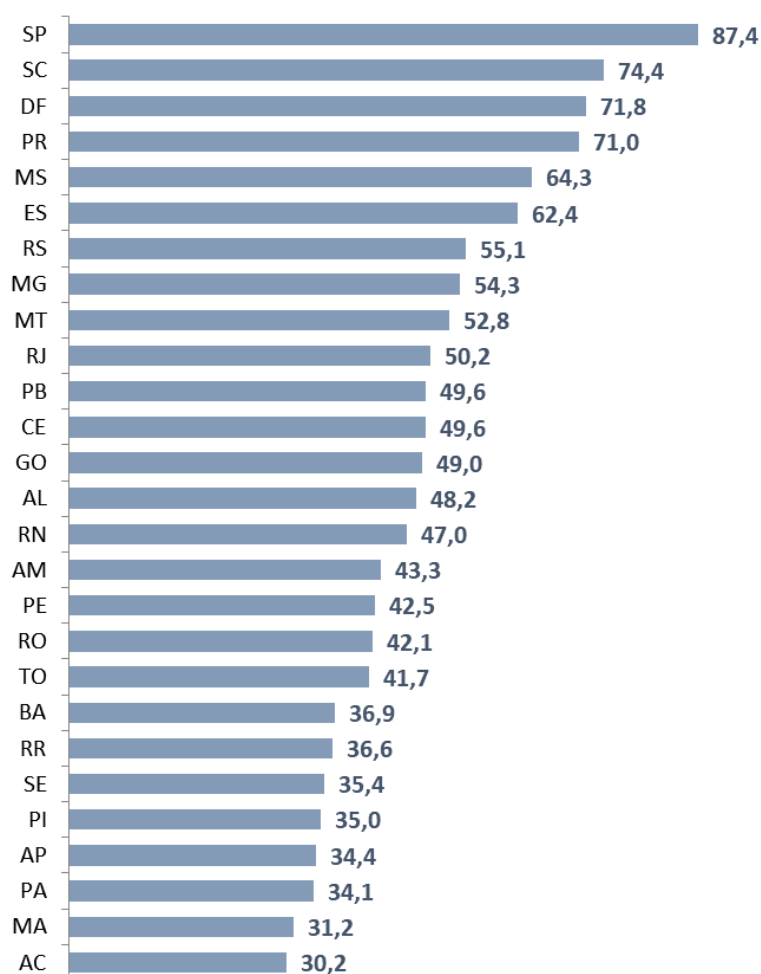
---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.rankingdecompetitividade.org.br/>

Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

De acordo com o ranking geral de 2019, o Ceará ocupa a 12ª posição no Brasil, mesma posição de 2018, destacando-se em segundo lugar dentro da região Nordeste, como observa-se no gráfico abaixo. A nota do estado foi 49,6 pontos, em uma escala de 0 a 100.

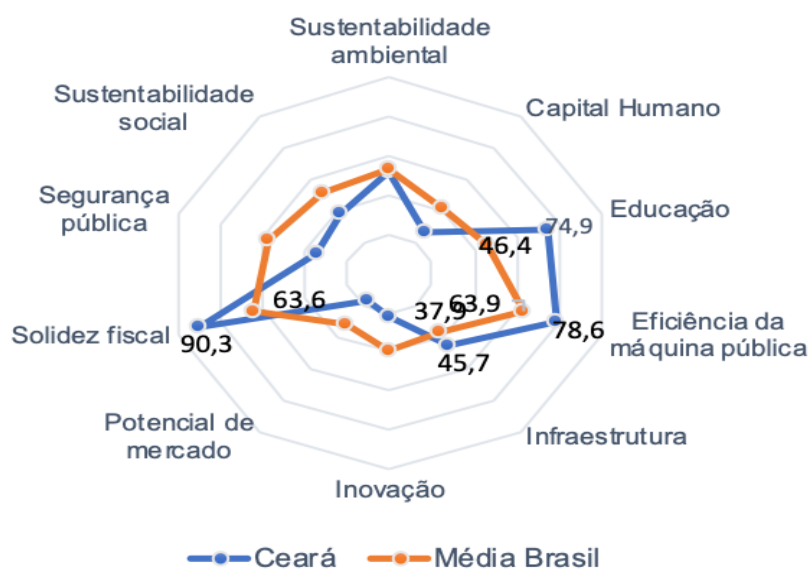
Gráfico 13 – Ranking geral de competitividade – Unidades da Federação - 2019



Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SEDET, a partir da CLP (Ranking de competitividade).

Analisando mais profundamente o ranking, o Ceará destaca-se positivamente nos pilares de educação, eficiência da máquina pública, infraestrutura e solidez fiscal, com notas maiores do que a média brasileira em 2019, conforme o Gráfico 14.

Gráfico 14 – Ranking de competitividade: Nota por pilares – Ceará x Média Brasil – 2019



Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SEDET, a partir da CLP (Ranking de competitividade).

No pilar de educação, o Ceará ocupa a quinta posição no Brasil e a primeira no Nordeste, com nota igual a 74,9, em uma escala de 0 a 100. Os indicadores relacionados ao pilar, com melhor classificação e nota, foram avaliação de educação, taxa de atendimento do ensino infantil e o IDEB, evidenciando, como já citado, a qualidade da educação no Estado.

Já no pilar eficiência da máquina pública, o Ceará ocupa a nona posição no Brasil e a primeira no Nordeste, com nota igual a 78,6, destacando-se o indicador “Índice de Transparência”, o que salienta o fomento da transparência como um dos princípios do Estado.

No pilar de solidez fiscal, o Estado ocupa o sexto lugar no Brasil e o segundo no Nordeste, com nota igual a 90,3. Ressalta-se, dentro do pilar, o indicador capacidade



de investimento (razão entre o investimento liquidado e a receita corrente líquida), ocupando primeira posição no País.

Referente ao pilar de infraestrutura, o Estado ocupa nona posição no Brasil e a terceira no Nordeste, com nota igual a 45,7. Cabe destacar positivamente, nesse pilar, o indicador de qualidade do serviço de telecomunicações, evidenciando a qualidade dos serviços de banda larga e de telefonia móvel no Ceará, em consonância com a evolução positiva da infraestrutura do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no Estado, de acordo com a infraestrutura dos cabos submarinos.

É importante ressaltar um aspecto primordial para o êxito dos fatos já citados, que se trata do excelente nível de governança, comprovada por longo período de equilíbrio fiscal, segurança jurídica e de informação, que possibilita a continuidade de políticas públicas estaduais para o desenvolvimento socioeconômico. Além disso, tal governança se torna instrumento de fomento ao Ceará de Oportunidades por possibilitar também o alcance do objetivo de reduzir a interferência do Governo na atividade do empreendedor, priorizando encorajar, simplificar e facilitar a atividade empresarial em suas relações e processos.

## **2.5 Diferenciais Competitivos do Estado**

O Ceará é reconhecido como um estado sustentável, inovador, acolhedor e competitivo. Do ponto de vista público, é conhecido pela estabilidade fiscal casada com a liderança de investimentos públicos no Brasil, que atingiu 15,20% de sua Receita Corrente Líquida (RCL) em 2018<sup>8</sup>. Pelo lado acolhedor, é conhecido pelas suas famosas praias que atraem turistas nacionais e internacionais, tendo alcançado 99% mais turistas estrangeiros no primeiro semestre de 2019 em comparação à 2018<sup>9</sup>, atingindo o terceiro lugar no ranking nacional de número de turistas.

Do ponto de vista econômico, o Ceará tem se destacado pela sua localização geográfica estratégica, que garante proximidade aos mercados consumidores da Ásia, América do Norte e Europa, como também posição central na região Nordeste do Brasil, onde se encontra. Além disso, dispõe de uma das maiores e mais importantes faixas

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.cge.ce.gov.br/2019/02/08/ceara-mantem-lideranca-em-investimentos-publicos-no-brasil/>

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/09/05/numero-de-turistas-estrangeiros-cresce-99-no-primeiro-semester-de-2019/>

litorâneas do país, com mais de 500 km de costa, o que lhe possibilitou se tornar um ponto central logístico marítimo e aéreo para as mais diversas oportunidades de negócios.

Atualmente o Ceará é reconhecido também pela sua trinca de Hubs: Aeroportuário, Marítimo e Tecnológico. Em sua infraestrutura logística, conta com dois portos marítimos, sendo um deles parceiro do maior porto do ocidente – Porto de Amsterdam; e se beneficia do Aeroporto Internacional de Fortaleza moderno e reformado, operado por uma das empresas líderes no mercado global de aeroportos – Aeroporto de Frankfurt. Além disso, possui condição favorável em sua malha rodoviária e contará nos próximos anos com a ferrovia Transnordestina, ainda em construção.

Do ponto de vista de infraestrutura tecnológica, o Ceará atingiu 88% do território com cobertura de fibra ótica<sup>10</sup>, número que coloca o Ceará como quinto estado mais conectado do Brasil e o único do Nordeste com cobertura acima de 80% do território. Esse status foi consolidado através do chamado Cinturão Digital do Ceará (CDC), infraestrutura de fibra ótica que contorna todo o território cearense, bem como pela presença de 14 (quatorze) cabos submarinos de fibra óptica, que dão à capital Fortaleza a posição de segunda cidade do mundo em número de cabos do tipo.

Considerado a mais forte âncora de infraestrutura de suporte ao desenvolvimento econômico do Ceará, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP)<sup>11</sup> abriga um Porto constituído de 03 piers marítimos. Por se tratar de um terminal off shore, os piers de atracação estão protegidos da ação das ondas e correntes por um quebra-mar de berma, na forma de “L” com 2.770 m de extensão. Os piers são ligados ao continente por uma ponte rodoviária que interliga o Pátio de Armazenamento às instalações de atracação de navios. Conta também com uma extensa área destinada a sediar atividades industriais, que podem fazer parte da única Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em funcionamento do país, sendo exemplo para outros estados do Brasil. Possui 17 metros de profundidade natural, com capacidade para receber, inclusive, navios do tipo Post-Panamax.

O CIPP tem alcançado resultados bastante positivos, que o possibilitaram alcançar a 4ª posição em 2018, no Ranking Nacional dos Portos Públicos<sup>12</sup>. Está

---

<sup>10</sup> Segundo dados da Anatel de 2019.

<sup>11</sup> Mais informações: <http://www.complexodopecem.com.br/>

<sup>12</sup> Disponível em: <http://portal.antaq.gov.br/index.php/2019/09/26/porto-de-itajai-e-tup-de-ponta-da-madeira-lideram-ranking-ambiental-da-antaq/>

localizado entre os municípios cearenses de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, seu principal objetivo é viabilizar operações de atividades portuárias e industriais integradas imprescindíveis ao desenvolvimento do estado e já está inserido na rota do comércio internacional, se destacando como polo gerador de atividades industriais que promove desenvolvimento de forma sustentável e com logística aprimorada.

As facilidades de instalação, somadas à localização geográfica, infraestrutura rodoviária, ferroviária e portuária, incentivos fiscais, capacitação de pessoas, segurança energética, linha de financiamento e a própria ZPE dão o tom ideal para a atração de novos investimentos no CIPP.

Com grandes e estratégicos empreendimentos já instalados, a região tem se transformado em um mar de oportunidades para empresas nacionais e internacionais. Sua infraestrutura completa permite que as empresas nele instaladas alcancem um aumento de competitividade no mercado internacional e, conseqüentemente, um ganho maior de escala global.

O Aeroporto Internacional de Fortaleza, por sua vez, se destaca positivamente quanto a variação da quantidade de decolagens entre 2017 e 2018, apresentando aumento significativo de 8,4%, a segunda maior taxa de crescimento do Brasil<sup>13</sup>. Além disso, em 2019, o Ceará registrou o maior crescimento do Brasil no número de passageiros internacionais em voos diretos. O aumento foi de 57% em comparação ao mesmo período de 2018<sup>14</sup>. Em números absolutos, o Estado aparece na quarta colocação do país.

Outro grande valor que o Ceará tem é o pioneirismo e uma longa história de sucesso dentro do setor das energias renováveis, focada não apenas em parques eólicos e solares como também na atração de elos importantes da cadeia produtiva do setor. Hoje o estado concentra alguns dos maiores players na fabricação de equipamentos para o setor no mundo, assim como projetos implementados que se destacam no âmbito nacional. Nesse contexto, o estado vem buscando, cada vez mais, sua autonomia no que concerne à geração de energia elétrica, sobretudo no que tange sua flexibilidade e independência do regime hidrológico das usinas hidrelétricas do sistema nacional.

---

<sup>13</sup> Segundo dados da ANAC de 2018.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/12/04/ceara-registra-maior-crescimento-no-numero-de-passageiros-internacionais-ate-outubro/>

Atualmente, os desafios do Estado estão no sentido de adensar a cadeia de equipamentos e aplicações para energias renováveis em seu território, como também na direção de concretizar sua cultura sustentável de baixa emissão de carbono. Nesse aspecto, o Ceará tem buscado atingir o máximo de seu potencial para geração de energia através de fontes alternativas.

O Governo do Ceará lançou, em parceria com demais instituições presentes no estado, o seu Atlas Eólico e Solar<sup>15</sup>. A publicação traz dados importantes sobre o desenvolvimento do setor no estado, assim como proporciona uma visão sobre seu potencial de implementação para novos projetos. O Atlas indica um potencial instalável de 1.635,46 GW, com solar fotovoltaica e eólica, sendo 1,46 GW para geração distribuída em regiões urbanas. Também aponta espaço para 137 GW para projetos híbridos – solar e eólica – com capacidade para geração de 315 TWh/ano.

Atualmente, o estado é um dos principais mercados para as energias renováveis, com expansão contratada de 1,1 GW, totalizando 2,4 GW a partir de parques eólicos (EOL) e 1,1 GW, usinas solares (UFV), de acordo com informações do Atlas.

Outros grandes projetos agregando inovação tecnológica estão em implantação na área da Saúde, como o Distrito Industrial de Inovação em Saúde de Fortaleza - Viva@Porangabussu, Distrito de Inovação em Saúde de Eusébio (já em funcionamento através da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, a Biomanguinhos), o Polo Químico de Guaiúba e o Distrito Industrial de Inovação em Saúde de Quixeramobim. A implantação dos referidos projetos assume caráter prioritário tendo em vista a experiência inédita proporcionada pela pandemia da Covid-19, que conscientizou ainda mais sobre a necessidade imediata do setor produtivo em estar localizado próximo ao seu mercado consumidor.

Do ponto de vista das atividades econômicas tradicionais, o Ceará já desempenhou relevante papel na cadeia produtiva da moda no Brasil, destacando-se especificamente nos segmentos têxtil e confecções e calçados. Ocupou a posição de segundo maior empregador da cadeia calçadista do Brasil e primeiro do Nordeste, representando 20,95% dos vínculos empregatícios gerados pelo setor no país. No segmento têxtil e de confecções, ocupou a quinta posição na geração de postos de trabalho

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://atlas.adece.ce.gov.br/User?ReturnUrl=%2F>

no Brasil e a primeira do Nordeste<sup>16</sup>. Apesar do abalo sofrido com a forte crise econômica que assola o mundo atual, a cadeia produtiva da moda já sinaliza inteligentes e criativas iniciativas no seu retorno às atividades, utilizando-se de soluções inovadoras para agregar valor à sua linha de produção e conquistar novos mercados, oferecendo produtos de qualidade e preço competitivo em nível nacional e internacional.

No setor da educação, o Ceará vem mostrando expressivos avanços em seus indicadores, contemplando desde o ensino fundamental até o ensino superior, tanto na rede pública como na privada. De acordo com o IBGE (2017), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na rede pública para os anos iniciais e finais do ensino fundamental é de 6,1 e 4,9, conferindo ao Estado a quinta e a terceira posição, respectivamente no Brasil, e a primeira no Nordeste para ambas as situações<sup>17</sup>.

No contexto do Ensino Profissionalizante, Técnico e Superior, o Estado conta de forma bastante regionalizada com três Universidades Federais e três Universidades Estaduais. Conta ainda com 33 Institutos Federais (IFCE)<sup>18</sup> – maior número por estado, empatado com São Paulo -, 45 instituições particulares, além de uma eficiente rede pública de Ensino Médio integrado à Educação Profissionalizante, que distribui 122 escolas em 98 municípios e com 52 cursos para qualificação de mão de obra<sup>19</sup>, que atendem a demanda dos diversos setores produtivos. Destaca-se também a grande contribuição do Sistema S, do Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec) e do Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (Nutec), que atuam através de valiosas parcerias com as instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

Por tudo isso percebe-se que o Ceará se destaca em diferentes frentes, desde planejamento estratégico de longo prazo, que garante o foco em objetivos claros para as políticas e investimentos públicos, até suas belezas e vantagens naturais, como a localização estratégica e seu litoral, e infraestruturas básicas para investimentos de alta competitividade na cena nacional e internacional, como sua trinca de Hubs. Com esse ponto de partida e o controle mais rápido da pandemia que o restante do país, o Ceará sai

---

<sup>16</sup> Segundo dados da RAIS de 2018.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2018/12/03/ceara-salta-do-12a-lugar-em-2015-para-a-4a-posicao-em-2017-no-ranking-nacional-do-ideb/>

<sup>18</sup> Disponível em: <https://ifce.edu.br/>

<sup>19</sup> Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>

á frente e garante a célere recuperação da crise econômica atual em conjunto às propostas apresentadas nas páginas subsequentes.

## **CAPÍTULO 2 - AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA ESTIMULAR O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO**

### **1. INSTRUMENTOS REFERENCIAIS**

#### **1.1. Planos de Desenvolvimento consolidados: CEARÁ 2050, Fortaleza 2040, Rotas Setoriais Estratégicas, Ceará Veloz e PRDNE**

O Ceará tem um histórico bastante positivo de planejamentos estratégicos de médio e longo prazo, os quais têm contribuído para estruturar as políticas públicas necessárias para estimular o desenvolvimento do Estado. Essa experiência tem sido bastante exitosa, pois transformou o planejamento estratégico em instrumento qualificado de formulação de políticas públicas, que tem conduzido o Estado a novos patamares de desenvolvimento, com transformações estruturais importantes em muitas áreas, especialmente em Educação, Saúde, Recursos Hídricos, Infraestrutura e de Finanças Públicas, melhorando, conseqüentemente, o nível de bem estar da população cearense.

O planejamento estratégico, portanto, representa uma importante ferramenta de gestão pública no Estado, a partir do qual são elaborados os vários planos governamentais, associados aos diversos Governos responsáveis pela Administração Pública estadual. Um traço comum a todos esses planos e que lhe confere maior legitimidade é a participação dos mais diferentes atores da sociedade, tais como: Academia, Setor Privado, entidades representativas e do terceiro setor, além das próprias organizações públicas do estado e municípios.

Alguns desses planos, logicamente os mais recentes, se constituíram em valiosa fonte de informações para construção do presente Documento. Um deles refere-se às Rotas Estratégicas elaboradas pela Federação das Indústrias do Ceará (Fiec), que busca indicar caminhos para setores e indústrias mais promissoras no Estado, considerando o período entre 2015-2025. Nesse intuito, foram elaborados treze estudos socioeconômicos que contaram com participantes das diferentes esferas representativas, envolvendo o setor público, privado, academia e terceiro setor. Foram concebidas 39 visões de futuro desejadas e 5.245 ações estratégicas para serem desenvolvidas no horizonte temporal desenhado.

Como resultado, foram criadas 14 Rotas Estratégicas para cada setor promissor, e essas rotas envolveram, resumidamente, estudos socioeconômicos e tendências, análises de futuros desejados, desenhos dos vetores de transformação setorial, identificação de tecnologias-chave para o desenvolvimento setorial, entraves e a elaboração de uma agenda comum de ações e uma proposta de articulação setorial que possibilite o monitoramento, priorização e aprofundamento das ações, além do desenho de roadmaps que sintetizam as estratégias.

Os setores que compõem as rotas são: Água, Biotecnologia, Construção e Minerais Não-Metálicos, Economia do Mar, Eletro-metal-mecânico, Energia, Indústria Agroalimentar, Logística, Meio Ambiente, Produtos de Consumo, Saúde, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Turismo e Economia Criativa, e Segurança Pública.

Quase que paralelamente, iniciou-se a elaboração do Plano Fortaleza 2040, o planejamento estratégico da capital do Ceará, entregue ao final de 2016. Esse, por sua vez, é composto por três planos, um Mestre Urbanístico, um Plano de Mobilidade e um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social. Os planos são propostos com base em estratégias de curto, médio e longo prazo, culminando em 2040, e relacionadas aos eixos urbanístico, social, ambiental, econômico e de mobilidade.

No âmbito econômico, o Plano Fortaleza 2040 estruturou análises para os setores de Turismo, Economia do Mar, Confecções, TIC, Economia Criativa, Construção Civil, Agricultura Urbana, Segurança Hídrica e Energias Renováveis. De forma mais ampla, contemplou duas grandes áreas: uma intitulada Nova Indústria e Serviços Avançados; e outra chamada de Inserção Produtiva, Empreendedorismo, Emprego e Renda. Tópicos essenciais para o desenvolvimento econômico do Ceará, tratados a nível estratégico em Fortaleza, que compreende percentual bastante representativo do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, especificamente 41,64% em 2018.

O Plano Fortaleza 2040 inspirou ao Governo do Estado a criar a Plataforma Ceará 2050, iniciada em 2017 e que visa, em moldes similares, estruturar estratégias e projetos para alcançar uma visão de futuro estabelecida em conjunto com atores de diferentes esferas. Esse plano, por sua vez, estruturou um Mapa Estratégico, contemplando cinco áreas de resultado relacionadas entre si, sendo as mesmas: Valor para a Sociedade; Cadeias Produtivas; Capital humano; Serviços aos cidadãos e Governança. Esse mapa é colocado abaixo.



Cada uma dessas áreas de resultado possui objetivos que, à medida que forem alcançados, possibilitarão o desenvolvimento disruptivo que fará do Ceará, até 2050, um “Estado justo e sustentável. Forte em conhecimento e oportunidades”, sendo esta a visão da plataforma Ceará 2050.

Figura 15. Mapa estratégico da Plataforma Ceará 2050



Fonte: Ceará 2050.

No tocante a cada área de resultado tem-se aspectos hierarquizados que norteiam o planejamento estratégico do Plano Ceará 2050. Por exemplo, no Valor para a Sociedade, destacam-se: Excelência em qualidade de vida e bem-estar em todas às dimensões, por meio da redução radical da pobreza e das desigualdades em busca do desenvolvimento social; aceleração econômica com ênfase na ampla prosperidade compartilhada; desenvolvimento territorial inteligente e integrado à luz de suas vocações e potencialidades; sustentabilidade ambiental com resiliência e respeito às gerações futuras.

Vale mencionar que o Plano Ceará 2050 é composto por mais de 100 indicadores de desempenho e metas para 2025, 2030, 2040 e 2050 e um portfólio de 20 programas estratégicos desdobrados em 400 ações e projetos.

Como também é possível observar no Mapa Estratégico, o plano priorizou 10 cadeias produtivas como principais potenciais no Estado e que mais contribuem para o alcance da visão desenhada e do conseqüente desenvolvimento econômico do estado. De forma mais resumida, as cadeias são: Logística, Energias Renováveis, TIC, Turismo, Cadeia da Saúde, Cadeia da Segurança Hídrica, Têxtil e Calçados, Agronegócio, Economia do Mar e Economia Criativa. Para cada cadeia, são desenhados metas, projetos e estratégias de desenvolvimento para o horizonte temporal de 2050.

Alinhado ao Ceará 2050, em 2018 a Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará contratou uma consultoria internacional que estruturou um plano para orientar o desenvolvimento econômico no médio prazo, identificando quais cadeias devem ser priorizadas nesse horizonte temporal. Nessa linha, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (Sedet) trabalha hoje com sete cadeias priorizadas, com exceção das Economias do Mar e Criativa, além do Turismo, que fica sob responsabilidade da Secretaria do Turismo do Estado.

Os trabalhos desenvolvidos em conjunto com a consultoria internacional se uniram às outras estratégias da secretaria e concretizaram o plano estratégico da Sedet, conhecido como Ceará Veloz. O plano se utiliza de infraestruturas já consolidadas no Estado, como a rede de educação pública e privada, infraestrutura de ciência, tecnologia e inovação, infraestrutura logística e energética e marcos relacionados à área fiscal, de negócios, meio ambiente, crédito e desburocratização. Além disso, destaca os três Hubs – Tecnológico, Aéreo e Portuário -, como essenciais para essa plataforma, criada para acelerar o desenvolvimento econômico com redução de desigualdades.

A Figura abaixo ilustra a arquitetura para o desenvolvimento do plano Ceará Veloz, buscando fortalecer iniciativas relacionadas, por exemplo, a um marco regulatório de incentivo fiscal modernizado; suporte ao crédito; inovação ciência, tecnologia e capital humano; infraestrutura logística e recursos hídricos, entre outras.

Figura 16. Arquitetura para o desenvolvimento – Ceará Veloz.



Fonte: Ceará Veloz - Governo do Estado do Ceará - 2019

Por fim, nesta seção, destaca-se o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), elaborado em 2019, que corresponde a um trabalho com escopo regional, liderado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em articulação com todos os estados nordestinos, visando criar uma Estratégia de Desenvolvimento da região, formulada a partir das iniciativas sugeridas pelos próprios Estados, materializando, dessa forma, um novo Projeto de intervenção planejada do Governo Federal no Nordeste, contemplando um conjunto de ações estratégicas que poderão contribuir para atenuar os graves desequilíbrios de natureza econômica e social que ainda persistem no país.

Os Projetos definidos na PRDNE representam uma visão estratégica do Governo do Ceará quanto às ações necessárias para que o Estado supere os desafios que ainda limitam o seu desenvolvimento. Eles representam uma “visão de futuro” para o Ceará, construída a partir de um amplo esforço de planejamento, cuja ideia-força é melhorar a qualidade de vida da população cearense, com ampliação e distribuição mais equitativa de renda e melhoria das condições sociais, e, certamente, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Partindo desse pressuposto, foram selecionados 69 projetos relevantes das várias áreas setoriais do Estado, vinculados aos seguintes temas: Ciência e Tecnologia,

Desenvolvimento Econômico, Educação, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Desenvolvimento Social, Governança Institucional, e Segurança Pública, conforme figura abaixo.

Figura 17. Eixos estratégicos do PRDNE.



Fonte: PRDNE-SUDENE, 2019.

Portanto, os Projetos da PRDNE são de natureza multidisciplinar e foram construídos com base na percepção de que apesar dos avanços já alcançados pelo Estado, ainda existem muitos desafios a serem superados para que o Ceará alcance patamares ainda mais elevados de desenvolvimento econômico e social.

Finalmente, destaca-se que os planejamentos estratégicos de médio e longo prazo relatados anteriormente contribuíram para a construção deste trabalho, o qual tem por objetivo colocar o Ceará em um novo patamar de desenvolvimento, dentro do pressuposto de que o ritmo de crescimento da economia estadual deve ser ampliado ainda mais, mas de modo sustentável, apoiado em inovação, maior produtividade dos fatores de produção e agregação de valor aos produtos da economia.

## 1.2. ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

No sentido de promover o desenvolvimento sustentável como uma das bases para as políticas públicas adotadas, mesmo diante dos desafios, a Organização das Nações Unidas, juntamente com as nações e os estados, construíram os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) consistem em ações no sentido de promover um desenvolvimento econômico sustentável, focado nas pessoas, no planeta, na prosperidade e na paz, por meio da parceria entre as nações e partes interessadas. Construído com base nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, essa agenda busca contemplar novos desafios e metas inacabadas.

De acordo com a declaração dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), elaborada em 2015, as nações devem cumprir os seguintes objetivos até 2030:

Figura 18. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Banco Mundial

- **Objetivo 1:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- **Objetivo 2:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- **Objetivo 3:** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

- **Objetivo 4:** Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- **Objetivo 5:** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- **Objetivo 6:** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- **Objetivo 7:** Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- **Objetivo 8:** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- **Objetivo 9:** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- **Objetivo 10:** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- **Objetivo 11:** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- **Objetivo 12:** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- **Objetivo 13:** Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- **Objetivo 14:** Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- **Objetivo 15:** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- **Objetivo 16:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- **Objetivo 17:** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Para a realização desses 17 objetivos, 169 metas foram estabelecidas, envolvendo os eixos citados. As ações iniciaram em 2016, abrangendo nações, estados e organizações.

No Ceará, mais especificamente, o governo busca absorver as ações dessa agenda e implementá-las. Dessa forma, o plano plurianual (PPA) 2020-2023 e iniciativas, como o Ceará 2050 e o Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Estado do Ceará (Iris), apresentam ações alinhadas com os objetivos dos ODS, com a elaboração de indicadores que medem as metas de acordo com essa agenda.

Além disso, objetivando municipalizar as ações do programa, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Ceará concretizou a criação de 17 Núcleos municipais e um núcleo Regional na região Metropolitana de Fortaleza em prol da realização da agenda, gerando agentes multiplicadores em todo o Estado.

Portanto, os estados devem ter como uma das prioridades o cumprimento da Agenda 2030, com a elaboração de iniciativas com o foco nas pessoas, no planeta, na prosperidade e na paz.

## **2. DESAFIOS ESTRUTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO**

O Ceará vem passando por um processo de mudanças ao longo das últimas décadas almejando o desenvolvimento sustentável com redução das desigualdades sociais e conservação ambiental. Isso pode ser constatado pela evolução significativa que a economia cearense vem apresentando nos últimos anos, crescendo quase sempre acima da média nacional, o que lhe permitiu atingir a maior participação no PIB brasileiro em 2017 (2,25%).

No contexto desse crescimento, o Estado também avançou em diversas áreas nos últimos anos, como, por exemplo, na educação, saúde, infraestrutura, recursos hídricos, gestão fiscal, entre outras. No entanto, outras áreas não progrediram da forma esperada, constituindo-se assim em desafios a serem superados. Desse modo, reconhece-se que há problemas importantes a serem vencidos nos próximos anos. Um deles, por exemplo, é a desigualdade em termos de participação na produção da riqueza nacional, onde o Ceará, que detém 4,3% da população brasileira, contribui com apenas 2,25% para o PIB do Brasil, resultando, dessa forma, em uma disparidade no padrão médio de vida do cearense em relação ao brasileiro, especialmente o dos estados mais ricos.

No Ceará, parcela expressiva da população ainda está na situação de pobreza e extrema pobreza, bem como persistem elevados índices de desigualdade de renda. Nessa conjuntura, cita-se que os problemas estruturais do Estado têm relação direta com a condição de pobreza de parte significativa da população, como se constata através de indicadores atinentes, por exemplo, ao grau de informalidade elevado da força de trabalho, a renda per capita abaixo da média nacional, ao baixo acesso a serviços de saneamento básico e ao alto índice de déficit habitacional.

Estas questões acima colocadas permitem identificar os principais desafios estruturais para o Estado do Ceará, do ponto de vista socioeconômico, os quais são a seguir sintetizados:

- a) ***Desigualdades profundas do ponto de vista de rendimento***, implicando em diferenças significativas entre a renda média da população mais pobre e a mais rica, resultando em um alto índice de concentração de renda. O Índice de Gini do Ceará foi de 0,548 em 2018, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua);
- b) ***Elevada pobreza da população***, onde o Ceará possui aproximadamente 4% da população brasileira, no entanto, concentra 7,2% do total da população em situação de extrema pobreza do país;
- c) ***Concentração da atividade econômica em termos espaciais***, onde a Região Metropolitana de Fortaleza (incluindo o CIPP) concentra em torno de 63% do PIB estadual, enquanto, por exemplo, as regiões do Sertão dos Crateús, Sertão de Canindé e Sertão dos Inhamuns apresentam grandes vazios econômicos e populacionais;
- d) ***Baixa produtividade da economia***, onde um cearense produz em média a metade da riqueza que a média do Brasil;
- e) ***Grande parte da parcela da PEA – População Economicamente Ativa está desempregada***, em estado de desalento ou com atividades de baixa remuneração no setor informal;
- f) ***Persistência de altos índices de “analfabetismo funcional”*** em que pessoas estão deslocadas das demandas de capital humano de uma sociedade que está evoluindo para uma economia 4.0;



- g) *Apesar de avanços acontecidos nas últimas décadas ainda persistem sérios gargalos de eficiência e eficácia no setor público* em todas as esferas de atuação municipal, estadual e federal;
- h) *Baixo acesso da população a serviços de saneamento básico*, sobretudo a disposição adequada de resíduos sólidos em aterros sanitários, a oferta de esgotamento sanitário (em áreas urbanas e rurais) e de água potável em áreas rurais;
- i) *Setores industriais tradicionais de baixa eficiência*, baixo uso de tecnologia e capital humano e com deficientes inserções no mercado internacional;
- j) *Agricultura de sequeiro de baixo rendimento* empregando grande número de pessoas, com baixo rendimento e produtividade e com produtos de baixo valor agregado e com pouca inserção no mercado por tratar-se na sua maioria de atividades de subsistência;
- k) *Território predominantemente semiárido*, mas com elevada densidade demográfica quando comparada a outras regiões semiáridas do mundo. Com a população difusa no território, tem-se o desafio de ofertar serviços e infraestrutura (incluindo a hídrica) para o desenvolvimento da região, em um contexto de convivência com o semiárido.

Para que esses desafios sejam superados, faz-se necessário que o Estado continue a ampliar a sua base econômica e a melhorar os seus indicadores sociais mais rapidamente que a média nacional, por meio, por exemplo, da prestação de serviços públicos de excelência, criação de um ambiente de negócios favorável ao investidor, investimento em educação e inovação, bem como cuidando dos recursos naturais a partir de uma convivência sustentável com o semiárido.

O objetivo é que o Estado do Ceará alcance, de forma mais acelerada ainda, um padrão de desenvolvimento econômico capaz de proporcionar uma condição de vida digna para toda a sua população.

### **3. NOVA PROPOSTA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO**

#### **3.1. AÇÕES ESTRATÉGICAS TRANSVERSAIS**

##### **3.1.1. Infraestrutura (logística, transportes, obras)**

O tema da infraestrutura é importante e relevante para o desenvolvimento em qualquer setor e área, pois garante competitividade e sustentabilidade econômica, social e ambiental

A infraestrutura Econômica é uma das áreas essenciais para o funcionamento e evolução da atividade econômica, pois, além de estar relacionada com a vida humana, afeta direta e indiretamente a decisão de investimentos e tem elevada capacidade de gerar emprego e renda, no curto, médio e longo prazo. Portanto, é um tema prioritário para o aumento da competitividade da economia cearense, correspondendo ao conjunto de medidas relacionadas com, por exemplo, água, saneamento, estradas, energia e outros.

Essas áreas destacadas são extremamente estratégicas para o Ceará. Marcado por longos e constantes períodos de escassez de água, o Estado carece de um melhor uso desse recurso natural, o que proporcionará ganhos substanciais em competitividade, pois a água é um importante insumo de produção e, acima de tudo, de qualidade de vida e segurança hídrica para a população. Se por um lado o Estado sofre com a falta de água, por outro apresenta uma posição geográfica privilegiada para a produção de energia renovável, principalmente solar e eólica. Essa posição geográfica privilegiada também favorece a logística cearense que já conta com uma infraestrutura de portos e aeroportos satisfatória, podendo apresentar inúmeros ganhos para a população em termos de oportunidade e produtividade.

Como tema prioritário, o governo do Estado do Ceará está lançando diversas medidas, esperando, com isso, dinamizar a economia e melhorar a competitividade e o ambiente de negócios.

### **3.1.2. Tributação, Simplificação e Desburocratização**

Os cenários de médio e longo prazos apresentam desafios consideráveis para as finanças públicas estaduais, tendo em vista os prováveis impactos que as mudanças na forma de consumo da sociedade poderão ter na arrecadação cearense.

O primeiro desafio refere-se à tendência de os consumidores gerarem sua própria energia elétrica, tendo a Aneel regulamentado a autogeração no Brasil desde o ano de 2012. No Ceará, aproximadamente, 11% das receitas de ICMS dependem das operações de comercialização de energia elétrica. Nesse sentido, é esperado que à medida que haja incrementos na autogeração a arrecadação de ICMS sofra impactos negativos.

O segundo desafio refere-se ao fato de que as mudanças tecnológicas estão resultando em significativas melhorias no consumo de combustível por veículos automotores, ou seja, os motores a combustão estão tornando-se mais eficientes. Adicionalmente a isso estão surgindo carros que usam eletricidade como combustível, sendo possível ela ser autogerada. Tendo em vista que 23% da arrecadação de ICMS provém do consumo de combustíveis, depreende-se que essa mudança tecnológica afetará de forma significativa a arrecadação cearense.

Outro desafio é o crescimento da economia de compartilhamento, em que os indivíduos desistem de possuir um determinado bem e passam a pagar um determinado valor para usá-lo. Um exemplo é o surgimento de aplicativos de transporte, em que as pessoas contratam motoristas para seus deslocamentos diários desistindo de possuir veículos automotores. Deve-se frisar que essa mudança ao reduzir a demanda por veículos automotores, ou outro bem de consumo, reduzirá a arrecadação de ICMS.

É interessante observar que no período recente houve uma mudança tecnológica no setor de comunicações, dada pela maior capilaridade das redes sociais, provocando uma significativa queda de arrecadação de ICMS desse setor, mesmo com a majoração de alíquotas de ICMS. No Ceará, por exemplo, segundo dados do sistema S2GPR da Sefaz, a arrecadação de ICMS no setor de comunicações cearense foi de R\$ 965,8 milhões, em 2014, tendo caído 37,4% até o ano de 2019, quando a arrecadação desse setor foi de R\$ 604,2 milhões<sup>20;21</sup>. Dessa forma, depreende-se que as mudanças

---

<sup>20</sup> A preços de dezembro de 2019, atualizados pelo IPCA.

<sup>21</sup> A arrecadação de ICMS entre 2014 e 2019, a título de comparação, teve um incremento real de 4,3%.

tecnológicas citadas acima poderão ter forte efeito negativo na arrecadação tributária do Estado.

Além dos desafios mencionados, pode-se afirmar que o setor empresarial brasileiro, e em especial o do Ceará, de forma frequente aponta os problemas causados ao desenvolvimento de suas atividades devido a legislação tributária. Como exemplo, pode-se citar o caso da substituição tributária que ao facilitar o exercício do poder de fiscalização da Secretária da Fazenda, dificultando a sonegação fiscal, exige maior comprometimento de capital de giro das empresas, quando a substituição tributária é feita de forma antecipada.

Por fim, pode-se citar duas oportunidades que se descortinam com a possibilidade da reforma tributária, cuja necessidade vem sendo discutida há longa data. A primeira oportunidade refere-se à expectativa de aumento da alíquota do Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doações de Bens de Qualquer Natureza (ITCD), dado que a Proposta de Resolução do Senado 57/2019 trata da possibilidade de elevar a alíquota máxima desse imposto para 16% e o requerimento do CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) para aumentar a alíquota para 20%.

A segunda oportunidade está relacionada com o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), dado que no âmbito da Reforma Tributária há propostas que pretendem estender a cobrança desse tributo para veículos aéreos e aquáticos. Além disso, pode-se mencionar que impostos semelhantes ao IPVA têm incluído um fator de proteção ao meio ambiente, isto é, à medida que o veículo envelhece e, portanto, aumenta a quantidade de poluentes emitida, maior o valor do tributo.

Nesse sentido, o Estado do Ceará através da SEFAZ lançou um conjunto de medidas emergências de apoio à retomada da economia:

1. Apoio ao fluxo de caixa das empresas por meio da facilitação do pagamento de tributos para atividades econômicas que tiveram queda de operações, com parcelamento dos meses de junho e julho de 2020, de acordo com critérios já estabelecidos de retorno das atividades de cada região.
2. Propor Convênio ao Confaz relacionado aos débitos do período da crise decorrente da pandemia. (Confaz: Conselho Nacional de Política Fazendária)

3. Suspender o FEEF (março de 2020 e seguintes) e reabrir o prazo para regularização dos inadimplentes (débitos passados até fevereiro de 2020) até 31/12/2020. (FEEF: Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal)
4. Prorrogar credenciamento automático dos contribuintes 4 e transportadoras até 15/07/2020.
5. Prorrogar, até 15/07/2020:
  - Regimes Especiais de Tributação (RET);
  - Medidas de cobrança administrativa realizada pela PGE;
  - Protestos extrajudiciais;
  - Execuções fiscais.
6. Possibilitar que os Regimes Especiais de Tributação sejam concedidos ainda que haja queda do ICMS.
7. Postergar a cobrança do ICMS Importação prevista no parágrafo único do art. 41 do Decreto nº 33.251, para janeiro de 2022.
8. Prorrogar a autorregularização dos débitos apurados resultantes dos eventos 379 e 380 de exclusão do Simples Nacional de 2018 até 31/12/2020.
9. Desobrigar a EFD para os contribuintes do Simples Nacional. (EFD: Escrituração Fiscal Digital)
10. Encaminhar ao CGSN a prorrogação dos débitos com vencimento em julho, agosto e setembro do Simples Nacional.

CGSN: Comitê Gestor do Simples Nacional
11. Extinguir o Bloco K da EFD para contribuintes do segmento de comércio atacadista e simplificação de alguns campos para os demais contribuintes.
12. Melhorar o fluxo de caixa das empresas com a facilitação da devolução de valores relativos a processo de ressarcimento.
13. Implantar as restituições automáticas nos casos de pagamentos indevidos para que sejam aproveitados pelos contribuintes no Conta Corrente do Sitram e não precisem dar entrada em processo no Sanfit. (Sitram: Sistema de Controle de Trânsito de Mercadorias) (Sanfit: Sistema de Alteração de Nota Fiscal)
14. Permitir às transportadoras credenciadas fazerem a devolução de mercadorias retidas por ausência de pagamento de imposto pelos respectivos destinatários.
15. Implantação do regime da carga líquida para as prestadoras de serviço de transporte intraestadual.

16. Propor a adequação da contagem dos prazos do CONAT ao Código de Processo Civil. (Conat: Contencioso Administrativo Tributário)
17. Revogar a exigência de cópia do contrato particular de prestação de serviço entre o contador e o contribuinte.
18. Harmonizar o termo de credenciamento 18 com as regras do SICRED.
19. Automatizar os Regimes Especiais de Tributação (carga líquida) com estabelecimento do prazo final em 31/12/2022.
20. Implantar Agenda Tributária, 20 facilitando a vida do contribuinte.
21. Implantar o Domicílio Tributário 21 Eletrônico (DT-e) para os contribuintes.
22. Estruturar o Atendimento Virtual, disponibilizando canais de atendimento virtuais integrados ao contribuinte
23. Constituir grupo de trabalho da Sefaz e de representantes dos contribuintes para intensificar a simplificação e desburocratização do processo tributário no Ceará.

### **3.1.3. Capital Humano, economia do Conhecimento e Inovação**

Assim como será em vão o esforço de procurar algum país ou região que se desenvolveu sem investimento em educação, será em vão o esforço de tentar se desenvolver sem investir em pessoas, conhecimento, inovação, capital humano e educação. Isso vale para o ambiente micro, para pessoas, empresas e famílias, mas também vale para o macro, países, regiões, Estados e Municípios.

É importante lembrar que educação e curto prazo não combinam diretamente, ou seja, não há como esperar que o investimento em educação transforme no curto período de 1 a 5 anos. São ciclos longos, mas que precisam ser iniciados. A vantagem é que o Ceará desponta na área em relação ao Brasil. Somos referência em educação básica, possuímos as melhores escolas e a maior quantidade de alunos em universidades, faculdades e institutos de alto nível no Brasil;

Na área de educação, os dados mais recentes da PNAD indicaram melhora da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais no Estado. Em 2005, o Ceará possuía uma taxa de analfabetismo de 22,4%. Já em 2015, o Estado apresentou um total de 17,3% da sua população acima de quinze anos de idade analfabeta, o que representou uma queda de 5,1 pontos percentuais. Os dados mostram ainda que o percentual do Ceará

é sempre similar ao do Nordeste, mas é significativamente superior ao do Brasil durante o período analisado.

Ainda pelos dados da PNAD de 2015, observou-se que a evolução da média de anos de estudos da população de 25 anos ou mais, que é um dos indicadores utilizados internacionalmente para medir o nível de escolarização de um país, vem apresentando tendência positiva, muito embora a um ritmo muito lento. A escolaridade média da população cearense acima de 25 anos de idade, que era de 5,1 anos em 2005, passou para 6,4 em 2015, enquanto no período de 2013 a 2015 não se verificou qualquer alteração expressiva no indicador.

O plano precisa ter objetivo de dar sustentação de Longo Prazo para o Estado do Ceará. Portanto, a área da Economia do Conhecimento, que engloba inovação, pesquisa e desenvolvimento, capacitação, empreendedorismo e capital humano, surge como transversal, tanto no tocante às áreas e setores, como em relação à importância permanente e emergencial do direcionamento de políticas dessas áreas. A geração de conhecimento é a chave para o desenvolvimento sustentável, razão porque deve ser priorizada como estratégica e dinamizadora, com ações elencadas para execução em um horizonte temporal de curto e médio prazo, com desdobramentos permanentes para o longo prazo.

Elencam-se a seguir, as principais ações no âmbito de Economia do conhecimento em andamento pelos órgãos estatais. Estas, contribuirão para alavancar o desenvolvimento econômico do Estado.

#### *3.1.3.1. Iniciativas de Atração de Negócios de Inovação Tecnológica*

- Apoiar a implementação das ações desenhadas no **Projeto Innov-AL** em parceria com a Comissão Europeia: o projeto tem como objetivo disseminar conhecimentos sobre o modelo de estratégia de desenvolvimento regional europeu, chamado Especialização Inteligente e para tanto tem foco no setor de Energias Renováveis com aplicação de TIC, promovendo a troca de conhecimentos entre o Ceará e a Região Sul da Dinamarca, especialista no setor;
- Acompanhar e implementar **Projeto ProQR Ceará** com vistas à instalação de uma Planta Piloto de Combustível de Aviação Sustentável, visando um

mercado de forte demanda futura, dada a obrigatoriedade para as companhias aéreas de consumir combustíveis sustentáveis.

- **Buscar novas fontes de financiamento e fomentar o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I)**, junto a organizações internacionais e fontes privadas para auxiliar no desenvolvimento do Sistema de Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I) do Ceará;
- Estimular implementação de **programa de fixação de mestres e doutores nas empresas privadas no intuito de estimular a geração de inovação e tecnologia pelas empresas instaladas no Ceará;**
- **Articular** o fortalecimento da **formação STEM** (sigla em inglês que significa ciências, tecnologia, engenharia e matemática), a cultura digital e da competência no uso e desenvolvimento das tecnologias de TIC para atender a **demanda de qualificação das profissões do futuro** através da implementação ou adaptação do ensino infantil ao superior no Ceará.
- **Identificar a demanda de mão de obra qualificada pelas empresas presentes no Ceará e articular a melhoria da oferta** dos cursos nas Instituições de Ensino profissional, técnico e superior, garantindo melhor alinhamento da demanda com a quantidade de vagas ofertadas e o conteúdo abordado nos cursos.

#### *3.1.3.2. Programa Clusters Econômicos de Inovação*

- O programa consiste na proposta de desenvolvimento de cada uma das 14 regiões de planejamento do Estado através da introdução de inovações aos respectivos setores econômicos de maior potencial, cuja formação de ensino superior e profissionalizante especializadas tenham maior oferta naquela região. É dividido em quatro macro etapas:
  - **Preparação do ecossistema:** consiste na priorização dos clusters econômicos de cada região de planejamento do estado através da identificação e casamento dos potenciais econômicos e educacionais de cada região por meio de análise qualitativa e quantitativa junto a representantes locais. Além disso, visa o alinhamento dos clusters por região junto à academia e a identificação e seleção dos problemas que



assolam os clusters regionais priorizados e deverão ser trabalhados junto a contratação de pesquisadores bolsistas que coordenarão o desenvolvimento das soluções.

- **Modelagem das Soluções:** desenvolvida em parceria com o Programa Corredores Digitais, é iniciativa estadual de fomento à inovação, com o diferencial de ter agora setores pré-selecionados em cada região, possibilitando maior foco na atuação, além de contar com pesquisadores regionais que apoiarão cada cluster a modelar as soluções. Essa etapa finaliza com a seleção das três melhores propostas de soluções para os problemas.
- **Implementação da Solução:** os membros dos projetos selecionados receberão bolsas de pesquisa para se dedicarem na conclusão da iniciativa no mais curto prazo. É finalizado com a seleção da melhor proposta para aquele Cluster e encaminhamento tanto das soluções selecionadas quanto das demais para a comercialização.
- **Avaliação e Monitoramento:** análise dos resultados alcançados nos ciclos de atuação, de modo a enxergar as oportunidades de melhoria nos próximos ciclos e garantir que o desenvolvimento econômico do estado esteja alinhado com as necessidades e potencialidades de cada região.
- Como resultado espera-se o aumento da competitividade das regiões pelo incremento da produtividade das atividades de maior potencial, criando uma nova economia baseada em empreendimentos inovadores e gerando, como consequência, o aumento da riqueza nas regiões com melhor distribuição de renda, objetivo principal do Ceará 2050. Além disso, espera-se conseguir reter e atrair os talentos formados na região através da oferta de oportunidades de alta qualidade.

#### 3.1.3.3. Projeto C-Jovem

Diante do atual apagão de profissionais para o setor de TIC no Brasil e também frente aos debates com o setor no Ceará, o Projeto C-Jovem nasce como uma proposta conjunta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), da Universidade Federal do Ceará (UFC), do

Governo do Ceará, através de suas Secretarias do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET), Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECITECE) e Educação (SEDUC) e da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ceará (ETICE), da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC/Senai), da Federação do Comércio do Ceará (Fecomércio/Senac), do Iracema Digital e do Instituto Atlântico.

A proposta consiste numa alternativa inovadora de instigar o interesse de jovens do último ano do ensino fundamental e do ensino médio pelo desenvolvimento de tecnologias. O projeto terá atuação em todo o estado do Ceará, com meta de capacitação de 100 mil jovens em até 4 anos. Cada célula de atuação será composta por um coordenador que apoiará jovens tutores provenientes do ensino superior e técnico, e esses por sua vez apoiarão 100 jovens alunos do ensino fundamental e médio.

Em todas as células, o programa abordará cinco habilidades: tecnologia da informação e comunicação (TIC), empreendedorismo e inovação, comunicação e relacionamento interpessoal, inglês instrumental e raciocínio lógico. O grande diferencial do programa está na flexibilidade que cada célula terá de agregar ao curso demandas específicas das áreas de TIC das empresas da região.

Para que isso aconteça de forma rápida, o curso será ofertado na modalidade de extensão e se utilizará da metodologia *Challenge Based Learning* (CBL – Aprendizagem por desafio). O curso terá duração de um ano, sendo formado por uma etapa de capacitação e uma de imersão nas empresas parceiras.

O projeto espera como resultados a retenção de talentos pelo aumento da qualidade das oportunidades de emprego e empreendedorismo; melhor oferta por profissionais de TIC, em quantidade e em formação curricular, de forma conectada com a demanda de um setor estratégico para o país; a inclusão do jovem em políticas de empreendedorismo colaborativo e desenvolvimento socioeconômico; governo-academia-empresas alinhados para contribuir com o fortalecimento do empreendedorismo e da inovação; e aumento da riqueza das regiões com melhor distribuição de renda.

#### **3.1.4. Trabalho e Empreendedorismo e Informalidade**

Consoante o Boletim do 1º quadrimestre de 2020, do Mapa de Empresas do Ministério da Economia, publicado em 18/06/2020, o empreendedorismo sustenta o desenvolvimento de um país. É o alicerce no qual ancoramos a atividade econômica, especialmente a necessária neste momento crítico no Brasil e no mundo.

O aumento expressivo de pequenas e médias empresas no Brasil tem refletido, significativamente, na geração de emprego e renda no País. O desenvolvimento econômico, que antes apresentava elevada dependência das grandes empresas, atualmente passa a contar com demasiada contribuição do PIB gerado pelos pequenos negócios, bem como na criação de empregos e na participação em diversos tipos de arranjos produtivos locais, entre outros aspectos. O empreendedor passa a ter um papel relevante tanto para a identificação de novos negócios, quanto para a expansão dos já existentes.

Dado esses aspectos, convém destacar que as micro e pequenas empresas alcançaram um patamar de desenvolvimento elevado ao longo dos anos, representando, atualmente, cerca de 99% do total de empresas brasileiras, 27% do PIB nacional, 54% dos empregos formais gerados no Brasil e quase 40% da massa salarial do país, segundo o SEBRAE. As micro e pequenas empresas desempenham um papel fundamental para o crescimento econômico do país, ajudando a criar emprego e renda para a população, bem como promovendo a redução das desigualdades sociais.

Esses resultados não são diferentes quando comparados a nível estadual. No Ceará existem 448.121 micro e pequenas empresas que representam 91,6% do total de empreendimentos e são responsáveis por 46,8% dos empregos com carteira assinada, voltados principalmente para o setor de comércio e serviço, tendo uma participação no PIB estadual de 26,5%, o que revela a importância dos micro e pequenos negócios, de acordo com dados do SEBRAE.

Nesse contexto, o empreendedorismo ganha força no quadro estadual, tendo uma importante participação no crescimento econômico e social do Estado. Assim, as ações de estímulo para o ato de empreender, além da criação de suporte para os empreendedores já existentes, visam à construção de políticas públicas a nível estadual, capazes de garantir não só o apoio técnico e financeiro, mas também promover a cultura empreendedora dos cearenses. Não obstante, o Grupo Técnico de Trabalho para Retomada Responsável da SEDET apresentou uma síntese acerca da situação do Tamanho e Perfil da Informalidade no Mercado de Trabalho Cearense, tendo por base os dados da PNAD Contínua do IBGE, referente a abril de 2020, fazendo as seguintes observações:

“I. A informalidade no Ceará é maior que no Brasil, concentrando 53,80% das ocupações;

II. Atividades de maior informalidade: Agropecuária (96%); Serviços Domésticos (85%); Construção (77%); Transporte (66%); Alojamento e Alimentação (65%) e Comércio (53%) e Indústria Geral (48%);

III. 60% dos trabalhadores informais concentram-se no interior do Ceará;

IV. A maior parte dos trabalhadores informais é Conta-Própria sem CNPJ (48,01%), distribuídos na Capital (33%), Resto da RMF (15%) e outros 52% espalhados nos demais 165 municípios do Interior do Estado;

V. A remuneração paga aos trabalhadores formais é 2,6 vezes maior que a dos trabalhadores informais;

VI. A massa de rendimentos apropriada pelo conjunto das ocupações informais é 30% do total”.

Em suma, condição de informalidade é uma realidade para milhões de cearenses. Em relação a essa situação, o Ceará detém quase dois milhões de trabalhadores informais, sendo 932 mil autônomos sem carteira assinada, 867 mil assalariados no setor privado sem carteira assinada, 44 mil trabalhadores familiares auxiliares e 44 mil empregadores sem CNPJ, representando 53,8% da força de trabalho no Estado, segundo dados da PNAD-Contínua/IBGE.

Tendo em vista a crescente importância das MPE, MEI e EPP no Estado do Ceará, a Secretaria Executiva de Trabalho e Empreendedorismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, no intuito de viabilizar a criação de novos negócios e o desenvolvimento de negócios já existentes, propôs um conjunto de atividades. Este conjunto foi construído e traduzido em planos, programas, projetos e ações voltados tanto ao esforço de regulamentar, quanto ao esforço de estimular o empreendedorismo, visando contribuir para o fortalecimento da economia do Estado.

Para isso, buscou-se apresentar as atuais Políticas Regulatórias existentes no Estado, tendo, como exemplo, a desburocratização REDESIM; a facilitação ao acesso às compras governamentais estaduais; e a promoção e representação dos pequenos negócios, por meio do Fórum das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Também são apresentadas as Políticas de Estímulo propostas com o objetivo de fortalecer o empreendedorismo e as pequenas empresas, através de ações, como: despertar o empreendedorismo junto às escolas de ensino médio e profissionalizante; estimular o

empreendedorismo por meio de inovação; e promover a inserção dos pequenos negócios nos Cluster de Desenvolvimento, atentando para as vocações econômicas locais prioritárias.

No atual contexto de crise econômica global, a questão da informalidade torna-se ainda mais urgente, de modo a conduzir os responsáveis pela formulação de políticas públicas a um interesse renovado pela adoção de medidas eficazes para a transição do trabalho informal para a formalidade.

#### *3.1.4.1. Ações de Empreendedorismo e Arranjos Produtivos Locais no Estado do Ceará*

Entende-se como Ações de Empreendedorismo e Arranjos Produtivos Locais o conjunto de iniciativas traduzido em planos, programas e projetos governamentais voltados ao esforço de viabilizar a criação de novos negócios ou o desenvolvimento de empreendimentos já existentes, como forma de contribuir com a estruturação e o aprimoramento de políticas públicas voltadas à economia empreendedora no Estado do Ceará.

Essas ações permitirão o planejamento, a execução, o monitoramento e o controle das atividades em conformidade com as necessidades locais e diretrizes governamentais e a identificação de negócios em potenciais – contemplados na Proposta de Desenvolvimento Econômico, apresentada pela SEDET – que possam contribuir para o fortalecimento das micro e pequenas empresas e o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, requerendo do governo a tomada de atitudes efetivas e integradas que promovam a geração de emprego, a melhoria de renda e a elevação do PIB cearense.

As Propostas de Empreendedorismo e APL têm por finalidade o atingimento dos focos, assim definidos:

1. Priorizar o apoio ao empreendedorismo, com ênfase na tecnologia e na inovação;
2. Estimular a formalização de empreendimentos no Estado do Ceará;
3. Promover ações de fortalecimento da cultura empreendedora e a criação de programas específicos de estímulo ao empreendedorismo, como o “Desafio *Startups Ceará*” e o “Meu Próprio Negócio”;
4. Coordenar o Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

5. Fomentar o crédito, o financiamento e o investimento direcionados aos pequenos negócios;
6. Estimular iniciativas que visem conectar fornecedores a consumidores;
7. Incentivar e fortalecer o desenvolvimento local e regional, com especial ênfase nos Arranjos Produtivos Locais (APL); e,
8. Coordenar a elaboração de banco de dados com foco no Trabalho e Empreendedorismo.

### **1. Priorizar o apoio ao empreendedorismo, com ênfase na tecnologia e na inovação**

A promoção do empreendedorismo é uma das estratégias que os agentes públicos estão utilizando, de forma crescente, para impulsionar o crescimento econômico, o desenvolvimento social e o bem-estar da população de cidades, estados e países, por meio da tecnologia e da inovação.

As principais ações de apoio ao empreendedorismo no Ceará estão centradas nos eixos estratégicos a cargo da SEDET. Suas atribuições, em consonância com as diretrizes governamentais, abrangem as funções específicas de políticas transversais, relacionadas:

- ao desenvolvimento da indústria, comércio, serviços e do agronegócio;
- à articulação e supervisão dos órgãos e entidades envolvidos na integração do registro e legalização de empresas; e,
- à política de apoio ao microempreendedor individual, à microempresa e à pequena e média empresa.

### **2. Estimular a formalização de empreendimentos no Estado do Ceará**

Faz-se mister a adoção de uma estratégia estadual, de modo a engajar o setor privado e a sociedade civil em ações de empreendedorismo. Há ainda muito que melhorar no ambiente que empreendedores enfrentam para começar um negócio novo e expandi-lo. Empreendedores têm dificuldade em começar e fechar negócios próprios por causa da burocracia, do sistema complexo de impostos e das dificuldades para acessar financiamentos. Portanto, cabe:

- incentivar a formalização e oportunizar a assistência técnica de microempreendedores individuais (MEI), de micros e pequenas empresas (MPE) e de empresas de pequeno porte (EPP);
- planejar e coordenar a política de incentivos ao empreendedorismo no Estado do Ceará; e,
- promover tecnologia e assistência técnica aos pequenos negócios produtivos locais.

### **3. Promover ações de fortalecimento da cultura empreendedora e a criação de programas específicos de estímulo ao empreendedorismo, como o “Desafio Startups Ceará” e o “Meu Próprio Negócio”**

A educação empreendedora no Ceará ainda é insuficiente, com exceção de alguns esforços pontuais para introduzi-la no sistema formal ou mesmo informal de educação básica. Entende-se que os responsáveis pela criação de políticas de empreendedorismo devem levar em consideração a relevância dos empreendedores em potencial e o baixo número de políticas a eles direcionadas, a fim de que mais políticas de promoção da cultura empreendedora e educação empreendedora sejam criadas. Neste sentido, é fundamental:

- promover a formação profissional e a capacitação gerencial de empreendedores cearenses;
- estimular a produção, a ampliação da capacidade de autogestão econômica dos empreendedores e grupos produtivos; e,
- apoiar os participantes dos empreendimentos auto gerenciários na identificação de oportunidades e acesso à qualificação técnica e gerencial.

### **4. Coordenar o Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

Concernente às **Políticas Públicas de Incentivo ao Empreendedorismo**, no âmbito estadual, algumas iniciativas acham-se implementadas, já há algum tempo, dentre elas:

- a criação do Fórum Estadual das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, através do Decreto nº 30.465, de 14/03/2011, como instância

governamental, relativo ao tratamento diferenciado e favorecido dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, tendo como objetivo articular e promover, em conjunto com órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal, a regulamentação necessária ao cumprimento dos aspectos do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, bem como acompanhar a sua efetiva implantação, atos e procedimentos dele decorrentes no âmbito do Estado Ceará.

#### **5. Fomentar o crédito, o financiamento e o investimento direcionados aos pequenos negócios**

De igual modo, por iniciativa do Poder Executivo Estadual, outra importante medida foi tomada, a saber:

- a instituição do Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará (FCE), em 1990, com a finalidade de financiar programas voltados para o incremento do setor produtivo da economia em favor das micro, pequenas e médias empresas industriais, agroindustriais, comerciais e de serviços, e aos mini, pequenos e médios produtores rurais, buscando o desenvolvimento econômico e social do Estado do Ceará;
- identificar fontes de crédito e financiamento com vistas à captação de recursos financeiros para a implantação e implementação de projetos produtivos; e,
- possibilitar acesso e fomento de microempreendedores individuais (MEI), de micros e pequenas empresas (MPE) e de empresas de pequeno porte (EPP) a linhas de crédito e financiamento de projetos produtivos.
- O Governo do Ceará, por meio da Agência de Desenvolvimento (ADECE), criou o Ceará Credi, um programa que está concedendo crédito e capacitação para microempreendedores. Feito em parceria com o Instituto E-Dinheiro, o objetivo do programa é contribuir para a criação e fortalecimento dos pequenos negócios no estado, gerando mais empregos e renda. O programa é voltado para empreendedores que exercem ou buscam exercer atividade produtiva de geração de renda, envolvendo produção, comércio e todos os tipos de serviços, com ênfase nos jovens, mulheres e pessoas de baixa renda, seja no meio urbano ou rural.



## **6. Estimular iniciativas que visem conectar fornecedores a consumidores**

Nas economias classificadas como empreendedoras, o governo tem o papel de criar e disponibilizar políticas de estímulo ao desenvolvimento de negócios, especialmente em nível local. Caberia a esse nível de governo elaborar e implementar políticas que capitalizem as vantagens locais e minimizem suas desvantagens. De forma a:

- estimular a conexão entre fornecedores e consumidores dentro do Estado, através de uma plataforma *online* capaz de proporcionar o compartilhamento de informações, produtos, serviços e valores entre os usuários cadastrados, proporcionando maior eficácia nos negócios.

## **7. Incentivar e fortalecer o desenvolvimento local e regional, com especial ênfase nos Arranjos Produtivos Locais (APL)**

Essa iniciativa deve ser adequada ao cenário econômico e social vivenciado em cada localidade, de modo a refletir as pretensões de crescimento e desenvolvimento almejadas pelo governo e as peculiaridades que se deseja alcançar com cada proposta em específico. De modo a:

- Promover a inclusão econômica e produtiva no meio urbano e rural, priorizando os Arranjos Produtivos Locais (APL);
- Planejar as ações de identificação de vocações e oportunidades locais e regionais para a geração de empreendimentos produtivos; e,
- Promover o fortalecimento das formas associativas, a sustentabilidade, a segurança da autonomia, a articulação com as políticas setoriais no processo de desenvolvimento econômico local.

## **8. Coordenar a elaboração de banco de dados com foco no Trabalho e Empreendedorismo**

As ações de apoio ao empreendedorismo têm como função e objetivo o aumento do nível da atividade empreendedora e definem o papel do governo e instituições reguladoras no estabelecimento de um ambiente propício e favorável aos empreendedores. De maneira a:

- viabilizar a organização, a sistematização, a centralização e a publicização das informações na área do mercado de trabalho, através de estudos, pesquisas e inovações, subsidiando as **Políticas Públicas do Trabalho e Empreendedorismo no Estado do Ceará.**

#### *3.1.4.2. Execução da Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda*

### **Elaborar e executar a Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda no Ceará**

O Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda – SPTER está estruturado para a execução das Políticas Públicas do setor, nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Em âmbito Federal, destaca-se a atuação do Ministério da Economia – ME, com o Sistema Nacional de Emprego – SINE e o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

O Estado do Ceará celebrou um Contrato de Gestão com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT e um Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Emprego – SINE para a execução dos programas, projetos e ações do Trabalho, Emprego e Renda.

### **Gerenciar o Sistema Nacional de Emprego no Ceará – SINE/CE**

O Sistema Nacional de Emprego – SINE é executado pelo Governo do Estado, em caráter de ação continuada, buscando-se a melhoria contínua dos serviços prestados aos cidadãos, sendo denominado SINE/CE.

O Contrato de Gestão com o IDT permite o funcionamento das unidades do SINE/CE, para o atendimento aos trabalhadores, profissionais autônomos e empresas. A celebração do Termo de Adesão ao SINE habilitou o Estado do Ceará a executar as ações do Sistema no Ceará; e a receber transferências automáticas do Fundo de Amparo ao Trabalhador para o Fundo Estadual do Trabalho – FET, com base em metodologia e critérios do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

### **Coordenar o Conselho Estadual do Trabalho - CET**

O Conselho Estadual do Trabalho – CET é um colegiado de caráter permanente e deliberativo, sendo constituído por representantes do Poder Público, dos Trabalhadores e dos Empregadores. O Conselho atua em sintonia com o CODEFAT.

Dentre as atribuições do Conselho estão a análise, aprovação e apresentação do Plano de Ações e Serviços ao SINE, a gestão dos recursos do FET e sua prestação de contas, em conformidade com a legislação e resoluções do CODEFAT.

### **Gerir o Fundo Estadual do Trabalho – FET**

O Fundo Estadual do Trabalho – FET é orientado e controlado pelo Conselho Estadual do Trabalho. As principais fontes de recursos do Fundo Estadual do Trabalho são o FAT, o tesouro do Estado e emendas parlamentares.

Ao Conselho Estadual do Trabalho compete apresentar o Plano de Ações e Serviços ao Ministério da Economia/SINE, para análise e aprovação. Sendo aprovado, o FAT realizará a transferência automática para o FET dos recursos pleiteados, obedecendo à previsão orçamentária e ao Plano apresentado.

### **Intermediar a alocação de trabalhadores para o preenchimento de vagas de empregos**

O Ceará tem se destacado na execução da Política Pública do Trabalho, Emprego e Renda, graças ao contínuo acompanhamento e adequação às mudanças, bem como a investimentos realizados no setor. Um dos destaques é a maneira como executa a alocação de trabalhadores nas vagas de emprego oferecidas pelas empresas.

Há anos, o Estado contrata a organização social IDT, em virtude de sua expertise e vantagens à sociedade, para a execução dos serviços. A contratação compete à Setorial responsável pela área do Trabalho. Essa ação é responsável pela colocação de aproximadamente 10% (dez por cento) das contratações realizadas pelas empresas no estado do Ceará.

### **Modernizar o atendimento aos trabalhadores e profissionais autônomos, com ênfase no uso da Tecnologia da Informação e Comunicação**

O Governo do Estado atua com o propósito de melhorar e ampliar o alcance dos serviços públicos de atendimento aos profissionais autônomos, que compreendem expressiva categoria de trabalhadores no estado.

Dentre as medidas adotadas, constam projetos de modernização da rede de atendimento ao profissional autônomo, inclusive com adoção de tecnologias da informação e da comunicação.

O objetivo é promover a dinamização, profissionalização e formalização dos trabalhadores autônomos, de modo a aproximá-los ao máximo das oportunidades oferecidas pelas pessoas físicas e jurídicas demandantes de serviços.

### **Estimular ações de qualificação profissional voltadas aos trabalhadores e profissionais autônomos**

A qualificação profissional é um aspecto relevante para o Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, sobretudo nos momentos em que é imprescindível a superação de desafios.

Para levar a termo a qualificação profissional, são realizadas articulações entre as Setoriais que atuam no segmento, com destaque para a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SEDET, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECITECE e a Secretaria da Educação – SEDUC. Adicionalmente, o Governo do Estado estabelece parcerias com órgãos e entidades, como o Instituto Federal no Estado do Ceará – IFCE, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e a Associação dos Municípios do Estado do Ceará – Aprece.

#### *3.1.4.3. Propostas para o enfrentamento da Informalidade no Estado do Ceará*

A forte incidência da informalidade é uma das situações mais persistentes e preocupantes para o mercado de trabalho. No estado do Ceará, as problemáticas ligadas à informalidade não são diferentes às verificadas do restante do país, onde parcela expressiva da população cearense, mormente os mais pobres, sustenta a si e aos seus por meio de atividades autônomas, ou trabalhando nos pequenos negócios, em diferentes setores e regiões do estado, cuja realidade, em grande medida, está associada às peculiaridades do território estadual - inserido majoritariamente no semiárido nordestino - e ao desenvolvimento tardio da região. Mais da metade dos trabalhadores cearenses estão inseridos em formas de trabalho sem garantias trabalhistas e sociais, o que sugere a necessidade de políticas específicas que promovam oportunidades de trabalho e geração de renda para essa população.

No atual contexto de crise econômica global, a questão da informalidade torna-se ainda mais urgente, de modo a conduzir os responsáveis pela formulação de políticas públicas a um interesse renovado pela adoção de medidas eficazes para a transição do trabalho informal para o formal. Ademais, essa transição da economia

informal para a economia formal é, claramente, um alvo importante para a Agenda Trabalho Digno, da OIT (c2020, p. 1), ao afirmar que:

O conceito de trabalho digno resume as aspirações de homens e mulheres no domínio profissional e abrange vários elementos: oportunidades para realizar um trabalho produtivo com uma remuneração justa; segurança no local de trabalho e proteção social para as famílias; melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social; liberdade para expressar as suas preocupações; organização e participação nas decisões que afetam as suas vidas; e igualdade de oportunidades e de tratamento.

Nessa perspectiva, as iniciativas governamentais ora propostas procuram direcionar um conjunto de abordagens multidimensionais adaptadas ao contexto específico do Estado do Ceará, ou seja, visam implantar e implementar planos, programas e projetos no âmbito de quatro eixos estratégicos:

**a. Fortalecimento das políticas educacionais**

- Reforçar os programas de educação como estratégia para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.
- Ampliar os programas federais de educação em todos os níveis de escolarização, tais como: Brasil Alfabetizado, Brasil Profissionalizado, Caminho da Escola, Inclusão de Jovens, Educação Tutorial, Bolsa Permanência, E-tec Brasil, Formação pela Escola, Formação de Tutores, Alfabetização na Idade Certa, Fortalecimento do Ensino Médio, Formação de Profissionais da Educação, Escola Aberta, Escola da Terra, Escola de Gestores, Mais Educação, PROINFO, PROJOVEM Urbano e Campo – Ensino e Pesquisa (FNDE, 2020).
- Expandir a rede de escolas profissionalizantes para todos os municípios cearenses.
- Incentivar os jovens a participarem do Ciência sem Fronteiras, programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia da inovação e da competitividade brasileira, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.
- Capacitar os educandos para o mercado de trabalho e o empreendedorismo (Escola em Tempo Integral).
- Popularizar a ciência nos espaços públicos, despertando nos jovens o interesse por conhecimentos em tecnologia e inovação.
- Promover a inclusão digital da população mais vulnerável, através da implantação de cursos de informática nas escolas municipais e estaduais.

- Inserir jovens entre 16 e 24 anos de idade em programas de formação profissional, por meio de parcerias envolvendo o estado, as instituições de formação profissional e a iniciativa privada, com o objetivo de qualificar e preparar os jovens a assumirem ocupações mais qualificadas do mercado de trabalho.
- Promover formação e qualificação em áreas diversas, com acesso às novas tecnologias de produção, comunicação e informação.
- Formar e capacitar a juventude urbana e rural no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), respeitando a diversidade cultural e regional.
- Dinamizar o Programa Empresa Júnior para fortalecer a iniciação ao trabalho dos jovens universitários.

#### **b. Qualificação profissional e geração de empregos formais**

- Promover o emprego formal, através de políticas macroeconômicas favoráveis ao seu crescimento e o incentivo ao empreendedorismo.
- Reduzir a economia informal por meio da promoção do emprego formal, reduzindo as barreiras que dificultam essa formalização assegurando às garantias e benefícios sociais e econômicos aos trabalhadores.
- Criar o Plano Estadual de Qualificação do Trabalhador Cearense, investindo na capacitação massiva e na formação profissional, em parceria com as entidades do Sistema S (SENAC, SENAI, SENAR, SENAT e SEBRAE).
- Combater a precarização do trabalho, estimulando a inserção digna em ocupações com maior perspectiva de desenvolvimento pessoal, social e econômico.
- Instituir o Observatório do Trabalho e do Empreendedorismo, para a sistematização, elaboração e disseminação de informações sobre o mercado de trabalho e o ambiente empreendedor, através de estudos, pesquisas e inovações, visando subsidiar as Políticas Públicas do Trabalho e do Empreendedorismo.
- Fortalecer as Políticas Públicas do Trabalho, Emprego e Renda, por meio das ações do Sistema Nacional de Emprego no Ceará (SINE/CE), tornando-as mais integradas e sincronizadas a outras políticas de desenvolvimento socioeconômico.
- Promover oportunidades de trabalho às pessoas com mais de 60 anos de idade, dando-lhes condições mais acessíveis à sua (re)integração no mercado de trabalho.

- Fomentar a capacitação contínua do trabalhador, mediante cursos rápidos e a distância, com vistas ao aprendizado para as novas ocupações emergentes.
- Investir em pesquisas que monitorem o nível de informalidade do estado para adoção ou aprimoramento das políticas em curso.
- Facilitar a formalização através da desoneração e simplificação da burocracia.
- Fortalecer a cultura do cooperativismo no desenvolvimento econômico local.
- Proporcionar aos jovens acesso a políticas que combinem treinamento e experiência de trabalho com os serviços de informações sobre procura de emprego, orientando-os e apoiando-os.
- Ampliar o Programa Primeiro Passo para todas as regiões do estado, nas linhas do Jovem Aprendiz, Jovem Bolsista e Jovem Estagiário, de forma a aumentar as oportunidades de trabalho e a geração de renda.
- Tomar medidas para constituir um sistema estadual de informação sobre a oferta de treinamento articulado com outros mecanismos de informação do mercado de trabalho, como serviços de emprego, pesquisas domiciliares.

### **c. Investimento**

- Promover a atração de investidores, com previsibilidade e transparência, segurança jurídica, desburocratização e simplificação, de modo a criar um ambiente favorável de negócios.
- Acelerar o processo de desenvolvimento do Estado, priorizando os *clusters* econômicos da cadeia produtiva da saúde, energias renováveis, rede de segurança hídrica, polo de inovação em TIC, têxtil e calçados, agronegócio, logística, turismo, economia do mar, *hubs* aéreo, portuário e tecnológico.
- Elevar o potencial de geração de energias renováveis (fotovoltaica, eólica e híbrida).
- Incentivar a implantação de indústrias relacionadas aos recursos hídricos.
- Consolidar o Polo de Inovação em TIC (*Angola Cables, Century Link e Hostweb-Datacenter*).
- Expandir o Cinturão Digital em todo o Estado, reforçando o *Hub* de TIC.
- Consolidar a liderança do estado na cadeia calçadista, como o maior empregador do Nordeste, e o segundo maior do País.

- Fortalecer a liderança de maior empregador da cadeia de têxteis e confecções do Nordeste, e o quarto do País.
- Desenvolver o Agronegócio, fortalecendo as culturas atuais, com mais investimento em pesquisa para a descoberta de novas fontes de produção e de comercialização.
- Consolidar o HubTecnológico, com mais oportunidades de vagas nas universidades, centros de pesquisa, escolas profissionalizantes, dentre outras instituições de formação profissional.
- Promover o Ceará nos principais mercados nacionais e internacionais.
- Qualificar e promover territórios turísticos nas principais regiões do Estado.
- Melhorar a infraestrutura turística e de acesso aos principais destinos do Ceará.
- Atrair novos empreendimentos e empresas estrangeiras para incentivar novos negócios e gerar mais empregos.
- Incentivar a economia do mar, com indústrias para produção de embarcações e peças para o setor náutico; empresas de beneficiamento de pescados para exportação; pesca oceânica de atum e outras espécies (lagosta); e prática de esportes aquáticos e turismo.
- Conceder incentivos fiscais e benefícios não financeiros, mediante a redução de ICMS, destinados a sociedades industriais com uso intensivo de mão de obra (implantação, funcionamento, realocização, ampliação, modernização, diversificação e recuperação), através de programas específicos.
- Fortalecer os clusters (cadeias produtivas), com apoio de soluções integradas que contemplem desde a produção de conhecimento até a sua efetiva aplicação para ganhos da sociedade como um todo;
- Integrar competitividade a mercados extras de redes de valores globais, promovendo o desenvolvimento regional equilibrado.

#### **d. Economia Empreendedora e o Crescimento Econômico**

- Implantar o Programa de Educação Empreendedora, fomentando e fortalecendo projetos e iniciativas da sociedade.
- Viabilizar o acesso a crédito, com taxas de juros e carências acessíveis e interessantes para os pequenos negócios.



- Criar incentivos governamentais que promovam e fortaleçam a constituição e o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.
- Incorporar incentivos justos, corretos na legislação que incentive à sua formalização.
- Apoiar a comercialização, incentivando redes horizontais e verticais.
- Propor reforma tributária que inclua incentivos ao investimento produtivo para fomentar a criação do emprego formal.
- Democratizar o microcrédito e aumentar a eficiência dos mesmos em termos de geração de emprego e renda.
- Criar uma agenda local para definir e incorporar experiências e boas práticas, estabelecendo um novo diálogo social.
- Desenvolver os Arranjos Produtivos Locais, implementando uma política de desenvolvimento local e regional que incentive o crescimento das atividades produtivas endógenas, além do fortalecimento da vocação econômica regional e o empreendedorismo local.
- Promover a aproximação de instituições financeiras e de crédito, gerando oportunidades às micro e pequenas empresas.
- Incentivar e fortalecer, de forma especial, os projetos produtivos como o Programa de Regularização Fundiária, Programa Venda no Balcão, Programa Hora de Plantação, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Tecnologia Alimentar.
- Implantar o Centro Avançado do Agronegócio, como um espaço público para o desenvolvimento de negócios e iniciativas em economia mista para o produtor rural, apoiando a produção e comercialização de produtos agrícolas e incentivando a produção de alimentos orgânicos.
- Adotar medidas para promover as relações complementares entre as economias formal e informal, facilitando o acesso das empresas ligadas à economia informal ao mercado, ao crédito, à infraestrutura, aos sistemas de formação e de tecnologias avançadas, a fim de facilitar a sua integração progressiva na economia formal.
- Fomentar políticas setoriais privilegiando, especialmente, o desenvolvimento de micro e pequenas empresas sustentáveis.
- Estimular o associativismo, apoiando o ingresso de organizações e empresas da economia informal no mercado formal.

- Fomentar o empreendedorismo através de incentivos, visando criar uma economia empreendedora baseada no conhecimento, inovação e criatividade, onde novas formas de produção são criadas para explorar oportunidades em um mercado cada vez mais aberto, dinâmico e competitivo.

## **3.2. AÇÕES ESTRATÉGIAS SETORIAIS**

### **3.2.3. ESTRATÉGIAS PARA O AGRONEGÓCIO**

#### *3.2.3.1. Contextualização*

O segmento primário da agropecuária cearense é composto por atividades de agricultura de sequeiro, agricultura irrigada, pecuária e aquicultura, que em conjunto sustentam por ano, aproximadamente, 500 mil empregos diretos e geram em torno de R\$ 5,0 bilhões apenas no setor de produção, e, ainda é responsável por boa parte das exportações cearenses.

Sobre esses valores da cadeia produtiva do agronegócio por setor e números de empregos, uma das necessidades é conhecer o Produto Interno Bruto (PIB) do setor, para o real acompanhamento da agropecuária do Ceará. O desenvolvimento metodológico, emprego e renda do agronegócio do Ceará e suas principais cadeias produtivas da agricultura e pecuária precisa ser detalhado em suas principais cadeias de produção. Este trabalho resultará em indicadores mais apropriados e abrangentes da atividade do agronegócio, servindo à formulação de políticas públicas para o setor do agronegócio cearense, as quais impactam, direta ou indiretamente, a expansão, o aprimoramento e o desenvolvimento sustentável do setor.

Embora seja o mais recente setor da agropecuária cearense, a agricultura irrigada é o mais dinâmico, pois representando apenas cerca de 5% da área plantada total responde por cerca de 60% do Valor Bruto da Produção (VBP) e 20% dos empregos diretos gerados.

Por sua vez, a agricultura de sequeiro é extremamente influenciada pelo clima, variando ano a ano ao sabor do regime de chuvas, que, normalmente, são irregulares no tempo e no espaço, como acontece de resto em todo o Semi-Árido, no qual

mais de 80% dos municípios do Estado estão inseridos. Os produtos principais são milho, feijão, castanha de caju e mandioca, além da tradicional cera de carnaúba. A agricultura e pecuária, dependentes das chuvas, continuam a ser de grande importância para a economia do Estado, contribuindo com emprego e renda inclusive em épocas de poucas atividades no campo, sendo imprescindível no âmbito social.

A pecuária é o mais forte setor da agricultura cearense, destacando-se a bovinocultura de leite, a avicultura, a ovinocaprinocultura e a apicultura. A bovinocultura de leite destaca-se em um momento único em termos de tecnologia, mercado e geração de renda.

A aqüicultura cearense, com seus produtos de alto valor agregado, camarão e a tilápia, é um setor de grande potencial, que conta com 573 km de litoral e mais de 500 reservatórios públicos, com capacidade de armazenar mais de 18 bilhões de m<sup>3</sup> de água. Esse potencial pode ser visto tanto na produção da tilápia, que o Ceará era o 1º produtor brasileiro até pouco tempo, como na do camarão, onde o estado é o 1º produtor nacional. No caso da tilápia os sistemas produtivos devem ser praticamente reinventados, pois em face dos baixos níveis dos principais reservatórios, normalmente usados para criação em gaiolas suspensas, teve queda marcante em sua produção, e, deve ser tratado em projetos específicos de desenvolvimento da tilapicultura em tanques escavados, com a eleição do gargalo tecnológico no uso de tanques e não de gaiolas, obtendo um peso mínimo de despesa aceita no mercado, que deve ser o foco principal das primeiras ações. O Estado do Paraná há alguns anos, também elegeu melhorar a tecnologia de produção, escolhendo como metodologia de trabalho mais indicada o uso das Unidades Demonstrativas - UD's, nas quais adotou-se a tecnologia de produção conhecida em outros países, adaptada às condições regionais e que representaria a elevação da produtividade em cerca de 100% em relação à média regional, que foi conseguida.

A tilápia é um dos carros-chefes dos peixes de cultivo no Brasil. Foram 400.280 toneladas em 2018, com crescimento de 11,9% em relação ao ano anterior. O Paraná lidera o ranking nacional, com 123.000 toneladas/ano (29,3% do total), seguido de São Paulo (69.500 toneladas) e Santa Catarina (33.800 toneladas). Considerando a criação de peixes em geral, a participação paranaense alcança o segundo lugar no país, com 15%.

Fora o continente, temos um grande potencial no Mar e o Setor de pesca marítima no estado do Ceará foi um dos que mais tiveram crescimento nos últimos anos, principalmente a exportação da Pescados, Lagosta e o Atum, recém introduzido na economia estadual e com grande potencial de crescimento com a abertura do mercado europeu este ano de 2020.

### *3.2.3.2. Ações Estratégicas para o Setor de Agronegócio e Agricultura Familiar*

O Ceará tem sido ágil na ampliação da infraestrutura de oferta hídrica que dê suporte aos novos investimentos de capital, público e privado, que se instalaram nessa nova fase de desenvolvimento da economia. Entretanto, esta demanda crescente, fruto da política de fomento do poder público ao desenvolvimento de diversos setores da economia, tornou-se necessário o estabelecimento de novas metodologias de gerenciamento das águas do estado.

Com vistas a otimizar a gestão dos recursos hídricos do Estado do Ceará, surgiu a necessidade do desenvolvimento de ferramentas baseadas em processo decisório, capazes de contribuir para um melhor planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos, com o propósito de contribuir para a melhoria e definição de estratégias de gestão pública, dentro dos interesses socioeconômicos do Estado.

Para que se possa promover um aumento do Valor Bruto da Produção e maior geração de emprego e aumento da renda média no campo, entendemos que as prioridades para o Estado no setor agropecuário são:

- **Definição dos indicadores:** definir indicadores conforme a metodologia proposta pela SEDET de trabalhar a prioridade para o Estado baseada no desenvolvimento de quatro quesitos de análise para o manejo da irrigação e alocação de água, onde cada quesito será responsável por agrupar um par de indicadores, e será verificado criteriosamente pela equipe. Os quesitos se dividirão em: segurança produtiva, segurança econômica, segurança social e segurança hídrica;
- **Incentivos para o uso criterioso da água:** criar mecanismos de outorga simplificada como, por exemplo, outorgas auto declaratórias e mecanismo de outorga com garantia de oferta. E discutir o seguro “água” ou “oferta

hídrica”, semelhante ao que temos no seguro safra, tudo sempre baseado na metodologia dos indicadores e critérios para o uso da água.

- **Assistência técnica especializada:** viabilizar assistência técnica especializada como forma de incentivo, os agricultores que tiverem suas ações focadas nas culturas estratégicas (aquelas que tiverem melhores indicadores), o estado ofertará técnicos especializados para cada cultura.
- **Eficiência no uso da água:** definir critérios para o uso da água para o setor agropecuário e propor um plano de monitoramento climático da área cultivada ao longo das bacias, servindo também como forma de assessoramento ao agricultor/usuário de água. Para os agricultores que comprovarem uma evolução na eficiência do uso da água e na conservação de nascentes, estes poderão ter benefícios até mesmo com uma maior garantia de água (outorga) em detrimento de produtores menos eficientes.
- **Distribuição de mudas e sementes:** para os agricultores que desejarem produzir culturas de alto valor agregado e realizar uma conversão, estes terão incentivos em mudas e sementes.

#### *3.2.3.3. Ações Setoriais para o Setor de Agronegócio do Ceará*

- **Fomentar a introdução de novas tecnologias e culturas:** transformar a fruticultura irrigada e floricultura em agricultura de alto desempenho e valor agregado através da eficiência do uso da água, alta produtividade e uso de tecnologia.
  - Consolidar uma nova fonte de geração de emprego e renda no meio rural e urbano, ou seja, o setor é um multiplicador de empregos no campo e na cidade;
  - Elevar a rentabilidade e o mercado consumidor interno e externo, que se encontra em expansão;
  - Ênfase na estratégia de diferenciação do produto, o que tem se configurado uma estratégia de sucesso no setor de floricultura cearense;
  - Aumento da eficiência no uso da água;
  - Inserção da agricultura 4.0

- Aumentar a participação da Fruticultura para 10% do PIB do Ceará
  - Aumentar sua participação no mercado de alimentos global;
  - Contribuir para que o consumo de frutas e seus derivados no mercado interno;
  - Atingir o valor de US\$ 150 milhões em exportações de frutas frescas e derivados;
  - Inserção do cultivo protegido, principalmente em perímetros públicos de irrigação;
  - Aumentar a produtividade e inserir novas tecnologias na produção de frutas e hortaliças, semelhante ao que ocorre em Israel e na Espanha;
  - Implantar estufas de cultivo protegido;
  - Implantar Sistemas de Irrigação localizada;
  - Implantar equipamentos de alta tecnologia em agricultura irrigada.
- **Modernizar a Defesa Agropecuária e a legislação vigente:** promover e implantar programas e ações de defesa agropecuária contribuindo com o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, possibilitando as garantias para a preservação da vida e da saúde humana e animal; do meio ambiente; da segurança alimentar; e do acesso a mercados.
    - Modernizar e desburocratizar a defesa vegetal do Estado;
    - Revisar as normas legais que não mais se ajustam às tecnologias e às necessidades atuais e a adoção das boas práticas regulatórias na defesa Vegetal (Marco regulatório);
    - Capacitar a defesa agropecuária, atuando sob o tripé de ciência, informação e análise de risco (Conhecimento e suporte estratégico);
    - Realizar as atividades que permitirão a Defesa Agropecuária operar de forma planejada e sustentável ao longo do tempo, sendo capaz de prover serviços de qualidade que assegurem a saúde da população e o acesso aos mercados, nacionais e internacionais (Sustentabilidade);
    - Alinhar as ações da Defesa Agropecuária Estadual com a Nacional (Programas e projetos técnicos).

- **Atrair Investimentos direcionados e promover o Agronegócio Cearense:** Realizar encontro de negócios com investidores nacionais e internacionais para fomentar investimentos no agronegócio cearense.
  - Desenvolver instrumentos contemporâneos de divulgação e marketing dos produtos do agronegócio cearense;
  - Identificar oportunidade de investimento estrangeiros e nacionais;
  - Criar oportunidade de investimentos em indústrias ligadas ao agronegócio;
  - Criar um portfólio dos projetos de investimento do agronegócio.

#### *3.2.3.4. Outras Ações Setoriais do Agronegócio e Agricultura familiar Cearense*

- Aumento da disponibilidade hídrica e busca de fontes alternativas de água (por exemplo: projeto malha d'água, cisternas, poços, barragens subterrâneas, dessalinização da água do mar e reuso etc.);
- Fomentar culturas alternativas irrigadas que tiverem melhores indicadores, além da revitalização e renovação da cajucultura;
- Criar um Serviço de Assessoramento ao Irrigante que possa dar o suporte tecnológico que o agricultor precisa;
- Fortalecer a atividade leiteira com programas contínuos de parcerias e projetos, através de ações estratégicas;
- Incentivar o desenvolvimento da aquicultura intensiva;
- Incentivar o desenvolvimento da pesca marítima;
- Aumentar a infraestrutura de comunicação telefônica e de internet no campo;
- Desenvolver um Programa de integração produtor/agroindústria;
- Melhorar os processos internos e fortalecer a Agência de Defesa Agropecuária do Estado – ADAGRI;
- Modernizar a Assistência técnica, buscando uma nova EMATERCE;
- Recriação de uma empresa estadual de pesquisa agropecuária.
- Fomentar o acesso ao crédito para o desenvolvimento de projetos no setor agropecuário;

- Reativar e reestruturar os abatedouros no estado do Ceará garantindo a qualidade dos produtos;
- Ampliar as ações do Programa de Regularização Fundiária no estado do Ceará;
- Revitalizar e adequar a Ceasa de Maracanaú;
- Fortalecer as cadeias produtivas prioritárias: frutas, flores e hortaliças, bovinocultura, avicultura, ovinocaprinocultura, pesca e aquicultura, cajucultura, apicultura, carnaúba e mandiocultura;
- Modernizar/ revitalizar os perímetros públicos de irrigação;
- Identificar polos produtivos regionais com potencial na agricultura irrigada e agroindústria;
- Fomentar o cooperativismo no setor agropecuário;
- Fortalecer as parcerias com as instituições de pesquisas e extensão (exemplo: acuidade sanitária; pesquisa na resolução de problemas; etc.);
- Fortalecer as parcerias com o Sistema S (SESI, SENAI, SENAR, SEBRAE) na melhoria de produtos e comercialização dos produtos do estado do Ceará;
- Aceleração econômica com ênfase na ampla prosperidade compartilhada;
- Desenvolvimento territorial inteligente e integrado à luz de suas vocações e potencialidades;
- Redução da pobreza e das desigualdades em busca do desenvolvimento social;
- Desenvolvimento da agropecuária familiar;
- Redução da pobreza e das desigualdades em busca do desenvolvimento social;
- Promover o desenvolvimento territorial rural, sustentável e solidário;
- Incentivar a introdução de energia limpa nas propriedades rurais (painéis solares etc.).

### 3.2.3.5. *Ações Setoriais da Economia do Mar e Águas Interiores no Estado do Ceará*

O Setor de Economia do Mar<sup>22</sup>, considerado na literatura como um *hipercluster*, congrega inúmeros segmentos, incluindo atividades logísticas e turísticas de serviços marítimos, indústria naval, recursos oceânicos, e pesquisa, extração e

---

<sup>22</sup><https://www1.sfipec.org.br/observatorio-da-industria/setores-estrategicos/categoria/109215/economia-do-mar>



processamento, tanto de alimentos como de outros recursos vivos e não vivos do mar. Dessa forma, sua identificação como setor estratégico é consequência da visão de que o correto planejamento e fomento propiciarão organização, encadeamento e dinamização de atividades com elevado potencial, utilizando assim os mais de 500 quilômetros de extensão do litoral cearense como impulsionadores da inovação e do desenvolvimento de todo o Estado.

A Plataforma Ceará 2050 define como objetivo da Economia do Mar, expandir o uso dos recursos oceânicos de alto valor agregado, de forma sustentável, abrindo a fronteira econômica e do conhecimento para esse segmento relevante do território cearense. Posicionamento do Ceará como referência internacional em economia do mar.<sup>23</sup>

Assim são recomendadas como propostas de ações temáticas economia do mar e águas interiores:

- Implementar o Plano de Desenvolvimento da Aquicultura do Estado do Ceará (PDA);
- Firmar parcerias entre empresas e universidades para desenvolvimento de pesquisas aplicadas a processos produtivos sustentáveis para o setor, sendo o estado fomentador e mediador das parcerias inserido no PDA - (exemplo: cientista chefe-ampliado; câmara setorial - demandar pesquisas de interesse das empresas);
- Estimular a criação de pontos de desembarque obrigatório de pescado (Exemplo: Mapp<sup>74</sup>, entreposto Atum – elaboração do projeto modelo de entreposto que atenda os protocolos e normativas);
- Inserir unidade demonstrativa para o cultivo de atum – PDA. (Exemplo: tanques redes específicos, ração específica, exemplares específicos visando a engorda);
- Estimular a modernização e adequação de equipamentos e embarcações em prol do desenvolvimento da Economia do Mar e Águas interiores no Estado do Ceará (Exemplo: implantação de escola de pesca da Galícia, meios de financiamento);
- Elaborar a lei estadual de Pesca;
- Elaborar a lei estadual Aquicultura - PDA;
- Criar o Comitê de Sanidade de Animais Aquáticos - PDA;

---

<sup>23</sup>[http://www.ceara2050.ce.gov.br/api/wp-content/uploads/2019/01/ceara-2050-produto-3-3-visao\\_objetivos\\_indicadores\\_metas\\_24-11.pdf](http://www.ceara2050.ce.gov.br/api/wp-content/uploads/2019/01/ceara-2050-produto-3-3-visao_objetivos_indicadores_metas_24-11.pdf)

- Estimular a ampliação e direcionamento de linhas de crédito voltados aos setores da Economia do Mar e Águas interiores;
- Incentivar o desenvolvimento de novos negócios na cadeia produtiva do pescado - PDA. (Ex; Biotecnologia Marinha, novos sistemas produtivos, marketing, P&D, estruturas organizacionais);
- Fomentar a cadeia produtiva da pesca da Lagosta, tornando o Ceará um pólo pesqueiro que agrega valor e qualidade aos seus produtos;
- Fomentar a cadeia produtiva da Tilápia e Camarão, tornando o Ceará um pólo que agrega valor e qualidade aos seus produtos;
- Incentivar a comercialização e certificação de produtos da cadeia produtiva do pescado;
- Implantar o Centro de identificação e desenvolvimento de novas tecnologias para Aquicultura Inovágua. (identificar – desenvolver - disseminar). Um exemplo é o Chile o Peru.

#### **3.2.4. ESTRATÉGIAS PARA A INDÚSTRIA**

Considerado como um grande empregador e com significativa participação na formação do Valor Adicionado na economia, o setor industrial tem sofrido grandes transformações em seu processo produtivo em todo o mundo. Neste sentido, a SEDET tem atuado no fortalecimento do parque industrial já estabelecido no estado e na atração seletiva de novos empreendimentos que venham a contribuir para a consolidação das cadeias produtivas dos clusters considerados prioritários na atual gestão de governo.

Na reestruturação industrial proposta para a Região Nordeste do Brasil pelo MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional através do PRDNE- Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, documento elaborado pela SUDENE, consta em suas premissas aumentar a participação da indústria de transformação no Valor Adicionado Bruto-VAB total da região e obter o crescimento da produtividade e competitividade tanto das indústrias do tipo “intensivas em trabalho” como das indústrias do tipo “intensivas em escala” da região.

Desta forma, a SEDET, em alinhamento às estratégias do plano acima citado, das plataformas Ceará Veloz, Ceará 2050, Fortaleza 2040, Rotas Estratégicas Setoriais

da FIEC e demandas das Câmaras Setoriais, apresenta um elenco de propostas com os seguintes objetivos:

- Minimizar os efeitos dessa complexa e inesperada crise decorrente da pandemia COVID-19;
- Promover a alavancagem das atividades do setor industrial do estado;
- Colaborar na retomada do desenvolvimento econômico do Ceará.

Considerando o grande potencial dos setores da Moda (Têxtil, Confecções, Calçados e Afins), Energias Renováveis, Saúde, Óleo e Gás, Segurança Hídrica, Mineração e Automotivo, a seguir sugerem-se algumas sugestões de iniciativas que os contemplam em todas as etapas de suas respectivas cadeias produtivas:

1. Articular junto aos agentes financeiros a criação de alternativas de crédito voltadas para o capital de giro e para a inovação tecnológica;
2. Articular junto aos órgãos competentes a infraestrutura necessária para viabilizar vantagens competitivas para o setor industrial;
3. Promover a realização de parcerias comerciais para o setor industrial e quando possível, alinhando com as ações das outras Secretarias Executivas da SEDET;
4. Apoiar a participação e ou realização de eventos promocionais de forma virtual, híbrida ou presencial quando a ocasião permitir, tais como: Encontros de Negócios, *Road Shows*, Feiras etc.;
5. Prover suporte à elaboração de material de promoção e comunicação tais como relatórios setoriais, sites, redes sociais, apresentações, convites e outros documentos para os *clusters* priorizados;
6. Elaborar e executar estratégias para promover os produtos industriais cearenses em novos mercados;
7. Estimular a digitalização, a inovação e a promoção da eficiência do Parque Industrial implantado no Estado do Ceará, através da realização de parcerias estratégicas objetivando a inserção das novas tecnologias disponíveis para a revolução industrial 4.0, com ênfase nos *clusters* priorizados pelo governo, de

forma a alcançar crescimento e competitividade de seus produtos no mercado mundial;

8. Rever e propor marcos regulatórios junto aos órgãos competentes, objetivando tornar o Ceará um ambiente propício à implantação, retenção e expansão do setor industrial, dando ênfase aos *clusters* prioritários;
9. Implementar programas para atração de novos empreendimentos industriais, observando de forma lúcida, a sustentabilidade financeira e socioambiental dos mesmos;
10. Coordenar ações para aprimorar a comunicação e promoção da Política de Desenvolvimento Econômico do Ceará, com destaque na execução da política de modernização e inovação industrial - Indústria 4.0;
11. Promover ações de promoção e prospecção voltadas à atração:

#### *3.2.4.1. Cluster da Moda (Têxtil, Confecções, Calçados e afins)*

- de empreendimentos industriais objetivando o crescimento, modernização e consolidação da cadeia produtiva do Setor da Moda (Têxtil, Confecções, Calçados e Afins), buscando estreitar relações com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Centro Tecnológico da Indústria Têxtil e do Vestuário (CITEVE) em Portugal objetivando viabilizar a criação de um Núcleo de Alta Tecnologia de Desenvolvimento no Ceará para o setor da moda, com o intuito de lhe proporcionar de forma rápida e acessível o conhecimento inovador nas áreas de PD&I, criação, design, produção, gestão, divulgação, e comercialização conforme práticas já adotadas no mercado internacional.

#### *3.2.4.2. Cluster das Energias Renováveis*

- de empreendimentos industriais objetivando o fortalecimento e consolidação do setor das Energias Renováveis que além de utilizar a vocação natural do estado, é de fundamental relevância na nova concepção de desenvolvimento, atende os ODS's - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e demais diretrizes internacionais.

#### *3.2.4.3. Cluster da Saúde*

- de empreendimentos industriais do Setor da Saúde, considerando a experiência inédita proporcionada pela pandemia COVID-19 que conscientizou o setor produtivo da necessidade imediata de estar localizado junto ao seu mercado consumidor e dessa forma viabilizar a consolidação dos Distritos Industriais de Inovação da Saúde nos municípios de Fortaleza (@VIVAPORANGABUSSU), Eusébio e Quixeramobim.

#### *3.2.4.4. Cluster Rede de Segurança Hídrica*

- de empreendimentos industriais do setor de Segurança Hídrica, considerando que o estado do Ceará tem experiência exitosa na aplicação de tecnologias e desenvolvimento de modelos inovadores na gestão de águas com reconhecimento em nível nacional e internacional através de grandes e importantes projetos que atualmente se encontram em fase de operação, em construção ou em avançado estágio de elaboração e que garantirão a segurança hídrica tanto para a população como para o desenvolvimento de modernos parques agroindustriais, tais como: Projeto de Integração do São Francisco, Cinturão das Águas, Malha D'Água e Usina de Dessalinização.

#### *3.2.4.5. Extras*

- de empreendimentos industriais objetivando o fortalecimento e consolidação do CIPP - Complexo Industrial e Portuário do Pecém e da ZPE-CE;
- de uma refinaria no CIPP, empreendimento âncora que possibilitará a consolidação da importante cadeia produtiva de óleo e gás, turbinará a movimentação de cargas no porto e colaborará para o equilíbrio da balança comercial do estado.

### **3.2.3. ESTRATÉGIAS PARA COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ**

#### *3.2.3.1. Contextualização*

Entre 2002 e 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará saltou de R\$ 28 bilhões para R\$ 147 bilhões (IPECE/IBGE), ampliando assim sua participação no PIB

nacional. Em 2002, essa participação era igual a 1,93%, já em 2017, igual a 2,25% (IPECE/IBGE).

Diante desse cenário, a participação do setor de comércio e serviços no valor adicionado total do Estado, em 2016, foi igual a 76,10%. Comparando com o ano de 2013, houve um crescimento de 2% da participação do setor no total do valor adicionado, evidenciando o fortalecimento da importância do segmento no Ceará, como gerador de empregos e renda.

Em 2020, no entanto, a pandemia de Covid-19 trouxe fortes impactos negativos para a economia, provocando um choque na demanda, devido ao isolamento e à diminuição da renda da população, decorrente do aumento do desemprego e da redução salarial, e um choque na oferta, devido à paralisação de funcionamento de muitas indústrias, o que dificulta o fornecimento de suprimentos.

A queda do PIB brasileiro em 2020 foi de 4,1%, a maior desde 1996, segundo dados do IBGE. Além disso, a taxa de desemprego no país chegou a 13,5% em 2020, enquanto a de 2019 foi igual a 11,9%. Dessa forma, todos esses choques irão rebater e impactar os Estados, dependendo do Governo Federal para enfrentar os gargalos mais estruturais.

Nesse sentido, devido à elevada sensibilidade a choques e à significativa representatividade no País e no Estado, o setor de comércio e serviços está sendo bastante atingido, principalmente os segmentos de turismo e a economia criativa, o que demanda bastante atenção do setor público. Apesar disso, dentro do comércio e serviços, algumas esferas se sobressaem positivamente nesse momento: serviços relacionados ao setor de saúde, energias renováveis e tecnologia da informação e comunicação (TIC), além do comércio de bens essenciais (supermercados e farmácias), que se encontram aquecidos devido à maior necessidade da população por esses produtos. O setor de logística apresenta potencial para ser retomado ou aumentar a demanda no pós-crise. Apesar do e-commerce servir como alternativa no momento, o setor aéreo foi bastante atingido, havendo uma queda de 21,2% da movimentação de cargas aéreas no 1º semestre de 2020, comparado ao mesmo semestre de 2019 segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Além disso, também segundo dados da ANAC, houve uma queda de 42,3% da movimentação de passageiros no 1º semestre de 2020 em relação ao mesmo semestre de 2019.

Portanto, além de políticas públicas direcionadas à recuperação dos segmentos prejudicados, que já estão sendo aplicadas, é necessário o Estado, juntamente

ao setor produtivo e à academia, repensar o modelo tradicional econômico, no sentido de incentivar a inserção da inovação nos processos de produção relacionados ao setor, buscando diminuir a dependência de outros países e estados e também incrementar a produtividade, o que traz como impacto o aumento da renda da população no médio prazo e o aumento da relevância do Ceará no cenário nacional.

#### *3.2.3.2. Ações Estratégicas para o Setor de Comércio, Serviços e Inovação no Ceará*

- Participar e interagir com as **câmaras setoriais, captando sugestões e demandas** para fortalecer o setor de comércio, serviços e fomentar parcerias dos setores para preenchimento dos elos faltantes das cadeias produtivas;
- **Coordenar a identificação da demanda de mão de obra qualificada pelas empresas presentes no Ceará e a articulação para melhoria da oferta** dos cursos pelas Instituições de Ensino profissional, técnico e superior, garantindo melhor alinhamento da demanda com o número de vagas ofertadas e o conteúdo abordado nos cursos.
- **Aprimorar os instrumentos e o plano de atração de empresas** âncoras de alta produtividade dos setores prioritários do Ceará na área de Comércio, Serviços e Inovação (Data Centers, Empresas de TIC, E-commerce, Market Place, Centros de Distribuição, Operadores Logísticos, Serviços de Saúde e Energias Renováveis de alto valor agregado, entre outros);
- Propor a **melhoria da competitividade fiscal** para atração dos setores prioritários de Comércio, Serviços e Inovação.
- Articular parcerias **com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)**, com o Banco do Nordeste (BNB) e outras instituições de fomento para projeto piloto no Brasil de desenvolvimento regional, baseado não só em crédito como estruturação, promoção e atração de empresas dos setores priorizados.
- Apoiar a realização de eventos que potencializem negócios tanto entre empresas de um mesmo cluster como entre empresas de diferentes clusters priorizados pelo Estado.

- **Rodadas de Negócios** é um modelo de evento organizado com diferentes parceiros para que empresas de um cluster possa apresentar suas soluções para seus pares e outros setores. No escopo de Comércio, Serviços e Inovação, serão realizados Encontros para o setor de logística, cadeia da saúde, e TIC.
- **Roadshows virtuais** divulgarão o Ceará como estado preparado para futuros empreendimentos e apoiarão na atração de grandes empresas de comércio, serviços e inovação.
- **Webinars e outros eventos** similares serão realizados para fomentar discussões essenciais para os negócios cearenses e a atração de empresas dos setores priorizados da área, especialmente no tocante à inovação, melhorando a comunicação entre governo, academia e setor privado.
- Prover suporte à **elaboração de materiais de promoção e comunicação** para os setores priorizados relacionados a área, melhorando a divulgação dos potenciais econômicos do estado para fortalecer empresas já instaladas na região e atrair novas.
  - Relatórios setoriais para TIC, Logística, Cadeia da Saúde e Energias Renováveis, atualizando semestralmente dados relevantes para os setores no Ceará;
  - Atualização de sites e redes sociais do Governo Estadual para apoiar as equipes de comunicação com dados recentes sobre os setores priorizados da área e sobre os programas e projetos em andamento;

Elaboração de apresentações, convites e outros documentos que facilitem a comunicação das iniciativas da área; Coordenar ações para o desenvolvimento regional por meio da inovação, em especial o Programa Clusters Econômicos de Inovação, que se utiliza da inovação como alavanca para aumento da competitividade das 14 regiões do Ceará e para geração de oportunidades em maior quantidade e maior qualidade.

- Apoiar a coordenação de projetos para combater o apagão de profissionais para o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no curto, médio e longo prazos, em especial o Projeto C-Jovem.



### 3.2.3.3. Ações Setoriais para o Setor de Comércio, Serviços e Inovação no Ceará

#### 3.2.3.3.1. Logística: Infraestrutura aérea, ferroviária e portuária

##### **HubPortuário:**

- Atração de empresas de logística para o CIPP, para oferta de serviços náuticos, de trade, comércio exterior, operador logístico global (tipo DHL), manutenção naval, entroncamento intermodal de cargas, entre outros.
- Atração de grupos internacionais, interessados em se instalarem no CIPP com vistas à exportação de bens de capital e outros bens para o mercado estadunidense, latino-americano, europeu, etc.
- Articulações para o restabelecimento de uma linha direta para a Ásia, via Canal do Panamá. Como já foi mencionado, trata-se de um ganho de 31 dias – dos atuais 60 para 29 – na ligação entre China e Brasil, com implicações em redução de custos e potenciais reflexos para toda a indústria nacional.
- Atração e consolidação da navegação de cabotagem (linha internas – Brasil) e navegação de longo curso (linha internacional – Ásia – via Canal do Panamá);
- Fomento à implantação de tancagem de combustíveis.

##### **HubAéreo:**

- Atração de empresas de alta tecnologia, para atuarem em sinergia com o Porto do Pecém e o Aeroporto de Fortaleza, atendendo ao mercado nacional e internacional.
- Atração de empresas de serviços aeronáuticos e manutenção pesada para instalação de oficina em Fortaleza, visando os mercados brasileiro, americano e europeu.
- Atração e fomento de startups de novas tecnologias aeroespaciais do Brasil e do mundo, com proposta de pacote especial de financiamento, opções de compra de serviços, disponibilidade de laboratórios, etc.
- Articulação junto ao Governo Federal para atração de unidades aéreas de alto valor tecnológico agregado para o Ceará.

### 3.2.3.3.2. Tecnologia da Informação e Telecomunicações (TIC)

- **HUBTecnológico:** Integração de dados e informações do Estado em um sistema de informatização para a população e também para facilitar os processos governamentais, visando alcançar a transparência e a desburocratização.
- Articular a disponibilização dos serviços e sistema da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEUMA) para outros municípios do Estado, visando melhorar e facilitar o ambiente de negócios. O objetivo é desburocratizar o processo de atração de empreendimentos, por meio da informatização para os municípios da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE).
- Atração de *data centers* e empresas de aplicação em nuvem, em consonância com a política do Estado de utilizar serviços em nuvem para suas demandas governamentais para Tecnologia da Informação e Comunicação.

### 3.2.3.3.3. Turismo e Entretenimento

- Atração de grandes players de entretenimento do porte de Beach Park, Beto Carreiro e Grupo Cataratas para comporem o ecossistema de entretenimento e turismo do estado, vinculando suas participações a investimentos em inovação para entretenimento.
- Atração de projetos de resorts temáticos para as sub-regiões do Ceará Serrano e Ceará Sertão, de modo a gerar um espraiamento ou fluxo interno dos turistas internacionais do litoral oeste para outras sub-regiões estaduais.
- Formatação de um pacote financeiro e de marketing para atração de resorts de até 50 leitos para atraí-los definitivamente para os litorais leste e oeste do Ceará.
- Estruturação de parcerias público-privadas em torno dos equipamentos turísticos e de entretenimento do Estado, tendo em

vista a potencialização da atividade turística e a inserção do estado no circuito cultural e de entretenimento internacional.

- Investimento público para saneamento do litoral leste, de modo a viabilizar tanto o turismo quanto eventuais migrações internas e externas para a região.
- Incentivar o turismo de Nômades Digitais, fomentando a característica natural do Ceará para o turismo junto a excelentes infraestruturas públicas e privadas para lazer, hospedagem, acesso à internet de alta qualidade e ambientes adaptados para home office.

#### **3.2.3.3.1 Propostas de Retomada para Turismo**

- Eventos de *road show*: no Brasil e Europa.
- Publicidade via internet.
- Certificação internacional (adoção de protocolos para reconhecimento de destino seguro para viajar).
- Fazer um seminário de caráter mundial demonstrando a adoção dos protocolos e como está o Estado do Ceará para os principais compradores e vendedores do destino nos principais mercados (tanto brasileiros quanto internacionais), com tradução simultânea (inglês e espanhol).
- Implantar serviço de limpeza nas principais praias do Estado.
- Incentivar o turismo de esportes náuticos e ecoturismo.
- Implantar ações para o artesanato e turismo de base comunitária.
- Participar de feiras nacionais e internacionais que forem confirmadas e realizadas.

#### **3.2.3.4.        Ações Estratégicas para a Saúde**

- Desenvolver plano para atração de empresas para os distritos de inovação em saúde: Eusébio, Porangabussu e Quixeramobim;
- Estratégias de Atração e Arcabouço Institucional Estatal e Legal;

- Implementação de Metamodelo de Desenvolvimento de Distritos de Inovação por meio de Consultoria Técnica Internacional (La Salle Technova Barcelona);
- Comunicação e Promoção dos Distritos e do Setor;
- Promoção da Cadeia/Clusters da Saúde.

### **3.3. PRINCIPAIS PROJETOS DO ORÇAMENTO ESTADUAL PARA 2020-2022**

#### **MAPPS PRIORIZADOS**

Esta seção tem como objetivo compor uma carteira de investimentos estaduais, entre aqueles classificados como prioritários (projetos MAPP), para apoiar o processo de recuperação da economia cearense no curto prazo, durante e logo após a pandemia da COVID-19.

- **Composição da carteira de investimentos.** Elencar os projetos de investimento públicos do estado com potencial para suportar a recuperação da economia local no curto prazo.
- **Projetos MAPP.** Seleção de projetos de investimento que já estão inseridos entre os projetos prioritários do estado em 2020. São projetos já planejados pelo governo e que integram o orçamento anual de 2020.
- **Curto prazo.** Seleção de projetos com potencial para estimular a economia no curto prazo, após o período mais agudo da crise sanitária no estado, e cuja execução esteja planejada para os próximos meses, permitindo a implementação em um menor espaço de tempo.

#### **ANTECEDENTES**

##### **PRESSUPOSTOS**

O processo de composição da carteira de investimentos se deu sobre determinados pressupostos que justificam sua elaboração e ampliam as chances de efetividade da proposta construída.

- **Restrição fiscal no curto prazo.** O choque adverso nas receitas e despesas públicas estaduais provocado pela pandemia deve impor ao estado uma forte restrição fiscal, especialmente no curto prazo.
- **Priorização dos gastos.** Em um ambiente de restrição de recursos é imperativo uma reanálise dos investimentos públicos, priorizando a alocação de recursos em oportunidades de maior retorno esperado.
- **Direcionamento prioritário dos recursos e plena execução dos projetos.** Os projetos selecionados e priorizados nesta proposta devem ter preferência na alocação dos recursos destinados aos investimentos. A plena execução de tais projetos deve ser favorecida para potencializar a efetividade desta iniciativa em termos de recuperação da economia no curto prazo.

#### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E OPORTUNIDADE

A opção pela utilização dos gastos em investimento público como indutor da atividade econômica no curto prazo é respaldada pela literatura econômica. As condições fiscais do estado, apesar das restrições atuais, permitem o uso responsável desta estratégia.

- **Sustentação técnica.** A opção pelo investimento público como elemento indutor do crescimento da economia no curto prazo, assim como iniciativa oportuna para suavização dos efeitos negativos de uma contração econômica, é algo amplamente debatido e sedimentado na literatura econômica. As restrições a esta estratégia residem na existência de espaço fiscal para realizá-la e na qualidade das opções de investimentos selecionadas.
- **Oportunidade.** Os critérios e as justificativas indicadas nesta proposta tentam mitigar o risco quanto à escolha de projetos de investimentos cujo retorno de curto e médio prazo não sejam favoráveis. A solidez fiscal do estado na realidade pré-pandemia e a estratégia de priorização dos gastos favorecem a existência do espaço fiscal necessário.

## LIMITAÇÕES E ABORDAGENS

A composição da carteira de investimentos se deu sobre um conjunto de informações limitado, o que obrigou a definição de abordagens alternativas para a realização desta tarefa.

- **Conjunto de informação limitado.** A especificação e o detalhamento dos projetos de investimento contidos na plataforma consultada para seleção, o sistema MAPP, não permite construir um conjunto de informações suficiente para a aplicação de metodologias mais formais aplicadas em casos de seleção de múltiplas alternativas, tais como as análises de multicritério.
- **Definição de critérios e justificativas.** Diante das limitações existentes em termos de informação disponível e de tempo para execução da tarefa, optou-se por uma abordagem alternativa, que consistiu na definição de critérios e justificativas que fossem capazes de sustentar, de modo consensuado, a opção pelos investimentos selecionados.
- **Segunda rodada de priorização.** A análise de seleção e priorização realizada pelo IPECE é, na verdade, uma segunda rodada de priorização que complementa um primeiro tratamento executado pela equipe da SEDET. A segunda rodada se dá, então, sobre um conjunto menor de projetos já previamente selecionado.
- **Análise individual dos investimentos.** Os projetos de investimento previamente selecionados foram avaliados individualmente e aqueles mais bem avaliados em relação aos critérios e justificativas foram priorizados

## CRITÉRIOS E JUSTIFICATIVAS

### CRITÉRIOS E JUSTIFICATIVAS PARA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

- **Projetos em execução.** Seleção de projetos classificados como “Em Execução” na plataforma. Projetos já iniciados ou que já tenha superado as fases iniciais de preparação e licitação. Com esta opção, ganha-se um tempo relevante para apoiar o processo de recuperação da economia no curto prazo, o que não ocorreria se a opção contemplasse projetos em fases anteriores de desenvolvimento.

- **Estímulo à demanda agregada.** Seleção de projetos que contemplem a construção de infraestrutura. Maior estímulo relativo à demanda, em especial por meio da atividade da construção civil. Em particular, a construção civil é reconhecidamente empregadora de mão de obra, geradora de empregos com menor requisito relativo de qualificação formal e com efeitos multiplicadores relevantes na economia, o que potencializa os efeitos de curto prazo.
- **Alteração das condições de oferta.** Seleção de projetos que contemplem a construção de infraestrutura, além de um maior choque potencial de demanda, também pode modificar positivamente as condições de oferta da economia estadual no médio e longo prazo, melhorando as condições de crescimento e competitividade.
- **Alcance social.** Seleção de projetos que tenham também características sociais. Tais iniciativas favorecem a ampliação de oportunidades e de melhoria da qualidade de vida para o conjunto da população. Neste particular, se destacam os projetos em educação infantil e profissional, habitação, saneamento básico, esporte e juventude;
- **Infraestruturas econômicas básicas.** Seleção de projetos que tratem da melhoria ou ampliação da infraestrutura do estado em áreas estratégicas para o crescimento da economia local, a saber: recursos hídricos, energia, logística rodoviária, logística portuária;
- **Interiorização.** Seleção de projetos que tenham maior alcance regional, favorecendo uma maior distribuição espacial do gasto público.
- **Escala.** Seleção de projetos que tenham magnitude e escala (em termos de recursos) suficientes para alterar de modo relevante as condições de demanda agregada.

## RESULTADOS

QUADRO 4 - RESUMO DO QUANTITATIVO DE PROJETOS MAPP POR ESTÁGIO DE EXECUÇÃO APÓS PRIMEIRA RODADA DE SELEÇÃO

Classificação dos Projetos por Estágio de Execução	Valor Programado (R\$)		Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
<b>EM EXECUÇÃO</b>	<b>924.367.401,01</b>	<b>59,0%</b>	<b>187.181.810,06</b>	<b>179.735.786,20</b>
PARALISADO	39.164.692,34	2,5%	270.124,83	270.124,77
CONVENIADO	2.480.328,20	0,2%	-	-
CONTRATADO	9.279.310,52	0,6%	-	-
ATIVIDADES PREPARATÓRIAS	40.469.437,83	2,6%	-	-
EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	2.444.892,53	0,2%	-	-
EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	29.645.321,98	1,9%	1.745.282,49	1.431.635,80
EM LICITAÇÃO	104.169.615,91	6,7%	136.288,53	136.288,53
<b>NÃO INICIADO</b>	<b>412.470.640,27</b>	<b>26,3%</b>	<b>14.426,93</b>	<b>14.426,93</b>
CANCELADO	286.994,76	0,0%	-	-
LICITADO	968.619,39	0,1%	-	-
<b>TOTAL SELEÇÃO</b>	<b>1.565.747.254,74</b>	<b>100,00%</b>	<b>189.347.932,84</b>	<b>181.588.262,23</b>

Fonte dos dados: SEPLAG/SEDET. Elaboração: IPECE.



QUADRO 5 - RESUMO DO QUANTITATIVO DE PROJETOS MAPP POR ÓRGÃO APÓS PRIMEIRA RODADA DE SELEÇÃO

Órgão Estadual	Valor Programado (R\$)		Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)	Quantidade de Projetos
CEGÁS	29.911.718,25	3,2%	8.011.588,07	8.011.588,07	1
DETRAN	11.512.421,04	1,2%	218.053,50	175.499,29	5
SEINFRA	18.343.669,95	2,0%	1.977.627,12	1.977.627,12	8
EMATERCE	1.046.129,15	0,1%	66.315,60	66.315,60	2
SEDUC	320.181.143,79	34,6%	42.362.133,84	40.396.291,90	176
COGERH	8.397.989,00	0,9%	-	-	1
FUNCEME	258.308,22	0,0%	78.793,00	78.793,00	1
SOHIDRA	1.148.230,38	0,1%	350.000,00	350.000,00	1
SRH	338.305,57	0,0%	-	-	2
FUNCAP	47.660.350,20	5,2%	20.265.659,65	20.251.424,90	22
FUNECE	1.327.063,66	0,1%	130.224,37	130.224,37	10
CAGECE	21.614.166,51	2,3%	8.916.667,61	7.871.784,01	11
FESB	7.587.215,54	0,8%	5.500.000,00	5.500.000,00	1
SCIDADES	127.370.393,89	13,8%	10.007.927,63	9.017.285,55	29
SOP	300.009.498,86	32,5%	88.396.161,30	85.009.221,93	41
ADAGRI	1.150.000,00	0,1%	142.711,56	141.783,65	6
ADECE	1.364.610,00	0,1%	-	-	1
CIPP S.A	24.329.775,88	2,6%	-	-	5
CODECE	58.464,31	0,0%	-	-	1
SEDET	757.946,81	0,1%	757.946,81	757.946,81	2
<b>TOTAL SELECIONADO</b>	<b>924.367.401,01</b>	<b>100,0%</b>	<b>187.181.810,06</b>	<b>179.735.786,20</b>	<b>326</b>

Fonte dos dados: SEPLAG/SEDET. Elaboração: IPECE.

QUADRO 6 - RESUMO DO QUANTITATIVO DE PROJETOS MAPP SELECIONADOS POR ÓRGÃO E ÁREAS CONTEMPLADAS

Órgão	Número de projetos	Recursos programados (R\$)	Recursos empenhados (R\$)	% de execução	Áreas contempladas
SOP	13	289.760.407,75	85.966.922,12	29,67	Logística rodoviária, Esporte e juventude
SEDUC	48	115.025.946,08	8.683.444,09	7,55	Educação Infantil; Educação Profissional
SCIDADES	5	102.829.390,82	7.793.936,03	7,58	Habitação, Recursos hídricos e Edificações
CEGÁS	1	29.911.718,25	8.011.588,07	26,78	Energia
CIPP S.A.	5	24.329.775,88	0,00	0,00	Logística portuária
CAGECE	8	21.614.166,51	8.916.667,61	41,25	Saneamento básico
SRH	2	9.546.219,38	350.000,00	3,67	Recursos hídricos
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>	<b>593.017.624,67</b>	<b>119.722.557,92</b>	<b>20,19</b>	<b>-</b>

Fonte dos dados: SEPLAG/SEDET. Elaboração: IPECE.

QUADRO 7 - RESUMO DO QUANTITATIVO DE PROJETOS MAPP SELECIONADOS POR CLUSTER (R\$ MIL)

Setorial	Valor	%
	<b>319.645,40</b>	<b>53,90</b>
Logística (CSI e Indústria)	260.881,76	43,99
Rede de Segurança hídrica (Agro e Indústria)	58.763,65	9,91
<b>Transversal</b>	<b>273.372,22</b>	<b>46,10</b>
Infraestrutura (logística, transportes, obras)	256.397,26	43,24
Trabalho e Empreendedorismo e Informalidade	11.876,96	2,00
Tributação, simplificação e desburocratização	5.098,00	0,86
<b>Total Geral de Mapps Priorizados</b>	<b>593.017,62</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados: SEPLAG/SEDET. Elaboração: IPECE.

QUADRO 8 - RESUMO DO QUANTITATIVO DE PROJETOS MAPP  
SELECIONADOS POR FONTE

<b>FONTE DOS RECURSOS</b>	<b>VALOR PROGRAMADO (R\$)</b>	<b>%</b>
(000)-(001) Tesouro	96.590.812,29	16,29
(002) Tesouro/Projetos Prioritários	103.858.957,57	17,51
<b>Subtotal Tesouro</b>	<b>200.449.769,86</b>	<b>33,80</b>
(011) CIDE	21.542.838,00	3,63
(021) Governo Municipal - Aplicação Direta	7.139.450,76	1,20
(044) Royalties	25.000.000,00	4,22
(045) Crédito Interno - BNDES	19.845.139,15	3,35
(056) Crédito Interno - CEF	2.329.599,49	0,39
(059) Crédito Externo - BID	19.758.449,95	3,33
(070) Recursos Próprios	82.176.786,19	13,86
(071) Crédito Interno - Outras Fontes	48.622,53	0,01
(080) Órgãos Internacionais - Adm. Direta	5.465.243,86	0,92
(082) Governo Federal - Adm. Direta	141.088.901,20	23,79
(083) Governo Federal - Adm. Indireta	64.259.446,83	10,84
(086) Governo Municipal - Adm. Direta	3.824.796,37	0,64
(106) Tesouro - Dividendos/Cagece	88.580,43	0,01
<b>Subtotal não Tesouro</b>	<b>392.567.854,76</b>	<b>66,20</b>
<b>TOTAL</b>	<b>593.017.624,67</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados: SEPLAG/SEDET. Elaboração: IPECE.

## **CAPÍTULO 3. INICIATIVAS INOVADORAS E ESTRUTURANTES PARA ALAVANCAR O DESENVOLVIMENTO**

### **1. ESTRATÉGIAS INOVADORAS E CRIATIVAS PARA ALAVANCAR O DESENVOLVIMENTO**

Atualmente, há dados suficientes para se afirmar que os entes públicos, em todas as suas esferas, são os maiores detentores de riquezas no mundo. Isso significa que a maior parte dos ativos financeiros e não financeiros existentes está em poder de países, estados ou municípios ou de entidades por eles controladas.

Contraditoriamente, grande parte desses ativos não é administrada com foco a contribuir com a geração de riquezas. Muito além do que se consideram bens públicos, ou seja, aqueles que são necessários ao desenvolvimento das atividades consideradas próprias do Estado, existem ativos que não cumprem essa função, como participações em sociedades que exercem atividades econômicas e bens imóveis que, se geridos adequadamente, poderiam ajudar consideravelmente no equilíbrio das contas públicas.

Nota-se que a maioria dos estados se concentra na gestão do seu endividamento separadamente da gestão dos seus ativos. Essa visão parcial do patrimônio acaba por desconsiderar importantes elementos na solução do déficit nas contas públicas, quando apenas se vê possibilidade de atuar nos passivos, sem levar em consideração todos os ativos que poderiam fazer frente a eles.

Numa visão ampliada, considera-se a utilização de imóveis, investimentos, ações, parcerias, força de trabalho nos vários segmentos, ativos, aposentados, pensionistas e beneficiários desses sistemas como forma de monetizar valores muitas vezes não reconhecidos ou percebidos pelos entes públicos. Em resumo, o foco é uma administração ampla desse portfólio, capaz de contribuir com a geração de riquezas para o bem estar da sociedade.

## **O Hubdo Hidrogênio Verde no Estado do Ceará – Uma Estratégia Climática Global**

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC, ou UNFCCC em inglês) na ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil, decorrente da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), foi o primeiro tratado firmado entre países para estabilizar a concentração de gases do efeito estufa (GEE) e assim evitar alterações no sistema climático danosas à vida em nosso planeta. Em 1997, foi assinado o Protocolo de Kyoto, conhecido como Mecanismo do Desenvolvimento Limpo, tratando principalmente da redução do dióxido de carbono na atmosfera.

Países e empresas passaram a discutir como alcançar as metas de descarbonização. O Acordo de Paris, em 2015, avançou na cooperação internacional fixando, dentre muitos objetivos: a criação de planos de longo prazo e o aprofundamento de ações para implementar o desenvolvimento sustentável e manejar melhor os impactos do aquecimento global.

Nesse contexto, o Hidrogênio Verde passa a ter lugar de destaque como principal fonte derivada das Energias Renováveis.

Elemento químico mais abundante no universo, o hidrogênio concentra três vezes mais energia do que a gasolina, com a vantagem de não liberar dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). A separação do hidrogênio por eletrólise utilizando energia de fontes renováveis torna o processo 100% sustentável, sem emissão de qualquer poluente ou resíduo.

A Agência Internacional de Energia (2019) estima que até 2040, haverá aumento da demanda global por energia entre 25% e 30%. CEOs de grandes empresas do setor de energia formaram o Conselho do Hidrogênio e assinaram acordo para promover o hidrogênio verde em todo o sistema mundial de energia. Companhias de petróleo como Repsol, BP e Shell estão entre as que lançaram projetos de hidrogênio verde. O Estados Unidos se comprometeu em garantir que o mercado acesse o hidrogênio verde ao mesmo custo do hidrogênio convencional. A União Europeia firmou compromisso de investir US\$ 430 bilhões em hidrogênio verde até 2030, e alcançar net zero até 2050. O Goldman Sachs (2020) estima que o mercado de hidrogênio verde ultrapassará US\$ 11 trilhões em 2050. A alta e recente demanda resulta de uma convergência inédita de fatores: Agenda 2030, a emergência ambiental, o amadurecimento e avanço tecnológicos, redução de custos, crescimento da demanda energética, disponibilidade de recursos para investimentos.

No Brasil, o Ceará tem se firmado como protagonista diante da busca por grandes corporações internacionais pela produção do Hidrogênio Verde no Estado. Signatário da agenda sustentável, lidera a atração de investimentos para implantação de usinas de produção do Hidrogênio Verde no Porto do Pecém. Estão sendo negociados acordos internacionais com países

aderentes a essa agenda, e protocolos de intenção para instalação de plantas de produção de hidrogênio verde – a demanda atual indica possibilidades para produção de 40 GW nos próximos 15 anos, tornando o Estado do Ceará o principal Hub de Hidrogênio Verde da América Latina.

A disponibilidade local de fontes naturais de energia oriundas do sol e do vento associados ao avanço na tecnologia definem vantagens competitivas globais para o Estado. O avanço da Economia do Mar no Ceará é mais uma vantagem competitiva do Estado. Estão em curso mapeamento e diagnóstico de potencialidades para a economia do mar cearense, incluindo a descarbonização pelo oceano e em áreas de mangue, onde 1 hectare de mangue armazena pelo menos oito vezes mais carbono do que 1 hectare de vegetação da caatinga.

Além de uma localização privilegiada, a Zona de Processamento e Exportação (ZPE) em plena atividade, e a presença do Porto de Rotterdam, principal Porto europeu, sócio da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S/A, ratificam a posição privilegiada do Ceará no protagonismo de uma logística marítima que poderá facilmente atender à demanda mundial por energia verde, viabilizando alternativa à matriz energética global, sobretudo pela entrada na Europa – cujos compromissos a apresentam como um dos futuros maiores consumidores de Hidrogênio Verde.

O Estado está se preparando para posição de destaque na nova matriz energética. A estrutura de incentivos econômicos e de centros de pesquisas específicos para o desenvolvimento do Hidrogênio Verde potencializam o Ceará para a liderança como principal produtor regional. Serão feitas parcerias com universidades locais, nacionais e internacionais para realização de programas de pesquisa para promoção de tecnologias relacionadas ao Hidrogênio Verde e a formação de mão de obra qualificada para atendimento das novas demandas. Está em discussão acordo com a empresa especializada para análise e viabilidade de técnica desse Hubexportador de energia limpa. As Secretarias de Estado, em sua transversalidade com o tema, estão articuladas e integradas no alinhamento para atender às demandas no novo cenário de Hubdo Hidrogênio Verde.

O Governo do Estado segue com tratativas para a instalação da primeira usina piloto do Brasil. Será a primeira do país, e desenvolverá um roadmap com análises de cenário e de escalabilidade. Serão analisados modelos de negócio; parcerias estratégicas com indústrias, empresas de serviços e empresas automotivas; geração e armazenamento do combustível; e adaptações em mobilidade utilizando o gás hidrogênio nos modais rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo.

Os mercados esperam que o Hidrogênio Verde se torne uma commodity energética fundamental. Em princípio, a comercialização deve ser focada no mercado externo, sobretudo à Europa, que já tem leis e protocolos avançados para a descarbonização. Estimativas do Conselho

do Hidrogênio (2020) apontam que o tamanho do mercado de Hidrogênio Verde corresponda a aproximadamente 20% de toda a demanda energética mundial até 2050, algo como US\$ 2,5 trilhões em 2050, que é a metade do tamanho do mercado atual de petróleo. O protagonismo do Ceará para o Hidrogênio Verde brasileiro pode lhe render grandes impactos econômicos refletidos no aumento da participação nacional do PIB, aumento da renda média do Estado e a possibilidade de financiar um programa de renda básica inclusiva, do ponto de vista produtivo e social, alcançando a população cearense mais vulnerável.

A necessidade urgente de uma transformação energética e as metas de carbono zero para 2050 de muitos países desenvolvidos, principalmente na Europa, favorecem o Estado na corrida pela implantação do Hubde Hidrogênio Verde. O Governo, as instituições do setor produtivo e a Academia no Estado do Ceará têm construído uma aliança estratégica de muita cooperação na busca da excelência e eficiência no desenvolvimento da cadeia produtiva do Hidrogênio Verde.

Energias renováveis abundantes, a parceria com o Porto de Rotterdam, o fortalecimento e simplificação do ambiente de negócios em suas diversas dimensões credenciam o Estado do Ceará a construir essa estratégia climática global pelo Hubde Hidrogênio Verde, com diferenciais competitivos sustentáveis em relação a outras unidades subnacionais e países na América Latina.

### **Esforço Coletivo**

Além da instalação das plantas de Hidrogênio Verde, o objetivo do Governo do Ceará é também estimular a implantação de toda uma cadeia produtiva em território cearense. Serão muitas as oportunidades de emprego previstas. Está em discussão a assinatura de Memorandos de Entendimento para a disponibilização de educação básica, capacitação e apoio tecnológico através das Secretarias da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Secretaria da Educação do Estado do Ceará. Os esforços institucionais também se darão por meio de celeridade nos licenciamentos dos projetos, pela Secretaria do Meio Ambiente. A infraestrutura necessária será disponibilizada pela Secretaria da Infraestrutura.

Dentre outras diversas atribuições, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho fará estudos das possibilidades de concessões de incentivos, no Estado do Ceará, compatíveis com a natureza dos empreendimentos, observando a legislação aplicável, com o apoio da Secretaria da Fazenda do Estado.

Os resultados promissores estimados para o Estado tornaram a estratégia do Hubde Hidrogênio Verde prioridade nas pautas para o desenvolvimento econômico cearense. O Governo do Ceará tem recebido o apoio da sociedade e entendimento sobre as transformações econômicas, ambientais e sociais necessárias para o salto e protagonismo do Estado nessa escalada do Hubdo Hidrogênio Verde sob a liderança direta do Governador do Estado.

## Otimização da Riqueza Pública do Estado

O objetivo é otimizar o conjunto de riquezas que o estado possui e monetizá-lo à medida das necessidades. Esse portfólio é composto de um conjunto de empresas, ativos imobiliários e equipamentos que precisam ser mais bem rentabilizados.

O primeiro item que compõe o portfólio estatal é representado por cerca de R\$ 16 bilhões em imóveis, dos quais pelo menos R\$ 4 bilhões se encontram desafetados, isto é, em condições de serem utilizados, seja através de Fundos Imobiliários, garantias para alavancagem de negócios, ou mesmo vendas diretas ou aluguéis.

O segundo conjunto de ativos é representado por participações em empresas, cujos valores registrados, em 2019, somam cerca de R\$ 4,8 bilhões, mas pelas nossas estimativas podem facilmente atingir R\$ 6 ou R\$ 8 bilhões. Essas empresas possuem ativos da ordem de R\$ 8,2 bilhões e faturam cerca de R\$ 2,6 bilhões anuais.

O terceiro segmento é representado por um conjunto de equipamentos, cujos investimentos já foram realizados, que incluem modernos Centros de Eventos em Fortaleza e no interior do estado, um Centro de Formação Olímpica, a Arena Castelão, o Aquário Ceará, Placas Solares, Cinturão Digital do Ceará, Sistema Metroviário, Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Assim, o acordo de cooperação técnica do estado com o BNDES pode resultar num ambicioso programa de desestatização.

O objetivo dessas ações é uma exploração mais eficiente das riquezas do Estado, que permita uma desoneração de suas finanças e, em consequência, possa gerar melhores serviços à população. A seguir, um recorte do Balanço Patrimonial do Governo do Ceará.

Quadro 09 - Balanço Patrimonial do Governo do Ceará – partes selecionadas, 2019

Contas	Exercício Atual (R\$ bi)	% Ativo Total
INVESTIMENTOS	R\$ 4,51	8,7%
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	R\$ 4,51	8,7%
IMOBILIZADO	R\$ 19,76	38,2%
BENS MÓVEIS	R\$ 4,18	8,1%
BENS IMÓVEIS	R\$ 15,65	30,3%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 37,70	72,9%
ATIVO TOTAL	R\$ 51,70	100,0%

Fonte: Balanço Geral SEFAZ, 2019.

O Quadro mostra que o estado dispõe de R\$ 15,65 bilhões em imóveis (30% do total de ativos) que poderiam ser utilizados, em parte, para levantar recursos via



redução de imobilizados. Desse total, R\$ 4 bilhões, 27%, poderiam ser colocados no mercado durante os próximos anos. Há várias estratégias que podem ser utilizadas no processo de desmobilização desses ativos do estado, tais como: FII – Fundos de Investimentos Imobiliários, Vendas Diretas ou Aluguéis.

O Quadro 10 apresenta um exemplo de arrecadação via desmobilização desses ativos.

Quadro 10 – Exemplo (R\$ milhões)

Receita/Ano	Ano 1	Ano 2	Ano 3 em diante
Captação de recursos via desmobilização de imóveis	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 3.000,00

Quanto à participação acionária do estado em empresas estatais, estas podem ser otimizadas com base na reflexão: o estado precisa ser dono de 100% das empresas? Se há uma combinação que permita um melhor arranjo e reduza o ônus para o estado, há de se considerar a construção de um programa que reduza tal participação, mas que mantenha, caso se mostre estratégico, o estado como principal acionista de cada empresa. Como exemplo, pode-se ter a proporção 51% - 49%, com maioria pertencente ao estado, uma vez que basta a maioria simples do poder de voto para que o estado se mantenha no controle.

Conforme observado na Tabela 55, as participações acionárias ou de cotas se distribuem em doze empresas, totalizando R\$ 4,8 bilhões de Patrimônio Líquido. Considerando o cenário traçado na contextualização, bem como a atual crise sanitária que reduziu expressivamente a arrecadação do estado, repensar essas participações representaria aumento da capacidade de execução orçamentária via captação recursos na economia e desoneração das finanças do estado.

Tabela 55 – Participação do Estado em empresas, 2018

EMPRESAS DEPENDENTES	SETOR	NATUREZA JURÍDICA	NATUREZA JURÍDICA	É LISTADA EM BOLSA?	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA EMPRESA (% das ações ou cotas)
					2018
					Total das ações ou cotas
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE	ASSIS, TÉCNICA	EMPRESA PÚBLICA	FECHADO	NÃO	1
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE	INFORMÁTICA	EMPRESA PÚBLICA	FECHADO	NÃO	1
Companhia de Habitação do Ceará - COHAB	HABITAÇÃO	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	FECHADO	NÃO	29.397.742
Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODECE	DESENVOLVIMENTO	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	FECHADO	NÃO	15.143.658
EMPRESAS NÃO DEPENDENTES	SETOR	NATUREZA JURÍDICA	NATUREZA JURÍDICA	É LISTADA EM BOLSA?	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA EMPRESA (% das ações ou cotas)
					2018
					Total das ações ou cotas
Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE	SANEAMENTO	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	FECHADO	NÃO	88,65%
Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS	DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	FECHADO	NÃO	17,00%
Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR	TRANSPORTES	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	FECHADO	NÃO	100,00%
Companhia do Complexo Industrial e Portuária do Pecém - CIPP S/A	OUTRO	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	FECHADO	NÃO	70,01%
Centrais de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA	ABASTECIMENTO	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	FECHADO	NÃO	99,00%
Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH	OUTRO	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	FECHADO	NÃO	99,99%
Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará - ADECE	DESENVOLVIMENTO	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	FECHADO	NÃO	99,99%
Companhia Adm. da Zona de Process. de Exportação do Ceará - ZPE CEARÁ	DESENVOLVIMENTO	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	FECHADO	NÃO	0,00%

Fonte: Cearapar, 2020.

O Quadro 11 apresenta um exemplo de arrecadação via redução de participação acionária nas empresas estatais, sem que o estado perca o controle. Outros arranjos precisariam ser analisados em função da estratégia desenhada para o total de participações e para cada empresa em particular.

Quadro 11 – Exemplo (R\$ milhões)

Captação/Ano	Ano 1	Ano 2	Ano 3 em diante
Captação de recursos via Redução de Participação	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00

Por fim, uma composição que combine uma parcela de receita e outra decorrente de desoneração em função dos custos, relativos a alguns equipamentos mantidos pelo estado, podem dar melhor robustez às finanças do estado. Isso pode ser viabilizado por meio da realização de concessões, vendas, PPP's etc. de equipamentos públicos atrativos ao setor privado. A seguir citamos alguns equipamentos que o estado poderá utilizar para esse fim:

- Arena Castelão
- Centro de Formação Olímpica
- CEASA
- Aquário
- CIPP
- Cinturão Digital
- Sistema Metroviário
- Centro de Eventos
- Energia Fotovoltaica

## **2. ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO**

### **Instrumentos do Mercado Financeiro**

As intervenções pós crise serão em forma de parcerias com instituições nacionais, internacionais, públicas, privadas e multilaterais.

No que respeita aos setores prioritários para a referida parceria, destacaremos os seguintes documentos estratégicos: “Ceará 2050”, Relatório da Consultoria SPI e o Planejamento Estratégico da SEDET, este último elaborado em 2019. Tendo em vista os documentos citados, foram identificados os seguintes setores com maior potencial de emprego, renda e efeitos sistêmicos na economia cearense: Agronegócio, TIC, Saúde, Logística, Recursos Hídricos e Setor de Micro/Pequena Empresa e Informal e Turismo.

Assim, identificados os setores prioritários serão trabalhados programas adaptados às características do mercado cearense e dentro de uma visão de futuro, e instrumentos financeiros nos seus vários aspectos, programas de P&DI (Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação), reconversão de negócios, capacitação e treinamento, pesquisas de mercado para novos negócios e profissões dentro da nova ambiência.

As parcerias, em princípio, não implicarão ônus imediato para o estado, ou seja, não impactariam nos orçamentos de 2020 e 2021, tendo em vista a queda de arrecadação tributária do estado tanto em função da pandemia como de problemas estruturais do sistema tributário nacional.

Entende-se os possíveis instrumentos de parceria não apenas na forma estrita do crédito, mas também outros oriundos de inovações financeiras, como também produtos originários do mercado de capitais.

Em todas as propostas de intervenções via mercado financeiro serão importantíssimos os papéis a serem desempenhados pela ADECE, Holding e JUCEC como viabilizadoras e facilitadoras de negócios, como a seguir detalhados.

## **Fortalecimento do Papel da ADECE, Holding e JUCEC através da Sinergia de suas Ações**

O estado detém instrumentos importantes para alavancar recursos no mercado financeiro: a ADECE, a Holding e a JUCEC.

A ADECE através de parcerias com o sistema de bancos públicos e privados, organismos multilaterais, instituições financeiras internacionais e empresas inovadoras como as fintechs, poderão alavancar os recursos necessários para investimentos em modernização da economia do estado, com geração de emprego e renda.

Para sua atividade plena a ADECE tem potencial de no médio prazo se transformar em uma agência de fomento devidamente aprovada pelo Banco Central. Contudo, deve-se destacar que o Banco Central através da Resolução N° 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, em que altera e consolida as normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes no País, permite que este instrumento tenha uma larga abrangência na utilização de diversos produtos e serviços do mercado financeiro. A exigência para ter acesso pode ser vista nas seguintes transcrições de parte das normas do BACEN da referida resolução:

*“Art. 4º .....*

*Parágrafo único. A política de remuneração de que trata o **caput** deve considerar qualquer forma de remuneração, inclusive adiantamentos por meio de operação de crédito, aquisição de recebíveis ou constituição de garantias, bem como o pagamento de despesas, a distribuição de prêmios, bonificações, promoções ou qualquer outra forma assemelhada.*

*Art. 8º O contrato de correspondente pode ter por objeto as seguintes atividades de atendimento, visando ao fornecimento de produtos e serviços de responsabilidade da instituição contratante a seus clientes e usuários: Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011.*

*I - Recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança mantidas pela instituição contratante;*

*II - Realização de recebimentos, pagamentos e transferências eletrônicas visando à movimentação de contas de depósitos de titularidade de clientes mantidas pela instituição contratante;*

*III - Recebimentos e pagamentos de qualquer natureza, e outras atividades decorrentes da execução de contratos e convênios de prestação de serviços mantidos pela instituição contratante com terceiros;*

*IV - Execução ativa e passiva de ordens de pagamento cursadas por intermédio da instituição contratante por solicitação de clientes e usuários;*

*V - Recepção e encaminhamento de propostas de operações de crédito e de arrendamento mercantil concedidas pela instituição contratante, bem como outros serviços prestados para o acompanhamento da operação; (Redação dada, a partir de 2/1/2015, pela Resolução nº 4.294, de 20/12/2013.)*

*VI - Recebimentos e pagamentos relacionados a letras de câmbio de aceite da instituição contratante;*

*VII - (Revogado pela Resolução nº 3.959, de 31/3/2011.)*

*VIII - recepção e encaminhamento de propostas de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade da instituição contratante; e*

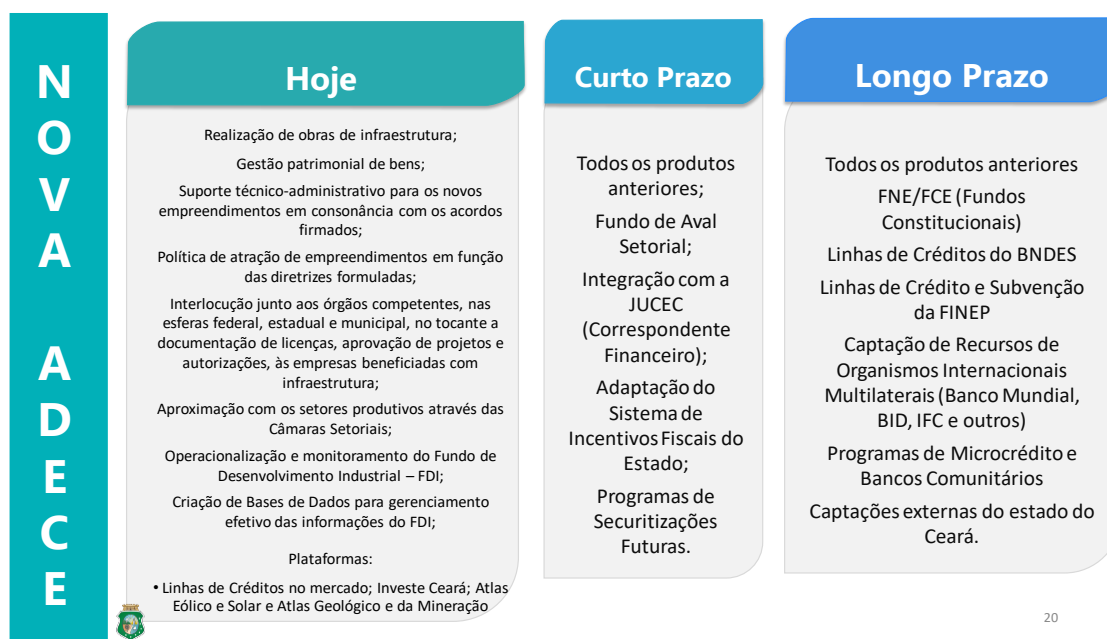
*IX - Realização de operações de câmbio de responsabilidade da instituição contratante, observado o disposto no art. 9º.*

*Parágrafo único. Pode ser incluída no contrato a prestação de serviços complementares de coleta de informações cadastrais e de documentação, bem como controle e processamento de dados.”*

Como se constata das normas do BACEN, a ADECE pode funcionar no curto prazo como uma estruturadora de negócios financeiros, na condição de correspondente bancário e com remuneração a ser negociada entre as partes. A ADECE pode trabalhar ao mesmo tempo com diversas empresas do mercado financeiro, de acordo com o porte e as características do cliente. Pode-se negociar produtos e serviços customizados.

Em médio e longo prazos será possível a consolidação do plano de implementação da Agência de Fomento e, conseqüentemente, a entrega de novos produtos ao setor produtivo, a exemplo de Linhas de Crédito do BNDES; Linhas de Crédito e Subvenção da FINEP, Captação de Recursos de Organismos Multilaterais, Programas de Microcrédito e Bancos Comunitários, como pode-se constatar no quadro 12 a seguir:

## Quadro 12 – Adece - Estruturação no Curto, Médio e Longo Prazo



Fonte: ADECE

A Holding criada pelo Estado em 2018 e dentro da estrutura da SEFAZ é um importante instrumento para atração de recursos seja para esfera privada ou pública. Os ativos do estado destinados a aplicações não essenciais às funções do Estado podem ser prestados para alavancar recursos nos mercados financeiros nacionais e internacionais, em especial no segmento de mercado de capitais. Outra possibilidade capaz de alavancar novos recursos é que estes ativos podem funcionar como garantidores de operações, para carteira própria ou para o estado.

Por sua vez a JUCEC detém importante know-how na área de tratamento de informações com diversos bancos de dados no país, seja Receita Federal, Secretaria da Fazenda Estadual, Juntas Comerciais dos outros estados, Prefeituras, Bancos. Estas informações consolidadas e tratadas de acordo com as demandas do sistema financeiro em relação às informações cadastrais, situação fiscal, patrimonial são insumos fundamentais para efetivação das operações financeiras de bancos e instituições não bancárias. Os sistemas da JUCEC trabalham com tecnologia de “blockchain” de forma criptografada implicando segurança na transferência de dados.

A ADECE, a Holding e a JUCEC são instrumentos fundamentais no processo de organização das demandas dos setores, como também na viabilização na demanda de produtos e serviços financeiros das empresas do estado, de instituições como o BNDES, BNB, FINEP e organismos multilaterais.

As formas operacionais de viabilizar a disponibilidade dos recursos do BNDES, BNB e FINEP ao público alvo deve ir além das formas tradicionais que estas instituições operam. Para isso será necessário a utilização de modernos sistemas digitais com menores custos de transação.

A ADECE se apresenta como um importante elemento de acesso das empresas cearenses ao mercado financeiro. A seguir serão indicados possíveis formas operacionais de possíveis parcerias da ADECE com as instituições financeiras:

- ✓ A ADECE identificaria o público-alvo de empresas em função das prioridades estratégicas do estado;
- ✓ A ADECE poderia fornecer informações de natureza cadastral e/ou negociais das empresas utilizando para isso tecnologia que JUCEC dispõe de envio de informações com base em “blockchain” de forma segura e criptografada de forma automatizada e digital.
- ✓ A ADECE teria remuneração pelos serviços prestados conforme normas do Banco Central.
- ✓ Poderia ser formatado algum tipo de Fundo Garantidor para isso poderia ser utilizada a “Holding”.

Na operação com o BNB, além dos aspectos operacionais acima citados, guarda-se algumas peculiaridades em relação ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O Governo do Estado tem a prerrogativa de intervenção no Conselho Deliberativo da SUDENE para propor programas de crédito do FNE, e melhorias em termos de desburocratização na concessão de crédito, como no caso de garantias e liberação de recursos a serem operacionalizados pelo BNB em diversos segmentos, como: Agronegócio, PRONAF, Micro, Pequenas, Médias e Grandes Empresas e Infraestrutura.

Assim, a legislação do FNE admite uma adaptação dos programas de crédito às peculiaridades do mercado local, como também em termos de prioridades dos setores de acordo com as estratégias dos governos estaduais. Outra característica do FNE é a possibilidade de ter programas de natureza setorial, como de financiamentos transversais, ou de fortalecimento da liquidez das empresas, como os financiamentos de capital de giro e a possibilidade de alternativas no quesito “garantias”, que poderia ser fornecido por empresas “âncoras” ou por utilização de recebíveis.



A outra parceria estratégica em termos financeiros relaciona-se aos Fundos Setoriais em operação ao FNDCT, destinados aos setores de saúde, biotecnologia, agronegócio, petróleo, energia, mineral, aeronáutico, espacial, transporte, mineral, hidro, informática, automotivo e a Amazônia Legal. Tem-se os Fundos de natureza transversal: Fundo Verde-Amarelo, voltado à interação universidade-empresa e Fundo de Infraestrutura, destinado ao apoio e melhoria da infraestrutura.

O Estado pode ter diversos tipos de ação com propostas de reformulação dos programas de Apoio a P&D, adequando as características e o nível de desenvolvimento tecnológico como também a programas de reconversão de negócios. É possível negociar adequações em relação aos programas da FINEP principal operacionalizadora dos Recursos.

Estes recursos podem ter aplicações destinadas a empresas (P&D), como também Universidades e Centros de Pesquisas. Operacionalmente poder-se-ia ter a participação da ADECE, SEDET e SECITECE/FUNCAP. A ADECE se candidata como a entidade operadora para o setor privado, enquanto a SECITECE-FUNCAP nas operações com Universidades e Centros de Pesquisa.

Em relação aos organismos multilaterais, o Ceará foi um dos primeiros estados a formalizar operações financeiras com essas instituições, a partir dos anos 1960, em especial com o Banco Mundial e o BID e a partir dos anos 1980 e 90 com outras instituições como o IFC (subsidiária do Banco Mundial), KFW (Banco Alemão), CAF (Corporação Andina de Fomento) e algumas captações de instituições financeiras no mercado internacional. Ressalte-se que o Governo brasileiro possui cotas da maioria dessas instituições, o que aumenta o poder de influência para adequação aos programas de interesse do Estado do Ceará.

O estado operou de forma direta os organismos multilaterais, tendo como garantia o Governo Federal. Contudo, a ADECE pode se prestar como uma parceira importante para financiamentos a empresas privadas e projetos estruturantes no estado, como exemplo em operações com IFC ou o próprio Banco Mundial. A ADECE pode ser um importante instrumento para captações de recursos não retornáveis destas instituições para projetos ligados ao meio ambiente, educação, difusão de tecnologias sociais e de superação da pobreza e melhoria de vida das populações de baixa renda.

Os principais gargalos em relação a operacionalização destes recursos envolvem o tempo e custo de liberação. O processo burocrático é longo, envolvendo elaboração de projetos, diversas “visitas de missões”, aprovação prévia na instituição financiadora, pelo Ministério da Economia e após isto pelo Senado Federal. Depois desses processos a Diretoria do órgão financiador aprova e faz as liberações de acordo com o cronograma e condições.

Deve-se atentar para algumas particularidades das operações com instituições multilaterais que necessariamente devem ser otimizadas. Em geral as primeiras liberações dos financiamentos ocorrem entre dois a três anos após o início do processo acima descrito, e o tempo de aplicação destes financiamentos situa-se em período superior a cinco anos. Todas estas questões implicam custos não desprezíveis e incertos em especial pelo risco cambial inerente a operações desta natureza.

Portanto, estes financiamentos da forma que está estruturado tem causado prejuízos e atrasos em projetos estratégicos do estado. Assim sugere-se algumas medidas de otimização nas parcerias com estas instituições multilaterais:

- a) Medidas de mitigação de riscos no que toca a variação cambial (diminuição da exposição pela adoção de instrumentos de hedge);
- b) Avaliação em termos de custos e benefícios dos projetos financiados com este tipo de recurso;
- c) Parcerias com estas instituições para viabilizar captações de recursos no mercado financeiro internacional visando a diminuir os custos de transação;
- d) Financiamento por parte dos organismos multilaterais a programas de MPE e setor informal feito o hedge cambial;
- e) Financiamento por parte destas instituições em outras moedas, como o “remimbi” (moeda chinesa);
- f) Financiamento a projetos de P&D e projetos de inserções sociais com recursos não retornáveis. Como o caso de incentivo a Fintechs ligados a bancos comunitários e cooperativas de crédito.

Em todos os segmentos do mercado financeiro o governo do estado tem baixa experiência com captação de recursos de investidores privados, seja em diversos

momentos por inviabilidade do acesso a este mercado por avaliações de risco ou por desconhecimento do funcionamento desse segmento.

Em relação ao mercado financeiro nacional as relações são escassas, atualmente apenas com o BRADESCO por ser o banco que detém “a folha de pagamento dos funcionários” o estado e da operacionalização do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial. Esta relação poderia ser otimizada em possíveis ganhos do estado com serviços que o banco poderia oferecer, como assessoria nas negociações no mercado.

Em relação ao mercado financeiro internacional privado o estado teve pouca experiência de operações. Existem um campo a explorar em relação a fundos de investimentos, fundos soberanos, investidores institucionais que tem abertura em termos de diversificação das suas carteiras de investimento, medidos em termos de trilhões de dólares. Falta um maior conhecimento do mercado em relação aos potenciais econômicos do estado e a falta de um cálculo do “rating” do estado para efeitos de risco.

A seguir serão indicados dentro de cada Arranjo Produtivo, as prioridades negociais e possíveis “produtos financeiros” que poderiam ser utilizados. Ainda, seriam indicadas as possibilidades de parceria, público-alvo e tempo de viabilização dos negócios curto (até o primeiro semestre de 2021), médio (até o final de 2022) e longo prazo (a partir de 2023).

### **Arranjos de Financiamento na Área de Saúde**

*A prioridade do estado relaciona-se a investimentos nos dois polos de Saúde, Eusébio e Porangabussu, especialmente em segmentos de insumos para a área de Saúde, como também na produção de fármacos e medicamentos. Adequação ao mercado do Ceará: as normas têm que se adequarem para empresas em implantação como também em termos de financiamento a P&D.*

#### Programas de Crédito:

- ✓ BNDES Finem - Educação, Saúde e Assistência Social - Financiamento para melhoria e expansão de serviços de educação, saúde e assistência social. Produção de fármacos e medicamentos
- ✓ BNDES Saúde – Investimentos, Gestão;

Proposta de Parceria com BNDES, ADECE, Holding, SEDET e SESA.

Tempo de viabilidade da parceria: Curto e Médio Prazo.

Público-Alvo: Médias e Grandes empresas do Setor de Saúde

Estimativa de Receita da ADECE: 0,5% sobre os valores das operações. Supondo operações de R\$ 300 milhões implicaria receita de R\$ 1,5 milhão.

### **Arranjos de Financiamento na Área de Logística**

*Adequação ao Mercado do Ceará: Nas normas em termos do tamanho das empresas do mercado local. Prioridade para financiamento de empresas para se instalar no CIPP e Mucuripe e do Hubaéreo. Foco em empresas beneficiadas do FDI destinadas a financiamento de fornecedores de empresas estruturantes no Ceará.*

*Programas de Crédito:*

- ✓ BNB-FNE - Programa de apoio a infraestrutura de logística;
- ✓ BNDES Finem - Infraestrutura Logística
- ✓ BNDES Crédito Cadeias Produtivas
- ✓ BNDES Finame Direto

Proposta de Parceria com BNB, BNDES, ADECE, Holding, SEDET, CIPP, Fraport

Tempo de viabilidade da parceria: Médio e Longo Prazo.

Estimativa de Receita da ADECE: 0,5% sobre os valores das operações. Supondo operações de R\$ 200 milhões implicaria receita de R\$ 1,0 milhão.

### **Arranjos de Financiamento na Área de Agronegócio**

*Adequação ao Mercado do Ceará: Mudanças de acordo com o tamanho dos produtores do Agronegócio em especial aos produtores de flores, fruticultura e pecuária de leite que trabalham com empresas integradoras, e recuperação de áreas em processo*

de desertificação no sertão cearense de acordo com o clima e as condições do semiárido. Prioridade para irrigação na fruticultura e floricultura. Parceria com SEDET e ADECE.

*Programas de Crédito:*

- ✓ BNB- FNE Programa de apoio a área de P&D ao setor do Agronegócio;
- ✓ BNB-FNE - Programa de financiamento a irrigação em Polos estratégicos;
- ✓ BNDES Inovagro/Moderagro/Moderinfra - Financiamento para inovações tecnológicas, modernização e produtividade, Agropecuária irrigada. Estruturas de produção em ambiente protegido.
- ✓ BNDES Programa ABC - Financiamento para redução de impactos ambientais.
- ✓ Bancos Privados - Programas de Securitização - antecipação de receitas de safras com recebíveis;
- ✓ Bancos Privados - Programa de securitização de vendas futuras – com vantagens por ter maior potencial de antecipar as receitas futuras.
- ✓ Programas de Securitização - antecipação de receitas com recebíveis no processo de exportação de empresas cearenses. Possível parceria com o IFC. Tempo de viabilidade da parceria: Médio e Longo Prazo
- ✓ Programa de financiamento a recuperação de áreas degradadas no semi- árido. Parcerias com Banco Mundial, IFC, BID, CAF, Fundos de Investimento focados em ações do meio ambiente;
- ✓ Banco Mundial, IFC, BID e CAF - Programa de incentivo a startups e empresas de base tecnológica;
- ✓ Programa de certificações tipo “selo verde” na área de agronegócio

*Proposta de Parceria: BNB, BIRD, IFC, BNDES, ADECE, SEDET (Secretaria Executiva do Agronegócio), ADAGRI, EMBRAPA, Ministério da Agricultura, FAEC*

*Tempo de viabilidade da parceria: Médio e Longo Prazo*

*Estimativa de Receita da ADECE: 0,5% sobre os valores das operações. Supondo operações de R\$ 500 milhões implicaria receita de R\$ 2,5 milhões.*

### **Arranjos de Financiamento na Área de Recursos Hídricos**

Adequação das normas Finanças às características do mercado cearense, em especial para empresas de menor porte e integradas nas cadeias de fornecimento na área de irrigação e recursos hídricos.

#### *Programas de Crédito:*

- ✓ BNB- FNE Programa de apoio a área de P&D em projetos ligados aos setores de Recursos Hídricos;
- ✓ BNDES Fianças/Finance –Emissões de debêntures. Financiamento de projeto tendo como garantias ativos e recebíveis.
- ✓ BNDES Finem - Saneamento ambiental e recursos hídricos. Meio Ambiente

*Proposta de Parceria com BNB, BNDES, ADECE, SEDET (Secretaria Executiva do Agronegócio), SEINFRA, COGERH, Holding*

*Tempo de viabilidade da parceria: Médio e Longo Prazo*

*Estimativa de Receita da ADECE: 0,5% sobre os valores das operações. Supondo operações de R\$ 200 milhões implicaria receita de R\$ 1,0 milhão.*

### **Arranjos de Financiamento na Área de Indústria 4.0**

Adequação ao Mercado do Ceará: Porte de empresas que atuam no mercado cearense. Possibilidades de flexibilização nas normas em termos de importações de máquinas e equipamentos em especial às comprovações de certificações com produto similar nacional.

- ✓ BNDES Finame Máquinas 4.0 - Financiamento de equipamentos com tecnologia 4.0 e de Internet das coisas (IoT);
- ✓ BNB-FNE - Programas de Apoio a Reconversão de Negócios;
- ✓ BNB-FNE – Programa de Financiamento de Capital de Giro;

*Proposta de Parceria com BNDES, ADECE, SEDET (Secretaria Executiva da Indústria), SECITECE, FUNCAP, Universidades, Holding*

*Tempo de viabilidade da parceria: Médio e Longo Prazo*

*Estimativa de Receita da ADECE: 0,5% sobre os valores das operações. Supondo operações de R\$ 300 milhões implicaria receita de R\$ 1,5 milhão.*

### **Arranjos de Financiamento na Área de TIC**

Adequação ao Mercado do Ceará: Porte de empresas que atuam no mercado cearense. Possibilidades de flexibilização nas normas em termos de importações de máquinas e equipamentos em especial às comprovações de certificações com produto similar nacional.

#### *Programas de Crédito:*

- ✓ BNB-FNE - Programa de apoio a infraestrutura de logística de TIC;
- ✓ BNB- FNE Programa de apoio a área de P&D em projetos ligados aos setores de TIC;
- ✓ BNB- FNE - Programa de apoio a fornecedores de empresas estruturantes;
- ✓ BNDES Finem - Tecnologia da Informação
- ✓ BNDES – FUNTEC – Apoio financeiro não reembolsável a projetos de P&D.
- ✓ BNDES - Fundos de Investimento em Participações –Venture Capital. Private Equity. Coinvestimento Anjo para startups inovadoras.
- ✓ FINEP- Programa de financiamento a Incubadoras.
- ✓ Bancos Privados - Securitização - antecipação de receitas com recebíveis;
- ✓ Bancos privados - Programa de securitização de vendas futuras.
- ✓ Programa de incentivo a startups e empresas de base tecnológica.

*Proposta de Parceria com BNDES, ADECE, SEDET (Secretaria Executiva de Comércio e Inovação), SECITECE, FUNCAP, Universidades, Holding, BNB, BNDES, BIRD, IFC, BID, Fundos de Investimento*

*Tempo de viabilidade da parceria: Médio e Longo Prazo*

*Estimativa de Receita da ADECE: 0,5% sobre os valores das operações. Supondo operações de R\$ 300 milhões implicaria receita de R\$ 1,5 milhão.*

### **Arranjos de Financiamento na Área de Micro, Pequena Empresa e Informal**

Adequação ao Mercado do Ceará: Lançamento de Editais destinadas a instituições que atuam no atendimento ao mercado informal, flexibilizando o acesso ao crédito como também processos de melhorias nos processos de concessão do financiamento e instrumentos viabilizadores de garantias

#### Programas de Crédito:

- ✓ BNB- FNE Programa de apoio a área de P&D em projetos ligados às Pequenas/Médias Empresas;
- ✓ BNB-FNE - Programa de financiamento ao setor informal Bancos Comunitários e Fintechs;
- ✓ BNDES Crédito Pequenas Empresas - Financiamentos para projetos de inovação realizados por micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).
- ✓ *Fundos de crédito para MPMEs* - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.
- ✓ BNDES Microcrédito – Empreendedor Informal.
- ✓ BNDES Fundo Social - Apoio não reembolsável a projetos de caráter social para geração de emprego e renda e ao desenvolvimento social.
- ✓ FINEP - Capacitação/treinamento e P&D para MPE;
- ✓ Bancos Privados e/ou BNB-FNE - Securitização - antecipação de receitas com recebíveis;
- ✓ Bancos Privados e/ou BNB-FNE - Programa de securitização de vendas futuras;
- ✓ Bancos Privados e/ou BNB-FNE – Programa de Financiamento a fornecedores de grandes empresas;
- ✓ FINEP - Programa de Difusão de novos instrumentos financeiros no meio informal;



Proposta de Parceria com BNDES, ADECE, SEDET (*Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo*), IDT, SEBRAE, JUCEC, Sistema de Bancos Comunitários, *Cooperativas de Crédito* e Fintechs.

Tempo de viabilidade da parceria: Curto, Médio e Longo Prazo

Estimativa de Receita da ADECE: 0,5% sobre os valores das operações.  
Supondo operações de R\$ 400 milhões implicaria receita de R\$ 2,0milhõesl.

### **Arranjos de Financiamento na Área de Turismo**

Adequação ao Mercado do Ceará: Nas normas em termos do tamanho das empresas do mercado local. Prioridade para financiamento de empresas do Hubaéreo e de toda cadeia produtiva na área de turismo, como o setor hoteleiro, serviços de transportes, restaurantes, treinamento e capacitação e serviços auxiliares.

#### Programas de Crédito:

- ✓ BNB- FNE - Programa de apoio a infraestrutura de logística aos hubs aéreos;
- ✓ BNB- FNE - Programa de apoio a fornecedores de empresas estruturantes;
- ✓ Bancos Privados e BNB-FNE - Programas de Securitização - antecipação de receitas com recebíveis;
- ✓ Bancos Privados e BNB-FNE - Programa de securitização de vendas futuras – antecipação de receitas futuras;
- ✓ Bancos Privados e BNB-FNE – Programa de Financiamento a fornecedores de grandes empresas do segmento de turismo;

Proposta de Parceria com BNDES, ADECE, SEDET (*Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo*), IDT, SEBRAE, JUCEC, Sistema de Bancos Comunitários, *Cooperativas de Crédito* e Fintechs.

Tempo de viabilidade da parceria: Curto, Médio e Longo Prazo

Estimativa de Receita da ADECE: 0,5% sobre os valores das operações.  
Supondo operações de R\$ 300 milhões implicaria receita de R\$ 1,5 milhão

### **3. IMPACTO FINANCEIRO E ECONÔMICO-SOCIAL DAS PRINCIPAIS INICIATIVAS DE INVESTIMENTOS E ADEQUAÇÃO DO PORTFÓLIO DE RIQUEZAS DO ESTADO**

Nesta seção, resumem-se as principais ações de impacto financeiro e econômico-social elencadas ao longo desta proposta.

O Quadro 13 “Iniciativas para otimização e monetização das riquezas do estado” mostra especificamente o impacto econômico e financeiro, em termos de captação de recursos, obtenção de receitas e ganhos com as desonerações correspondentes a cada ação ou projeto, que podem alavancar o crescimento econômico do estado.

Quadro 13. Iniciativas para otimização e Monetização das Riquezas do Estado

AÇÕES / PROJETOS	ENTREGAS	SITUAÇÃO ATUAL	PRÓXIMOS PASSOS	FATORES CRÍTICOS	PRAZO	PARCEIROS	TIPO DE IMPACTO	IMPACTOS ECONÔMICOS
<b>Concessões/PPP/Joint Ventures</b>	Adequar o portfólio de equipamentos do estado	Todos os equipamentos já estão mapeados e em estágios diferenciados de preparação de edital	Lançamento de edital e negociação	Descontinuidade do processo por parte do governo; Falta de mercado	Médio (até dois anos)	Arce, SEPLAG, SEDET, PGE, Gabgov	Desoneração Aumento da arrecadação do estado	R\$ 10 milhões por equipamento/ano R\$ 200 milhões por cada equipamento
<b>Ativos imobiliários</b>	Alienação	Em processo de segmentação e avaliação	Iniciar Negociações (fundo de investimento imobiliário - FII, alienação)	Regularização fundiária	Médio (até dois anos)	SEPLAG, SEDET, PGE, Gabgov	Aumento de arrecadação	R\$ 4 bilhões (em 8 anos)
<b>Participações societárias</b>	Alienação de participação	Em elaboração de estudo	Apresentação de proposta	Fatores políticos e legais	Longo (acima de 2 anos)	SEPLAG, SEDET, PGE, Gabgov, Orgão afetado	Aumento de arrecadação	R\$ 2,4 bilhões (em 5 anos)
<b>Holding Cearapar</b>	Implantação da companhia	Autorizada sua criação pela AL	Nomeação do Conselho de Administração	Demora na implantação	Médio (até dois anos)	SEPLAG, SEDET, PGE, Gabgov, ADECE, SEFAZ, BACEN, Bancos e Fintechs	Captação de recursos para o estado Geração de receitas para previdência	R\$ 2 bilhões (em 5 anos) R\$ 100 milhões (em 5 anos)
<b>Nova Adece (Administração de fundos e serviços financeiros)</b>	Estruturar a ADECE	Projeto de Lei já elaborado	Aprovação do projeto de lei e estruturação	Não conclusão da estruturação	Médio (até dois anos)	SEPLAG, SEDET, PGE, Gabgov, ADECE, AL, Bancos e Fintechs	Aumento da arrecadação Geração de funding	R\$ 25 milhões/ano (receita de serviços)
<b>Nova Adece (Agência de fomento)</b>	Estruturar a agência de fomento	Estudos preliminares	Estruturação e aprovação do projeto de lei	Não conclusão da estruturação Não aprovação pelo BACEN	Longo (acima de 2 anos)	SEPLAG, SEDET, PGE, Gabgov, ADECE, AL, BACEN, Bancos e Fintechs	Aumento da arrecadação Geração de funding	R\$ 20 milhões/ano (margem de lucro) R\$ 2,5 bilhões (em 5 anos)(funding)
<b>Previdência Regime Próprio - RPPS Regime Complementar - RPC</b>	Implantação das duas previdências	Em processo de implantação	Iniciar as adesões	Demora na implantação	Curto (1 ano)	SEDET, PGE, Gabinete do Governador	Desoneração do estado Gerar poupança para projetos	R\$ 400 milhões (em 10 anos) R\$ 4 bilhões (em 10 anos)
<b>Novo marco dos Incentivos econômicos e financeiros do estado - Criação de Fundo Social</b>	Obtenção de funding para pequenos projetos	Em elaboração do marco regulatório	Aprovação do marco regulatório e estruturação do Fundo	Não aprovação do Fundo	Curto (1 ano)	SEFAZ, SEDET, PGE, Gabgov	Geração de funding para pequenos negócios	R\$ 150 milhões (2% do retorno em 5 anos) R\$ 375 milhões (5% do diferido em 5 anos)
<b>Plano de Saúde/ISSEC</b>	Terceirizar a administração	Administração própria	Avaliar interesse do mercado / valuation	Resistência política / corporativa	Longo (acima de 2 anos)	SEPLAG, SEDET, PGE, Gabgov, ADECE, AL, BACEN, Administradoras de Planos de Saúde, Bancos e Fintechs	Aumento da arrecadação Desoneração	R\$ 200 milhões R\$ 500 milhões (em 5 anos)

Elaboração: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SEDET. Fonte :Balanço Geral do Estado do Ceará – 2019.

O quadro 14, a seguir, sumariza as estimativas dos impactos econômicos decorrentes das iniciativas para otimização e monetização das riquezas do estado, no horizonte de um, cinco e dez anos, em termos de geração de funding, receitas e desonerações financeiras do Estado. Como se observa, esse conjunto de ações pode resultar em impacto monetário de R\$ 24 bilhões num período de 10 anos, distribuídos entre Receita R\$ 9 bilhões, R\$ 1 bilhão relativo a desonerações e R\$ 14 bilhões relativos a captações de recursos para novos investimentos.

Foram considerados nas estimativas, dentre outros parâmetros, os estoques de imóveis desafetados, isto é, passíveis de alienação; os equipamentos já construídos pelo estado, limitados a cinco; além das participações societárias superiores ao mínimo necessário para continuar mantendo o controle acionário em poder do estado.

Quadro 14. Resumo das iniciativas para otimização e Monetização das Riquezas do Estado (R\$ milhões)

Descrição	Ações	Em 1 ano	Em 5 ano	Em 10 anos
Receitas	Concessões/PPP/Joint Ventures	R\$200	R\$1.000	R\$1.000
	Ativos imobiliários	R\$500	R\$2.500	R\$4.000
	Participações societárias	R\$400	R\$2.400	R\$2.400
	Holding Cearapar	R\$20	R\$100	R\$200
	Nova Adece (Administração de fundos e serviços financeiros)	R\$25	R\$125	R\$250
	Nova Adece (Agência de fomento)	R\$20	R\$100	R\$200
	Previdência	R\$40	R\$200	R\$400
	Plano de Saúde/ISSEC	R\$200	R\$200	R\$400
Desonerações	Concessões/PPP/Joint Ventures	R\$10	R\$150	R\$150
	Plano de Saúde/ISSEC	R\$100	R\$500	R\$1.000
Captações	Holding Cearapar	R\$400	R\$2.000	R\$4.000
	Nova Adece (Agência de fomento)	R\$500	R\$2.500	R\$5.000
	Previdência	R\$400	R\$2.000	R\$4.000
	Novo marco dos Incentivos econômicos e financeiros do estado - Criação de Fundo Social	R\$105	R\$525	R\$1.050
<b>TOTAL</b>		<b>R\$2.920</b>	<b>R\$14.300</b>	<b>R\$24.050</b>

Elaboração: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SEDET

Fonte :Balanço Geral do Estado do Ceará – 2019.

O quadro 15, “Impactos socioeconômicos decorrentes de investimentos em setores estratégicos” por sua vez, sumariza os impactos econômicos e sociais em termos de geração de renda, aumento da massa salarial, geração de empregos e aumento no Produto Interno Bruto do Estado, utilizando a matriz insumo-produto, com reflexos significativos na melhoria da qualidade de vida da população cearense.

Essas ações mostram que investimentos qualificados poderão gerar efeito multiplicador para acréscimo do PIB em cerca de 2,917 vezes os valores investidos. Daí a importância de uma boa governança das escolhas. Além disso, possuem reflexos positivos na geração de impostos, incremento na massa salarial, e em benefícios sociais como geração de emprego e redução das desigualdades sociais.

Quadro 15. IMPACTOS SOCIO-ECONÔMICOS DECORRENTES DE INVESTIMENTO EM SETORES ESTRATÉGICOS - 2020-2025

AÇÕES / PROJETOS	ENTREGAS	INVESTIMENTO (R\$ MILHÕES)	MULTIPLICADOR DO PIB	AUMENTO SOBRE PIB (R\$ MILHÕES)	ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS (R\$ MILHÕES)	INCREMENTO DA MASSA SALARIAL (R\$ MILHÕES)	EMPREGOS	IMPACTOS ECONÔMICOS
Programa de Atração de Empresas "Âncoras" nas áreas de Comércio, Serviços e Inovação	Atrair empresas competitivas e integradas nas cadeias globais de valor. (Data Centers, E-commerce, Market Place, Centros de Distribuição, Operadores Logísticos)	1.000	2,917	2.917	237	316	7.397	Geração de emprego e renda
Fortalecimento de Hub marítimo	Atração de empresas fornecedoras de insumos, equipamentos, reparações de embarcações, máquinas pesadas e montadoras para o CIPP.	2.000	2,070	4.140	478	635	14.794	Geração de emprego e renda; cadeia de fornecedores locais; Competitividade do Estado e integração às cadeias globais de valor
Estruturação de uma Plataforma de Exportação	Parceria com uma "Trading" para alavancar as exportações do Ceará	100	2,070	207	24	32	740	
Fortalecimento de Hub aéreo	Atração de montadoras de produtos de alta tecnologia, de manutenção de aeronaves, fabricantes de peças.	800	2,070	1.656	191	254	5.779	Geração de emprego e renda; cadeia de fornecedores locais; Competitividade do Estado e integração às cadeias globais de valor

AÇÕES / PROJETOS	ENTREGAS	INVESTIMENTO (R\$ MILHÕES)	MULTIPLICADOR DO PIB	AUMENTO SOBRE PIB (R\$ MILHÕES)	ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS (R\$ MILHÕES)	INCREMENTO DA MASSA SALARIAL (R\$ MILHÕES)	EMPREGOS	IMPACTOS ECONÔMICOS
Fortalecimento de Hub Tecnológico	Atração de data centers e empresas de aplicação em nuvem. Integração dos Sistemas do Estado	1.500	2,070	3.105	358	476	11.095	Geração de emprego e renda; cadeia de fornecedores locais; Competitividade do Estado e integração às cadeias globais de valor
Fomentar a introdução de novas tecnologias e culturas no segmento de fruticultura e floricultura	Transformar a fruticultura irrigada e floricultura em agricultura de alto desempenho e valor agregado através da eficiência do uso da água, alta produtividade e tecnologia.	800	2,711	2.169	82	110	2.542	Geração de emprego e renda; cadeia de fornecedores locais; Competitividade do Estado e integração às cadeias globais de valor
Programa de Atração de Investimentos do Agronegócio Cearense:	Realizar encontro de negócios com investidores nacionais e internacionais para fomentar investimentos no agronegócio cearense.	1.000	2,711	2.711	103	138	3.236	Geração de emprego e renda; cadeia de fornecedores locais; Competitividade do Estado e integração às cadeias globais de valor
Inserir unidade demonstrativa para o cultivo de atum – PDA	Viabilizar uma importante atividade de aquicultura com um produto de alto valor agregado	500	2,711	1.356	52	69	1.618	Geração de emprego e renda; cadeia de fornecedores locais; Competitividade do Estado e integração às cadeias globais de valor

AÇÕES / PROJETOS	ENTREGAS	INVESTIMENTO (R\$ MILHÕES)	MULTIPLICADOR DO PIB	AUMENTO SOBRE PIB (R\$ MILHÕES)	ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS (R\$ MILHÕES)	INCREMENTO DA MASSA SALARIAL (R\$ MILHÕES)	EMPREGOS	IMPACTOS ECONÔMICOS
Programa de Atração de Empresas Estruturantes para o CIPP e ZPE	Fortalecimento e consolidação do CIPP - e da ZPE-CE , com atração de uma refinaria, e de uma cadeia de óleo e gás.	3.000	2,268	6.804	723	947	21.960	Geração de emprego e renda; cadeia de fornecedores locais; Competitividade do Estado e integração às cadeias globais de valor
Implantação do Cluster de Saúde	Consolidação dos Distritos Industriais de Inovação da Saúde nos municípios de Fortaleza, Eusébio e Quixeramobim.	1.000	2,268	2.268	241	316	7.397	Geração de emprego e renda; cadeia de fornecedores locais; Competitividade do Estado e integração às cadeias globais de valor
Programa de Consolidação do complexo de Energias Renováveis	Fechamento da cadeia produtiva do segmento de energia renováveis com empresas fornecedoras de insumos, montadoras e exportadoras	3.000	2,268	6.804	723	947	21.960	Geração de emprego e renda; cadeia de fornecedores locais; Competitividade do Estado e integração às cadeias globais de valor
Implantação de Complexo de Produção de Equipamentos para o setor de Recursos Hídricos	Programa objetivando a implantação de um cluster na produção de equipamentos de grande valor agregado na área de Recursos Hídricos	1.000	2,268	2.268	241	316	7.397	Geração de emprego e renda; cadeia de fornecedores locais; Competitividade do Estado e integração às cadeias globais de valor



AÇÕES / PROJETOS	ENTREGAS	INVESTIMENTO (R\$ MILHÕES)	MULTIPLICADOR DO PIB	AUMENTO SOBRE PIB (R\$ MILHÕES)	ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS (R\$ MILHÕES)	INCREMENTO DA MASSA SALARIAL (R\$ MILHÕES)	EMPREGOS	IMPACTOS ECONÔMICOS
Programa de Atração de Investimentos na Área do Turismo	Atração de projetos de resorts temáticos para as sub-regiões do Ceará Serrano e Ceará Sertão; Grandes players de entretenimento	2.000	2,917	5.834	474	631	14.794	Geração de emprego e renda; cadeia de fornecedores locais; Competitividade do Estado e integração às cadeias globais de valor
Programa Ações de Empreendedorismo e Arranjos Produtivos Locais	Priorizar apoio ao empreendedorismo, com ênfase em P&D e inovação. Estimular a formalização. Incentivar e fortalecer o desenvolvimento, com base nos Arranjos Produtivos Locais (APL);	500	2,917	1.459	119	158	3.698	Geração de emprego e renda; cadeia de fornecedores locais; Competitividade do Estado e integração às cadeias globais de valor
Programa de apoio ao empreendedorismo, com ênfase na tecnologia e na inovação	Apoio a adoção de modernas tecnologias e abordagens de mercado por parte de Micro, Pequenas Empresas, MEI's e setor informal	500	2,917	1.459	119	158	3.698	Geração de emprego e renda; cadeia de fornecedores locais; Competitividade do Estado e integração às cadeias globais de valor
Planta de Processamento de Hidrogênio	Viabilização de fonte de energia com grande potencial competitivo e de exportação	1.000	2,268	2.268	241	310	7.320	Geração de emprego e renda; Cadeia de fornecedores locais; Competitividade do Estado e integração às cadeias globais de valor
<b>TOTAL</b>		<b>19.700</b>		<b>47.425</b>	<b>4.406</b>	<b>5.813</b>	<b>135.425</b>	-

Elaboração: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SEDET

Resultados obtidos a partir da Matriz Insumo Produto BNB -ETENE para o Nordeste e IPECE para o Ceará.

## **Aspectos Metodológicos**

Para melhor compreensão dos resultados, destacam-se, a seguir, os aspectos metodológicos das estimativas de impacto de Investimentos em setores estratégicos para o desenvolvimento do Estado do Ceará, no período 2020-2025, em variáveis como no Produto Interno Bruto – PIB, arrecadação de tributos, incremento da massa salarial e número de empregos.

Foram utilizados nas estimativas os valores de multiplicadores produzidos a partir dos dados da Matriz de Insumo Produto do Nordeste, elaborada pelo Banco do Nordeste/ETENE, e da Matriz de Insumo Produto do Estado do Ceará, elaborada pelo IPECE.

A seguir serão indicadas as formas de como foram estimados os valores e as premissas utilizadas.

### **a) Valores dos Investimentos**

Os valores totais dos investimentos foram calculados a partir de estimativas para um período de cinco anos, conforme decisões de investimentos e prospecções de negócios indicadas em informações de mercado, seja de órgãos do estado, mercado financeiro e informações de estudos estratégicos de longo prazo, como exemplo o “Ceará 2050”, o estudo de consultoria da SPI-Quanta.

Assim, temos as estimativas para atração de empresas de Data Centers, E-commerce, Market Place, Centros de Distribuição, Operadores Logísticos, em um valor estimado de R\$ 200 milhões/ano (R\$ 1 bilhão em 5 anos), factível pelo potencial do Estado para este tipo de negócio em decorrência do estado sediar a maior conexão de cabos submarinos de transmissão de dados do país.

Em relação aos investimentos nas áreas dos Hubs aéreos, marítimos e tecnológicos, em um valor conjunto de R\$ 860 milhões/ano (R\$ 4,3 bilhões em 5 anos) justifica-se pela infraestrutura instalada em referidos complexos logísticos, como o CIPP, o Aeroporto privatizado de Fortaleza, e complexo de cabos submarinos e redes de fibras óticas implantados no estado.

No segmento de agronegócio, a segurança hídrica propiciada pela política de recursos hídricos do estado, combinada com a conclusão das obras de transposição do São Francisco e as políticas de modernização e diversificação de culturas viabilizariam a

atração de investimentos de R\$ 460 milhões/ano (R\$ 2,3 bilhões em 5 anos) nos segmentos de pecuária de leite, fruticultura e floricultura e processamento de pesca e aquicultura (atum e camarão).

Para a consolidação dos Distritos Industriais de Inovação da Saúde nos municípios de Fortaleza, Eusébio, Quixeramobim, Sobral e Região Cariri, estão previstos investimentos de R\$ 200 milhões/ano (R\$ 1 bilhão em 5 anos), valores estes compatíveis pela demanda crescente de insumos da área de saúde nos próximos anos.

Em relação ao CIPP, tanto em decorrência das obras de expansão do porto, como também da única ZPE do país, estão previstos investimentos de R\$ 600 milhões/ano (R\$ 3 bilhões em 5 anos), plenamente atingíveis em decorrência da atração de empresas para a área de retroporto, fornecedora de insumos da siderúrgica e empresas do ramo de metal mecânica.

A instalação de novas plantas de geração de energia eólica “offshore” e o fechamento da cadeia produtiva do segmento de energia renováveis com empresas fornecedoras de insumos, montadoras e exportadoras com estimativas de investimentos de 600 milhões/ano (R\$ 3,0 bilhões em 5 anos), indicam que esta estimativa é plenamente atingível em decorrência da consolidação do setor em termos de sustentabilidade financeira e garantia de demanda da energia produzida.

A maturidade dos investimentos em infraestrutura turística e a consolidação do estado como um dos principais destinos de turísticos, como também o fechamento de projetos de grandes equipamentos hoteleiros indicam que a viabilidade de investimentos de 400 milhões/ano (R\$ 2,0 bilhões em 5 anos).

Na área de fornecimento de equipamentos destinados ao segmento de Recursos Hídricos estimou-se investimentos de 200 milhões/ano (R\$ 1,0 bilhão em 5 anos), em especial objetivando a implantação de um cluster na produção de equipamentos de grande valor agregado decorrente da perspectiva de duplicar a área irrigada do estado nos próximos anos.

**b) Multiplicadores de investimento e impacto no PIB, arrecadação de tributos, incremento da massa salarial e geração de emprego.**

Foram estimados multiplicadores de investimento com base em informações da Matriz de Insumo Produto do Nordeste, elaborada pelo Banco do Nordeste, e da Matriz

de Insumo Produto do Estado do Ceará, elaborada pelo IPECE. Estes instrumentos utilizam relações de produção que implicaram na construção de coeficientes técnicos relacionados ao impacto do PIB, grau de tributação e geração de massa salarial por setor econômico.

Os valores dos multiplicadores de investimento em relação ao PIB utilizados foram os seguintes:

- ✓ Setor de Infraestrutura - 2,07 (Para cada R\$1,00 milhão investido tem um impacto de R\$ 2,07 milhões no PIB);
- ✓ Agropecuária - 2,711 (Para cada R\$1,00 milhão investido tem um impacto de R\$ 2,711 milhões no PIB);
- ✓ Indústria - 2,268 (Para cada R\$1,0 milhão investido tem um impacto de R\$ 2,268 milhões no PIB);
- ✓ Serviços – 2,917 (Para cada R\$1,00 milhão investido tem um impacto de R\$ 2,917 milhões no PIB);

Os valores dos multiplicadores de impacto em relação a geração de tributos utilizados foram os seguintes:

- ✓ Setor de Infraestrutura - 0,2388 (Para cada R\$1,00 milhão investido tem um impacto de R\$ 238,8 mil de tributos);
- ✓ Agropecuária –0,103 (Para cada R\$1,00 milhão investido tem um impacto de R\$ 103 mil de tributos);
- ✓ Indústria –0,241 (Para cada R\$1,0 milhão investido tem um impacto de R\$ 241 mil de tributos);
- ✓ Serviços – 0,237 (Para cada R\$1,00 milhão investido tem um impacto de R\$ 237 mil de tributos);

Os valores dos multiplicadores de investimento em relação a “massa salarial” utilizados foram os seguintes:

- ✓ Setor de Infraestrutura - 0,3176 (Para cada R\$1,00 milhão investido tem um impacto de R\$ 317,6 mil na massa salarial);

- ✓ Agropecuária –0,1375 (Para cada R\$1,00 milhão investido tem um impacto de R\$ 137,5 mil na massa salarial);
- ✓ Indústria –0,3156 (Para cada R\$1,0 milhão investido tem um impacto de R\$ 315,6 mil na massa salarial);
- ✓ Serviços – 0,3156 (Para cada R\$1,00 milhão investido tem um impacto de R\$ R\$ 315,6 mil na massa salarial);

**c) Estimativa do número médio de empregos gerados**

Considerou-se que a média geral dos salários do Estado do Ceará em 2019 de R\$ 2.403,00 (correspondendo a 2,3 salários mínimos) e que em relação aos salários do projeto no final da implantação seja de 50% superior, teria um valor estimado para a média salarial do estado de R\$ 3.605,00 que corresponderia um pouco acima da média brasileira.

Ao dividir-se a massa salarial pelo rendimento anual por trabalhador de R\$ 43.260,00 (12 x R\$ 3.605), tem-se a estimativa do número de empregados. Como exemplo tem-se a previsão de R\$ 3,0 bilhões para investimentos para Programa de Atração de Empresas Estruturantes para o CIPP e ZPE, que teria um impacto de R\$ 950 milhões na massa salarial, implicando um potencial na criação de 21.960 empregos (R\$ 950 milhões/R\$ 43.260,00 = 21.960).

## CONCLUSÃO

A crise sanitária do novo coronavírus atingiu o mundo indistintamente. Os seus efeitos ainda estão sendo sentidos, direta ou indiretamente, pela quase totalidade da população mundial, com impactos econômicos em todos os continentes e setores econômicos, independentemente do nível de desenvolvimento e competitividade.

Além do ineditismo sanitário do cenário atual, dado que ainda não se tem uma solução definitiva para a Covid-19, enfrentam-se desafios como desemprego, queda na arrecadação dos governos, queda na produção e demanda, dada a perda de renda das classes médias e baixa.

Com a crise, percebeu-se com mais clareza as iniquidades geradas por um modelo concentrador de riqueza, criador de pobreza e desigualdade. Em desalinho com o meio ambiente, sem sustentabilidade econômica e social e com baixíssimo grau de resiliência. A pandemia escancara realidades, ao mesmo tempo em que se torna uma possibilidade de tirar o mundo da rota suicida do sistema econômico tradicional, nas palavras do Nobel da Paz Muhammad Yunus.

No Ceará, a realidade não é muito diferente. O mesmo estado que ocupa a quarta posição nacional em número de pessoas vivendo em extrema pobreza é também o terceiro do país com maior concentração de bilionários.

Em resposta a essa crise, o Governo atuou no curto prazo com medidas de apoio para as empresas, via postergação de impostos, e alento para aos mais vulneráveis, via programas sociais emergenciais. Assim, foram lançadas 23 medidas para amenizar o impacto da crise nas empresas e na simplificação da vida dos cidadãos, com atenção especial às camadas mais vulneráveis da população.

Com a superação dessa travessia, a bússola, antes apontada primordialmente na direção de soluções para as condições sanitárias vigentes, terá que ser redirecionada para o lado da economia. Essa travessia tem que ser a mais curta possível e o caminho menos turbulento. Para tanto, a trajetória do Ceará de priorização sanitária com posterior foco econômico tem alcançado céleres resultados em comparação com outros entes da federação.

O Plano de Retomada Responsável das Atividades Econômicas e Comportamentais do Estado de Ceará, em sua essência, não aponta soluções para os

desafios do setor privado. A partir de uma análise criteriosa de riscos e impactos sanitários e econômicos, aos poucos o Ceará tem obtido êxito na retomada das atividades econômicas, em especial na capital Fortaleza, foco inicial da pandemia. O momento atual é então de estímulo a recuperação econômica no mais curto espaço de tempo, evitando efeitos ainda maiores.

Como visto no decorrer deste documento, o Estado conta com uma agenda elaborada a partir de planejamentos estratégicos de longo prazo, como o Ceará 2050, e que tem demonstrado sua qualidade ao não perder sentido em meio a tamanha crise. Os eixos trabalhados nos documentos, assim como os setores priorizados, demonstram ainda coerência com os efeitos causados pela crise. Diante disso, a solução proposta nesse documento passa necessariamente pelo aproveitamento dos caminhos construídos até então.

O Ceará conta uma história de planejamento. Uma trilha de continuidade administrativa com responsabilidade fiscal que permite ao Ceará se destacar em resultados alcançados através de políticas públicas de longo prazo, como as políticas educacionais, além de ter a liderança nacional no nível de investimentos públicos realizados, em percentual da Receita Corrente Líquida. Em função do novo contexto, é certo que são necessários eixos mais consistentes, que incluam pilares e conexões mais estruturantes e alavancadoras da economia cearense.

Por essa razão, as propostas desse documento contaram com o foco na geração de um excelente ambiente de negócios, através do estabelecimento de marcos regulatórios competitivos, transparentes, equitativos e éticos e da desburocratização de processos lentos que dificultam a atração de negócios competitivos por desestimular investimentos privados. Ainda para potencializar os pequenos, médios e grandes negócios, a simplificação do sistema tributário também é um dos pontos centrais das propostas.

Além disso, as ações setoriais e transversais visam a redução do fosso das desigualdades sociais do estado, especialmente através do fomento a geração de empregos de maior qualidade e com ênfase na formalização de empreendedores, além de um desenvolvimento regionalizado e melhor distribuído entre as regiões do estado.

O setor privado é o protagonista desse novo processo, cabendo ao Estado o papel de indutor e catalisador das ações. Nações competitivas possuem histórico de

engajamento do setor privado como parte essencial e responsável pelos lucros e dividendos que possui, assim como também tem responsabilidade social no tocante a qualidade de vida de seus colaboradores e do ambiente que atua e afeta.

Esta proposta econômica visa apoiar o setor privado a se recuperar da crise, mas também consolidar no Estado uma economia mais estável e resiliente, apoiada em investimentos no capital humano, inovação e tecnologia, fortalecimento da atração de negócios de alto impacto dos setores prioritários e promoção da economia cearense na cena nacional e internacional.

Este plano busca um salto qualitativo em direção da exploração das oportunidades decorrentes das novas tendências de mercado, tecnológicas e de gestão. É um plano que propõe conexões estratégicas para alavancar o desenvolvimento socioeconômico, mas traz também um olhar diferenciado para as camadas mais carentes.

Dessa forma, visa-se o aproveitamento das riquezas de maneira ampla, ética e eficiente. Ativos econômicos, patrimoniais, financeiros precisam ser potencializados e capitalizados em valor para o Ceará. A Cearapar, holding de ativos do Governo Estadual, foi aprovada no final de 2018 no intuito de gerir a riqueza pública do Estado. Aqui, defende-se que sua implantação é necessária para a utilização de ativos que podem ser monetizados ou servir de contrapartida na busca de recursos para o Ceará.

As ações deste documento se utilizam de parcerias fortes. Destacam-se aqui as propostas de alinhamento do BNDES com a Adece, para viabilizar, no médio a longo prazo, o acesso de recursos e operações de crédito a um maior número de empresas. A essa proposta, alinha-se uma transformação da atual forma de incentivo financeiro do Estado. Parte comporia um fundo de investimento que poderia ser utilizado para o Funding Social da futura agência de fomento do Estado, possibilitando a transferência da riqueza de incentivos feitos a grandes e médias empresas para potencializar micro e pequenas empresas. Dessa forma, o incentivo econômico aumenta sua abrangência e se torna de fato em política pública de Desenvolvimento mais abrangente.

A Adece do futuro será agente promotor dos investimentos, públicos e privados, capaz de transformar de fato a realidade do empreendedor cearense. A implementação eficaz da Cearapar e a criação do Funding Social da Adece colocam o Ceará em interface com as inovações do mercado financeiro global, além de garantir recursos e liquidez para novos investimentos e geração de empregos de maior qualidade.



Para reduzir o custeio do Estado, é necessária uma nova previdência, capitalizada como geradora de funding para operações especiais do Estado e de uma poupança do Ceará, que podem apoiar oportunidades de investimentos e concessões. Com essa adequação, somada ao foco na produtividade dos colaboradores, já previsto como fundamental, o Ceará conseguirá maior estabilidade no médio e longo prazo.

Além disso, propõem-se gestões no sentido de se obter uma maior sintonia dos programas de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento (FNE) às peculiaridades do mercado local, em termos de prioridades dos setores de acordo com as estratégias dos governos estaduais.

Para além de propostas financeiras, propõem-se ações específicas para a atração de elos importantes das cadeias produtivas priorizadas, assim como a promoção eficaz dos setores e infraestruturas já consolidados no estado, de modo a destacar os diferenciais competitivos do ente. O foco na qualidade do capital humano cearense implica o desenvolvimento de inovações e no incentivo ao investimento, público e privado, em Pesquisa e Desenvolvimento.

A localização estratégica e demais fatores competitivos do estado, agregando a valorização do ser humano, dará ao Ceará um selo de qualidade que diferencia o Ceará e o coloca na dianteira nacional da recuperação da crise.

Desse modo, este documento traz uma visão progressista e que implica mudança de rotina de algumas atividades tradicionais do setor público e que são essenciais aos cidadãos. Implica comportamento e mentalidade eficientes para afetar a capacidade de execução. Necessita, para sua implementação, de uma mobilização conjunta de Governos de todas as esferas, federal, estadual e municipais, paralelo à Academia e ao Setor Produtivo, de forma a nortear a execução deste plano. Esses são itens chave para o Ceará crescer de forma sustentável economicamente, mas também em termos social e ambiental.

Na verdade, o certo é que seguir o mesmo caminho que trouxe o Ceará até aqui não é uma opção. O crescimento futuro implica no rompimento com a realidade atual e demanda uma nova visão da sociedade quanto ao papel de cada ente, público ou privado, e de cada cidadão. A produtividade com responsabilidade é a solução e o caminho da prosperidade.

Com um foco econômico, não adentrando de modo mais específico em outras áreas, a exemplo da reforma administrativa, essa proposta sinaliza captações de recursos para as empresas do estado, da ordem de R\$ 14 bilhões num período de 10 anos, com reflexos no incremento de receitas de R\$ 9 bilhões, além de desonerações de despesas do estado em torno de R\$ 1,2 bilhão nesse período, que reforçaria a atuação do estado em suas funções essenciais para melhoria da qualidade de vida da população.

Por outro lado, as ações priorizadas de investimentos qualificados em setores estratégicos serão capazes de influenciar e promover um novo padrão econômico para o estado. Esses investimentos, preponderantemente oriundos do mercado privado, no período 2020-2025, podem chegar a R\$ 18,6 bilhões e impactar o Produto Interno Bruto cearense, dependendo do setor investido, em até 2,9 vezes, (R\$ 44,95 bilhões) além da geração de impostos e geração de empregos e incrementos na massa salarial, que são capitais para a redução das desigualdades econômicas e sociais e melhoria de vida da nossa população.

## ANEXOS

### 1. AÇÕES TRANSVERSAIS

#### 1.1 Infraestrutura

Descrição MAPP	Valor (R\$)
1 - PAC MC MARANGUAPINHO - Elaboração de Projeto e Construção de 9214 habitações em Fortaleza, 100 em Maranguape e 108 em Maracanaú	31.902.676,40
1 - Ampliação na rede de distribuição de gás	29.911.718,25
66 - IMPLANTAÇÃO DA 4ª ETAPA DO ANEL VIÁRIO CARIRI - CONTORNO DO JUAZEIRO DO NORTE - ENTR. CE-292 (ACESSO A CRATO) ENTR. CE-060 (ACESSO A BARBALHA) (DER 1274)	19.835.751,40
570 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVAS EM EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ (DAE 173)	12.500.000,00
133 - Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza - Conj. Habitacional São Cristóvão	9.974.823,89
1573 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - MISSÃO VELHA - PAR Nº 38146/2014	8.578.246,49
1571 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - FARIAS BRITO - Nº 38146/2014	8.577.321,68
1558 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - ARARENDÁ - PAR Nº 38146/2014	8.571.697,89
2054 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - MARVIM EM FORTALEZA - CEARÁ	8.512.602,80
206 - Recuperação das Barragens Monitoradas (COGERH)	8.397.989,00
407 - CONSTRUÇÃO DE 30 MINI ARENINHAS, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. (DAE 161)	6.716.693,79
1562 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - SÃO BENEDITO - PAR 38146/2014	6.171.693,77
1556 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - RUSSAS - PAR Nº 38146/2014	6.022.553,67
394 - CONSTRUÇÃO DE 145 ARENINHAS TIPO 2 EM DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO DO CEARÁ (DAE 132)	5.882.006,91
156 - KFW III - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM COMUNIDADES RURAIS	5.465.243,86

Descrição MAPP	Valor (R\$)
1572 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CRATEÚS - PAR Nº 38546/2014	4.914.444,08
637 - Construir e Equipar 98 Centros de Educação Infantil em parceria com os Municípios	3.856.020,11
1378 - Projeto Pró-Moradia 2 - Regularização de Assentamento Precários na Favela do Dendê com Construção de 1080 UH	3.621.718,35
7 - Construção GATE 2 (CEARÁPORTOS 31)	3.175.974,88
1566 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PARAIPABA - PAR Nº 38146/2014	3.051.484,61
1570 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - COREAÚ - PAR Nº 38146/2014	2.937.099,85
21120 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SOBRAL, CAMPO DOS VELHOS.	2.918.017,12
1769 - CONSTRUIR E EQUIPAR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SOBRAL - DOM EXPEDITO.	2.860.239,76
1735 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE ITATIRA.	2.670.957,90
1759 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS), NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	2.652.716,78
1855 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SOBRAL.	2.492.283,70
1565 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - SÃO LUIS DO CURU - PAR Nº 38146/2014	2.243.012,13
1852 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE RERIUTABA.	2.212.265,36
1753 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE IBIAPINA.	2.077.767,38
1766 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE.	2.019.716,23
1724 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA.	1.979.785,62
1730 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE ACOPIARA.	1.949.578,42

Descrição MAPP	Valor (R\$)
1851 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARAS.	1.807.677,01
1728 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE TAMBORIL.	1.803.058,85
1771 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO NA LOCALIDADE SANTOS DUMONT - MARANGUAPE	1.793.605,17
1733 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE.	1.792.266,45
1853 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE URUOCA.	1.766.097,13
1738 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE ORÓS.	1.756.810,68
209 - COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE CARIRÉ -CE	1.675.493,51
1862 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE JUCÁS.	1.675.436,05
1559 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - GENERAL SAMPAIO - PAR Nº 38146/2014	1.647.941,24
1555 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - ÍCAPUÍ - PAR Nº 38146/2014	1.584.338,65
1749 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE COREAÚ.	1.563.926,85
21119 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA.	1.534.695,46
1919 - CONSTRUIR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA LOCALIDADE DE VÁRZEA REDONDA EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CEARÁ	1.330.411,24
21121 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE TRAIRI.	1.302.804,08
484 - Construção de Barragem no Distrito de Lacerda, Município de Quixeramobim/CE (SOHIDRA)	1.148.230,38
695 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP LIMOEIRO DO NORTE	880.728,36
1568 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - JIJOCA DE JERICOACOARA - PAR Nº 38146/2014	841.809,39

<b>Descrição MAPP</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1752 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO GUARACIABA DO NORTE.	656.662,09
1722 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU.	612.382,53
306 - REDE DISTRIBUIÇÃO ALTO DA PAZ	600.000,00
1553 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - ITATIRA - PAR Nº 38146/2014	566.120,06
1770 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ.	537.711,08
1564 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - HORIZONTE - PAR 38146/2014	535.459,58
1567 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - BELA CRUZ - PAR Nº 38146/2014	378.808,74
1760 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SOBRAL - JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES.	371.347,14
2088 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA - MESSEJANA	342.548,79
141 - PAC 2 / G2 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE TAUÁ - 2ª e 3ª ETAPAS	295.969,74
128 - PAC 2 / G1 - Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Itaitinga	267.027,32
1563 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - OCARA - PAR 38146/2014	221.133,28
1727 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS.	196.247,47
1720 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ.	157.773,94
745 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - Conv. 702425/10 - REDENÇÃO	98.639,42
<b>Total geral</b>	<b>256.397.263,76</b>

## 1.2 Trabalho e Empreendedorismo e Informalidade

Descrição MAPP	Valor(R\$)
2633 - Construção do Mercado Público no município de Caucaia	4.999.288,96
3790 - CIDADES II - Comp. 1: Implantação do Polo Metal Mecânico do Vale do Jaguaribe em Tabuleiro do Norte	6.877.667,77
<b>Total</b>	<b>11.876.956,73</b>

## 1.3 Tributação, simplificação e desburocratização

Descrição MAPP	Valor (R\$)
5 - Aquisição e Implantação dos Bens de TI (CEARÁPORTOS 28)	5.098.000,00
<b>Total</b>	<b>5.098.000,00</b>

## 2. AÇÕES SETORIAIS

### 2.1 Logística (CSI e Indústria)

Descrição MAPP	Valor (R\$)
1 - Conservação Rotineira das Rodovias Pavimentadas e Não Pavimentadas do Estado do Ceará (DER 132)	72.653.202,12
106 - Pavimentação do Trecho Ibiapina ao Distrito de Alto Lindo, no Município de Ibiapina-Ce (DER 1344)	3.849.849,19
12 - Defensas dos Berços do Píer 1 (CEARÁPORTOS 36)	5.700.000,00
12 - Duplicação e Melhoramento do Anel Viário de Fortaleza-Ce, na Rodovia BR-020/Ce (32,10 km) - Obras Cíveis, Supervisão e Reajustamentos. (DER 776)	50.065.090,06
13 - Recuperação da proteção catódica dos berços 5 e 6 do TMUT (CEARÁPORTOS 37)	805.801,00
14 - Aquisição de Guindastes Placas de Aço (CEARÁPORTOS 38)	9.550.000,00
316 - Restauração e Duplicação da Rodovia CE-155, no Trecho: Porto do Pecém - Entrº BR-222 (20,10 km) (ARCO METROPOLITANO) (DER 1191)	24.581.820,25

57 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO COMPLEXO DO PECÉM - Construção de Rodovia Municipal Lnterligando a Praia do Pecém com a Praia da Colônia, no Município do Pecém. (DER 1262)	1.018.184,98
576 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS DO CEARÁ	83.715.429,38
58 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO COMPLEXO DO PECEM - Construção de Rodovia Municipal, ligando a CE-156, na Taíba à Comunidade de Morro do Chapéu / CE. (DER 1263)	3.430.954,88
59 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO COMPLEXO DO PECÉM - Construção da Rodovia Municipal de Ligação do Distrito de Croatá à Comunidade Violete / CE. (DER 1264)	915.177,44
60 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO COMPLEXO DO PECEM - Construção da Rodovia de Contorno Leste Ligando as Rodovias CE-423 e CE-085, na Sede do Município de São Gonçalo do Amarante. (DER 1265)	4.596.247,35
<b>Total geral</b>	<b>260.881.756,65</b>

## 2.2 Rede de Segurança hídrica (Agro e Indústria)

<b>Descrição MAPP</b>	<b>Valor (R\$)</b>
268 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - Dendê - Urbanização	1.668.145,29
307 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE PARAJURU	1.667.462,90
3219 - Implantação, operação e manutenção da infraestrutura de abastecimento de água de comunidades rurais no Estado do Ceará (Projeto de Integração do Rio São Francisco)	55.428.039,34
<b>Total</b>	<b>58.763.647,53</b>





**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

SECRETARIA DA CULTURA

SECRETARIA DO TURISMO

SECRETARIA DO  
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E EDUCAÇÃO SUPERIOR